

Toyota Caetano Portugal, S.A.

***Relatório & Contas***  
***Dezembro 2020***

## Corpos Sociais

### Mesa da Assembleia Geral

Jorge Manuel Coutinho Franco da Quinta – Presidente  
António José da Cruz Espinheira Rio – Vice-Presidente  
Alírio Ferreira dos Santos – Secretário  
João António Ferreira de Araújo Sequeira - Secretário

### Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos –Presidente & CEO  
Maria Angelina Martins Caetano Ramos – Vogal  
Salvador Acácio Martins Caetano – Vogal  
Miguel Pedro Caetano Ramos – Vogal  
Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos – Vogal  
Matthew Peter Harrison -Vogal  
Katsutoshi Nishimoto - Vogal  
Masaru Shimada - Suplente

### Conselho Fiscal

José Domingos da Silva Fernandes - Presidente  
Antonieta Isabel da Costa Moura – Vogal  
Daniel Broekhuizen – Vogal  
Maria Lúvia Fernandes Alves – Suplente  
Akito Takami - Suplente

### Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, SROC S.A., representada por Miguel Nuno  
Machado Canavarro Fontes  
João Carlos Henriques Gomes Ferreira - Suplente

## RELATÓRIO ÚNICO DE GESTÃO

### Mensagem do Presidente

Há um ano escrevia que 2019 tinha sido um ano repleto de desafios face aos excelentes resultados do exercício anterior, que foram difíceis de superar. Volvido um ano, de profunda transformação à escala mundial, quase me parece irónico o que até então encaramos como um desafio. 2020 foi o ano que trouxe tudo aquilo que não controlamos e para o qual nunca estaremos devidamente preparados: uma crise sanitária e de saúde pública sem precedentes. Mas é com satisfação que vejo como as nossas equipas abraçaram novas realidades e se superaram em cada dia deste duro ano.

Ao longo de todo este período, o empenho e resiliência das nossas Pessoas, aliada à agilidade das operações, permitiram-nos adaptar de forma criativa e rápida o negócio a um contexto extraordinariamente adverso. Foi graças a elas que conseguimos ultrapassar este ano. E foi por sabermos que para muitas foi um período extremamente difícil que levamos a cabo a iniciativa Caetano Presente – um apoio e um agradecimento a todos aqueles que estão connosco todos os dias.

A nossa missão continuou a ser produzir e vender produtos e serviços com valor acrescentado aos nossos Clientes. Mas atender a um Cliente assustado e com receio do futuro foi um desafio extra. Tornar o negócio ainda mais digital, mas sem deixar de ser humano e estar em conformidade com todas as novas regras sanitárias foi a nossa principal preocupação. Digitalizámos a venda do automóvel ao mesmo tempo que procedemos a entregas e recolhas de viaturas em casa dos Clientes. Também digitalizámos o trabalho, pondo em teletrabalho a maioria das nossas equipas. Tudo pela saúde e segurança das nossas Pessoas, Clientes e Parceiros.

Em termos políticos, 2020 foi um ano de continuidade. Mas a dureza dos tempos que vivemos deram origem ao início de uma instabilidade socioeconómica e de um retrocesso nos índices de confiança dos portugueses, cujos efeitos já se fizeram sentir na retração económica, com o PIB a ter uma quebra de 7,6%. Além disto, a falta de alinhamento entre as decisões políticas em matéria fiscal e as políticas ambientais são um tema que continua a nos preocupar. A eliminação dos incentivos à compra de viaturas híbridas no OE 2021, além de não ter sido previamente discutida com representantes do setor, compromete as metas de redução nas emissões a que está obrigado o setor automóvel, para a descarbonização. Num momento de quebras de vendas superiores a 35%, esta alteração é um rude golpe para o setor, que representa 8% do PIB e emprega mais de 150 mil pessoas. É urgente que se inicie uma discussão construtiva e clara com o setor automóvel, não travando o seu crescimento nem o papel que tem na economia portuguesa e na manutenção de emprego, assim como no caminho para uma sociedade descarbonizada.

E em matéria ambiental, a Toyota sempre foi a marca pioneira. O compromisso com o Ambiente, através da redução da emissão de gases com efeito de estufa, alicerçado no desenvolvimento sustentável, é um desígnio antigo, evidenciado na aposta numa gama de viaturas eletrificadas, diversificada e progressivamente adaptada à maturidade tecnológica e de infraestruturas de cada país, mas também à apetência do mercado para carros eco eficientes. E dentro desta estratégia, com mais de 20 anos, surge a tecnologia de hidrogénio que é agora uma realidade transformada em produto pela nossa marca, em resultado de mais de duas décadas de desenvolvimento. Desde então vários testes têm sido feitos, em condições exigentes, provando o valor desta opção com o lançamento do Mirai, que chega a Portugal em 2021.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

Trabalhar com veículos eletrificados Toyota e Lexus, dá-nos a oportunidade de fazer a diferença no nosso Planeta. É uma oportunidade para promover a mudança para a neutralidade carbónica, alinhada com os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). É por isso, que a Toyota Caetano Portugal, continua empenhada na implementação do seu programa “*Desafio Ambiental Toyota 2050*”, em coordenação com a Toyota Motor Europe.

Ainda de referir que, pelo sétimo ano consecutivo, a Toyota Caetano Portugal participou no relatório de desenvolvimento sustentável “*Carbon Disclosure Project (CDP) – Climate Change*”, promovendo a transparência corporativa e a contabilização da pegada de carbono da organização, tendo alcançado o nível B (*Management*).

Demos também continuidade ao programa “*Um Toyota, Uma Árvore*”, que desde 2005 já plantou mais de 170 mil árvores. Também o Bosque Ser Caetano ganhou ainda mais forma ao longo de 2020, sendo mais um sinal da nossa preocupação com o Ambiente.

Alargando a sua atividade a outros domínios da mobilidade, em 2020, a Toyota Caetano Portugal, tornou-se acionista direta da CaetanoBus e da Finlog, empresas do Grupo Salvador Caetano. Nesta estratégia a Toyota Motor Europe, acionista da Toyota Caetano Portugal, assume um papel preponderante. Se até aqui a TME já fornecia à CaetanoBus a pilha de combustível para integrar no autocarro movido a hidrogénio, o reforço da parceria permite à Toyota Caetano Portugal contribuir para a expansão da mobilidade sustentável, explorando sinergias com a CaetanoBus no desenvolvimento, produção e venda de autocarros zero emissões. O reforço da nossa parceria na Finlog, visa desenvolver projetos de mobilidade.

Ao mesmo tempo que mantivemos o compromisso de preservar os nossos negócios e cuidar dos nossos Clientes, não perdemos de vista as nossas prioridades sociais e ambientais. No combate à pandemia, estivemos também ao lado dos que mais precisaram de apoio: cedemos viaturas a profissionais de saúde, doámos equipamentos de proteção individual e apoiámos redes logísticas complexas, para mitigar as consequências desta complexa situação quer nas superfícies comerciais quer na casa dos portugueses.

Relativamente ao mercado automóvel, 2020 foi de quebra. O relatório da ACAP – Associação do Comércio Automóvel de Portugal – reportou uma quebra de 33,9% nas vendas automóveis no mercado nacional. A Toyota e a Lexus tiveram, no entanto, uma quebra inferior à do mercado, de 29,3%, significando isso um crescimento de 0,3pp da nossa quota de mercado.

No domínio da Indústria continuamos a produção do Toyota Land Cruiser Serie 70. Este modelo, 100% destinado à exportação para o mercado Sul Africano, tem sido uma aposta ganha, com um crescimento sustentado, ano após ano. Além disso, fruto da parceria firmada entre a Toyota Caetano Portugal e a CaetanoBus, iniciamos a produção de chassis elétricos e hidrogénio para autocarros.

No que diz respeito à Divisão de Equipamentos Industriais, mantemos em operação mais de 6300 unidades, continuando a ser líderes de mercado.

E foi graças aos seus serviços inovadores, ao facto de sermos líderes na venda de viaturas eletrificadas, à filosofia Kaizen de melhoria contínua e à busca em exceder as expectativas dos nossos Clientes, que a Toyota conseguiu, pelo segundo ano consecutivo, o prémio de marca Cinco Estrelas em Portugal, mas também – pelo 11º ano consecutivo – o galardão de Marca de Confiança automóvel dos portugueses. Um voto de confiança dos nossos Clientes que só nos pode orgulhar e inspirar para o trabalho diário. O nosso obrigado.

Após longos meses de um contexto extremamente adverso, resta-me agradecer a todos os nossos Colaboradores, Clientes e Parceiros, que nunca perderam a determinação em lidar com as exigências desta nova realidade e que todos os dias fazem desta marca uma marca robusta, com a paixão de Ser Toyota. Recordando o nosso Fundador, faz hoje mais sentido que nunca reforçar que “*Para nós, o futuro começa todos os dias*”.

**José Ramos**

(Presidente & CEO Toyota Caetano Portugal)

## **Introdução**

De acordo com o disposto no artigo 245º, número 1, alínea a) do Código dos Valores Mobiliários foi elaborado o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados a seguir apresentados, bem como os respetivos Anexos em concordância com o disposto no artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais. Para cada uma das Empresas integrantes do perímetro de consolidação da Toyota Caetano Portugal, será apresentada, uma indicação dos principais acontecimentos ocorridos no exercício e o respetivo impacto nas demonstrações financeiras.

## **TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.**

### **Atividade Industrial**

#### **Unidade Fabril de Ovar**

Em 2020, a Toyota Caetano Portugal – Fábrica de Ovar produziu um total de 1.465 viaturas do modelo Land Cruiser Serie 70, no âmbito da sua atividade principal de montagem de veículos automóvel.

Apesar da recuperação verificada no 2º Semestre do ano, ao longo do qual foram montadas mais de 1000 unidades, a produção anual foi fortemente afetada, tendo-se registado uma redução de 39%, comparativamente com o ano anterior. Este ano registou assim uma quebra na tendência positiva, que se verificava desde 2015, no volume de produção.

A pandemia mundial provocada pelo vírus SARS-CoV-2 (COVID-19) marcou invariavelmente o ano, com incidência direta na nossa unidade industrial até pela cerca sanitária decretada entre março e abril para o concelho de Ovar, e respetivas consequências ao nível da Produção, mas também pelos diversos desafios que obrigaram a organização a reinventar-se e adaptar-se a uma nova normalidade.

A equipa interna de Saúde e Segurança no Trabalho, delineou e implementou um Plano de Contingência para evitar contágios e eventuais surtos, o qual observou escrupulosamente as melhores recomendações e práticas do Grupo Salvador Caetano (GSC), da Toyota Motor Europe (TME) e da Direção Geral de Saúde (DGS).

De forma a garantir a manutenção dos níveis de produtividade, registou-se um recurso significativo a novas modalidades de trabalho e a tecnologias que permitiram a execução eficiente de tarefas à distância, em regime de teletrabalho.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

No final do 2º Semestre, realizou-se ainda um ajuste no takt-time da fábrica. Esta decisão de gestão visou mitigar o impacto provocado pela significativa redução de encomendas, mas também garantir a sustentabilidade da unidade.

Na atividade PPO/PDI foram transformadas/preparadas 4.380 unidades, um decréscimo de 21% face a igual período do ano anterior.

De realçar ainda o início de uma nova atividade, uma parceria entre a Toyota Caetano Portugal e a CaetanoBus, para a produção de chassis de autocarros elétricos e a hidrogénio.

<b>PRODUÇÃO</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
Unidades Físicas Toyota	1.465	2.393	2.114	1.913	1.823
Unidades Físicas Transformadas/preparadas	4.380	5.577	3.776	3.469	3.773
Unidades Físicas Chassis Autocarros	40	-	-	-	-
Total Colaboradores	184	197	194	177	186

De destacar ainda os seguintes acontecimentos ocorridos durante o ano de 2020 :

- Oferta de uma ambulância Toyota Hiace aos Bombeiros Voluntários de Ovar;
- Fornecimento a diversas entidades locais de EPI's para combate à COVID-19 (máscaras, fatos de proteção, entre outros);
- Início do Projeto de Ergonomia ICT (Índice de Capacidade para o Trabalho), com o objetivo de avaliar o nível de capacidade dos colaboradores para exercício da função e prevenir do risco de incapacidade.

### Perspetivas

Em 2021, a Toyota Caetano Portugal- Fábrica de Ovar celebra 50 anos de existência, pelo que será um ano marcante na história da fábrica e do Grupo Salvador Caetano.

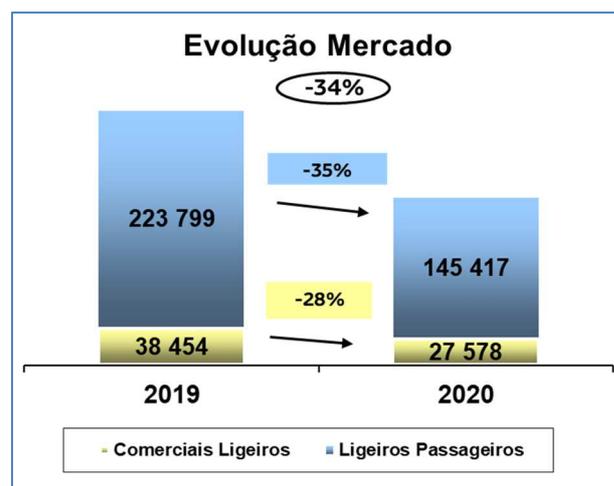
O Orçamento prevê a produção de 1960 unidades para a África do Sul. No entanto, este volume está fortemente condicionado pela evolução da Pandemia, não só pelas consequências que a mesma poderá ter nos mercados de produção e destino (África do Sul), mas também pela eventual perturbação ao longo de toda a cadeia de abastecimento.

## Atividade Comercial

### Enquadramento do Mercado Ligeiros

Indubitavelmente marcado pela pandemia causada pelo SARS-COV2, no ano de 2020, o total do mercado de ligeiros apresentou uma quebra de viaturas matriculadas de 34% face ao ano de 2019.

As viaturas de passageiros e as viaturas de mercadorias ligeiras apresentaram uma variação negativa face ao período homólogo de -35% e -28%, respetivamente.



Fonte: ACAP

De destacar, como fatores justificativos do desempenho do mercado:

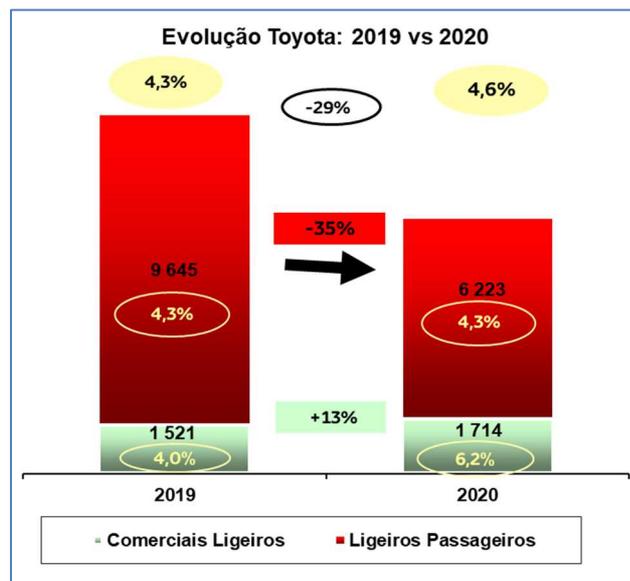
1. Declaração do Estado de Emergência nos meses de Março e Abril obrigando os concessionários de vendas de automóveis a suspenderem temporariamente e a readaptarem a sua atividade comercial.
2. Quebra acentuada no mercado de rent-a-car (-68%) devido à diminuição das atividades ligadas ao Turismo.
3. Maior procura por viaturas usadas e semi-novas.
4. Abrandamento do consumo privado motivado pela incerteza quanto à evolução da economia.

## Viaturas Toyota

Em 2020, a Toyota apresentou um desempenho melhor do que o mercado, com um total de matrículas de 7.937 unidades, traduzindo-se numa quebra de 29% quando comparado com o ano anterior; subida de quota de +0,3 p.p. face a 2019.

1. Nos **Ligeiros de Passageiros**, a Toyota manteve a quota de mercado nos 4,3%, apresentando uma quebra de 35%, em linha com a quebra do mercado.

De salientar a liderança na venda de viaturas electrificadas através da tecnologia “Full Hybrid” que representou cerca de 70 % das vendas de ligeiros de passageiros (Toyota +Lexus)



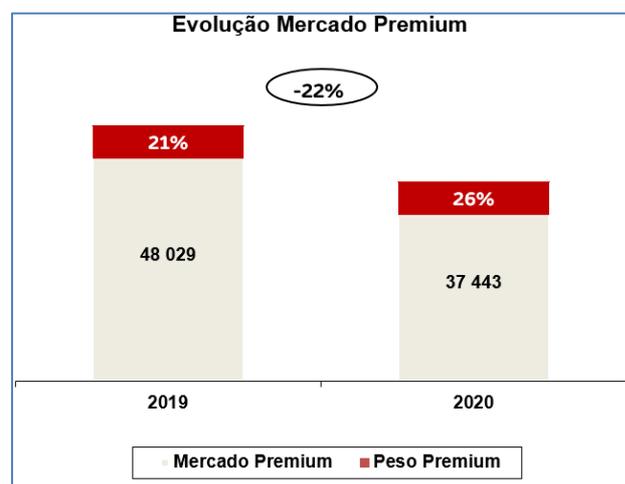
2. Nas **Viaturas Comerciais Ligeiras**, em contraciclo com o mercado, a Toyota apresenta um crescimento de 13%, com uma quota de mercado de 6,2% o que representou uma subida de +2,2 p.p. face a 2019. Este crescimento é sustentado pelo bem-sucedido lançamento do novo modelo Proace City, inserido no segmento dos pequenos furgões, que representa 56% do mercado de Comerciais Ligeiros. Destaque ainda para a Hilux que, pelo 8º ano consecutivo, lidera o segmento pick-up com o impressionante registo de 38% de quota no segmento.

**Para 2021**, as prioridades e os objetivos globais definidos passam por:

- Continuar a aposta na liderança tecnológica e no valor da marca através da contínua expansão da tecnologia Híbrida (“ Full Hybrid”) e do lançamento do primeiro automóvel a hidrogénio (Fuel Cell), o Toyota Mirai, cujo lançamento está previsto para o final de 2021;
- Capitalizar os modelos mais representativos em termos de vendas – Yaris, Corolla, RAV4 e C-HR – sustentado, no caso do Yaris, pelo lançamento recente da nova geração e, no RAV4, pelo lançamento da nova motorização Híbrida Plug-in, que trará argumentos diferenciadores especialmente no mercado empresarial;
- Lançamento com sucesso do novo modelo Yaris Cross, um crossover inserido no Segmento B-SUV, que representa cerca de 18% do mercado total de passageiros;
- Continuar a marcar forte presença no mercado de comerciais, potenciando a ampla gama de viaturas, recentemente atualizada com a renovada Hilux e com foco no primeiro ano de vendas completo do modelo Proace City;
- Continuar a apostar na Garantia de 7 anos quer para Ligeiros de passageiros quer para os Comerciais Ligeiros.

## Enquadramento do Mercado Premium

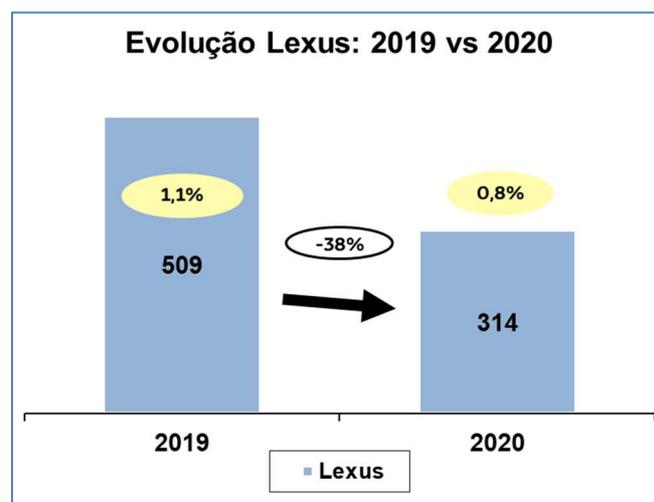
O Mercado Premium registou uma evolução negativa face ao ano anterior, menor do que a generalidade do mercado, apresentando um decréscimo de 22% e totalizando 37.443 unidades comercializadas. O Mercado Premium aumentou assim a sua representatividade para cerca de 26% da totalidade do mercado de passageiros.



Fonte: ACAP

## Viaturas Lexus

Num ambiente concorrencial complexo, com uma intensa agressividade comercial dos concorrentes nos segmentos C-Premium e D-Premium, a marca Lexus (100% tecnologia Híbrida), registou 314 vendas, traduzindo-se numa quota de 0,8% (-0,3 p.p. face ao ano de 2019). Os resultados de 2020 estão marcados pela descontinuação dos modelos CT, IS e RC e, ainda, por uma maior focalização na venda de viaturas semi-novas através do programa Lexus Select.



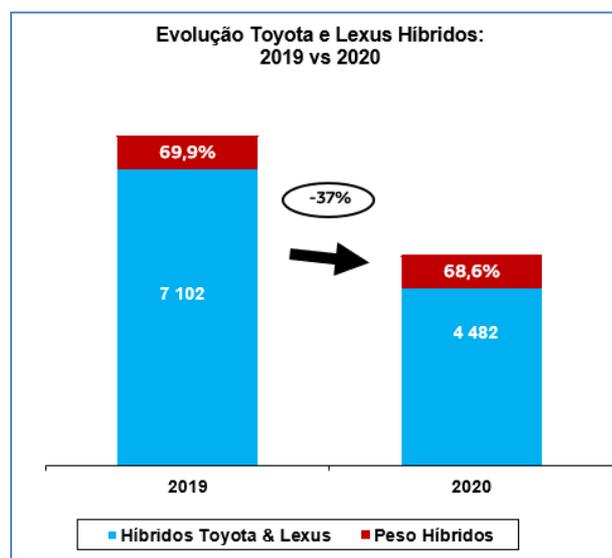
**Para 2021**, os objetivos globais da Lexus passam por:

- Reforçar o posicionamento de inovação, alavancado na oferta alargada de viaturas “ Full Hybrid” com design avançado;
- Lançar com sucesso o primeiro modelo totalmente elétrico – UX 300e – que pelo contexto atual da fiscalidade permitirá à marca dispor de novos argumentos para abordar o mercado empresarial;
- Capitalizar os modelos mais representativos em termos de vendas – UX 250h, NX 300h e ES 300h;
- Expansão da rede de concessionários que passará a contar com um novo ponto de venda e assistência.

## Evolução das Vendas de Viaturas Híbridas (tecnologia Full Hybrid) Toyota e Lexus

Apesar do decréscimo na venda de viaturas provocado pelo aparecimento da Covid-19 e das fortes limitações na capacidade de fornecimento na segunda metade do ano, resultantes das disrupções causadas pela pandemia na cadeia produtiva global, os Híbridos Toyota e Lexus (tecnologia Full Hybrid) obtiveram um bom desempenho e mantiveram um peso muito próximo dos 70% do total das vendas de ligeiros de passageiros.

Para este desempenho contribuiu uma ampla e renovada oferta de viaturas híbridas, num total de 17 modelos – 8 Toyota e 9 Lexus – e o enfoque na divulgação e promoção dos benefícios da tecnologia híbrida.



Em 2021, a Toyota vai continuar o seu caminho de expansão e massificação da eletrificação, com o alargamento da oferta de modelos híbridos (SUVs Highlander e Yaris Cross) e híbridos Plug-in (SUV RAV4 PHEV) e com o lançamento do primeiro automóvel elétrico a hidrogénio (Fuel Cell), o Toyota Mirai, pioneiro neste tipo de mobilidade sustentável, com zero emissões poluentes e libertando para a atmosfera apenas vapor de água. O êxito do lançamento do Toyota Mirai está dependente da existência no nosso país da infraestrutura de abastecimento de hidrogénio.

## Perspetivas

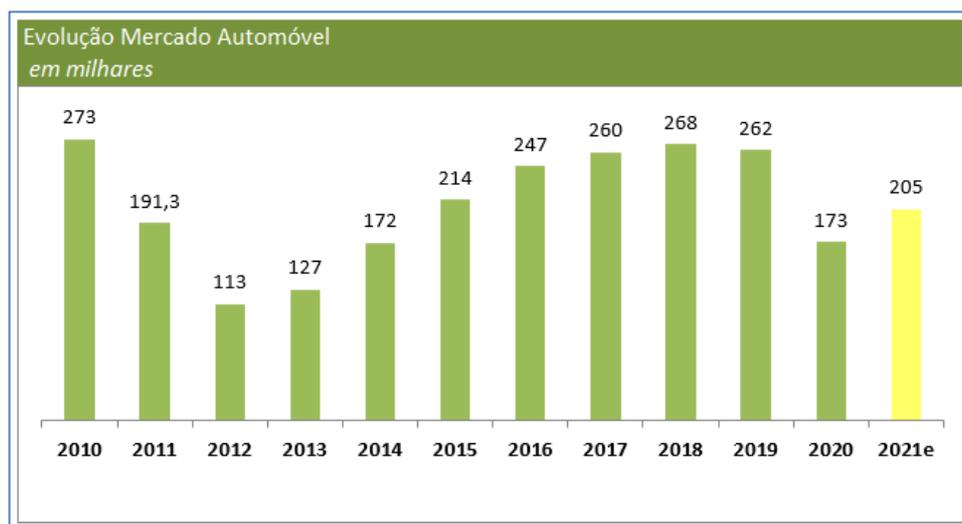
De acordo com as projeções publicadas no último Boletim Económico de dezembro de 2020, a economia portuguesa deverá prosseguir uma trajetória de crescimento da atividade nos próximos anos. Prevê-se que a atividade retome o nível pré-pandemia no final de 2022.

Projeções do Banco de Portugal 2020-2023				
Taxa de variação, em percentagem				
	2020	2021	2022	2023
<b>PIB</b>	-8,1	3,9	4,5	2,4
Consumo Privado	-6,8	3,9	3,3	1,9
Consumo Público	0,4	4,9	0,4	0,7
FBCF	-2,8	4,4	5,2	2,0
Procura interna	-5,6	3,9	3,1	1,8
Exportações	-20,1	9,2	12,9	6,7
Importações	-14,4	8,8	9,1	5,1
<b>IHPC</b>	-0,2	0,3	0,9	1,1

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

Em 2021, é expectável uma evolução positiva para a totalidade dos indicadores numa comparação face ao ano de 2020. Apesar de um cenário macroeconómico mais favorável, as perspetivas para a economia portuguesa estão rodeadas de uma incerteza elevada associada à evolução da pandemia e à implementação no curto prazo de uma solução médica eficaz em larga escala.

Face a este enquadramento, a previsão de Mercado para 2021 assume um crescimento de 18%, situando-se em torno das 205.000 unidades ainda aquém das 262.000 unidades de 2019.



Face às condições descritas, o objetivo para 2021 é alcançar 11.500 unidades Toyota e Lexus, representando este valor um crescimento de 39% comparativamente ao ano de 2020 e resultando numa quota de mercado de 5,6%.

## Após-Venda

A Divisão Após Venda faturou durante o ano de 2020 um total de **32,1 milhões de euros**. Este valor inclui os serviços “Extensão de Garantia” e “Assistência Total”, cuja faturação correspondeu a 1,3 milhões de euros. Foram ainda faturados 2,5 milhões de euros em peças para garantias.

A atividade comercial de peças (genuínas & incorporação nacional), que exclui os acessórios, as garantias e os serviços, totalizaram 26,1 milhões de euros. Este valor traduz-se num decréscimo de 11,7 % face ao ano de 2019.

Vendas de Peças 2019	Vendas de Peças 2020	Cresc. % 2020/2019
29 599 634 €	26 125 497 €	-11,7 %

Como o negócio de acessórios está diretamente ligado à venda de viaturas, a faturação de acessórios (que inclui o merchandising) totalizou 2,2 milhões de euros. Este valor situa-se 36% abaixo da faturação obtida em 2019 em linha com a quebra do mercado de veículos ligeiros de passageiros de -35%.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

Vendas de Acessórios 2019	Vendas de Acessórios 2020	Cresc. % 2020/2019
3 442 392 €	2 202000 €	-36 %

O ano de 2020 manifestou-se como um teste à capacidade de reinvenção das empresas, perante o cenário completamente atípico, especialmente no período de confinamento, resultante da pandemia COVID-19. As consequências económicas e sociais começaram a sentir-se logo no final do primeiro trimestre, prolongando-se por todo o ano.

Sem descurar o apoio incondicional à rede de concessionários / RTAs, de forma a permitir a manutenção do negócio, a TCAP reagiu rápido às condições adversas e manteve a sua estratégia completamente orientada para o cliente, para as suas necessidades, para a qualidade de atendimento, para um serviço técnico sem falhas e em total segurança, para contactos proativos e assertivos, visando tanto a diferenciação do serviço prestado, como a consolidação da qualidade Toyota, aos olhos dos nossos Clientes.

Destacamos algumas ações empreendidas:

- Escolha de produtos de desinfeção, bem como lançamento de serviço de Ozono;
- Reforço da comunicação proativa e individual com cada cliente, através do Toyota Programa de Avisos;
- Reforço da comunicação do Serviço de Recolha e Entrega da viatura;
- Novas funcionalidades da Marcação Online OSB, entre as quais a Remarcação e Cancelamento;
- Lançamento de nova Campanha de Retenção Oficina, durante os meses de Verão e no final de 2020;
- Reformulação do Toyota Day a nível nacional, sendo adaptado à nova realidade da pandemia;
- Lançamento de um programa de apoio a perdas totais;
- Realização de novas Ações promocionais Trade, bem como formação focada em competências comerciais neste canal;
- Reparação de pequenos danos: apresentação de novos serviços e técnicas;
- Novos acessórios: separador do habitáculo – Proteção contra o Covid-19, sensores de estacionamento traseiros;
- Nos acessórios, uniformização dos preços de tapetes, independentemente do modelo, bem como lançamento de inúmeros desafios;
- Lançamento do novo Microcat EPC, otimizando as tarefas da Rede;

O conjunto destas medidas ajudaram e muito na criação de um clima de total confiança e de uma retoma rápida por parte dos Clientes junto da Rede de Concessionários, minimizando de forma substancial o impacto no negócio no difícil ano de 2020 pelas razões conhecidas por todos.

## Máquinas Industriais

### Equipamento Industrial Toyota

	MERCADO			VENDAS TOYOTA + BT				
	19	20	Variação	'19		'20		Variação
			%	QT	Quota	QT	Quota	
<b>Empilhadores Contrabalançados</b>	1988	1327	-33%	459	23,1%	196	14,8%	-57,3%
<b>Equipamento de armazém</b>	2924	2882	-1%	624	21,3%	436	15,1%	-30,1%
<b>TOTAL MMC</b>	<b>4912</b>	<b>4209</b>	<b>-14%</b>	<b>1083</b>	<b>22,0%</b>	<b>632</b>	<b>15,0%</b>	<b>-41,6%</b>

Fonte : Wits

### Mercado

Num ano de pandemia e tão atípico como foi o ano de 2020, o mercado de Máquinas de Movimentação de Carga registou, um decréscimo na ordem dos 14 %. No entanto se olharmos apenas para o mercado europeu (FEM) a queda de mercado registada foi de 16,5%.

No que respeita à Toyota foram colocadas, em 2020, 632 encomendas, que num mercado total de 4209 unidades, corresponde a uma quota de mercado de 15%. De igual modo considerando apenas as unidades produzidas no mercado europeu a nossa quota de mercado seria de 17,7%.

### Desempenho das Vendas Toyota por segmento

Relativamente ao segmento de Empilhadores Contrabalançados registou-se um decréscimo de vendas face ao ano anterior de 57,3%, colocando a nossa quota de mercado nos 14,8%.

No segmento de Equipamentos Armazém, também se verificou a mesma tendência, registando um decréscimo de vendas na ordem dos 30,1% face ao ano anterior, situando-se a nossa quota de mercado nos 15,1%.

Saliente-se que esta quebra nos 2 segmentos se deveu essencialmente a uma retração e/ou adiamento nos investimentos por parte das empresas, face à conjuntura económica, bem como, à forte incerteza instalada no mercado.

### Perspetivas

Tendo em consideração a atual conjuntura, as perspetivas para 2021, revestem-se de uma incerteza e volatilidade muito grandes.

No entanto, esperando que a situação sanitária fique controlada, e que o processo de vacinação comece a produzir os seus efeitos, prevemos que no 2º semestre de 2021 possa ocorrer uma recuperação da atividade económica.

Relativamente ao desempenho da Toyota, perspetiva-se mais um ano desafiante, contando também com a crescente agressividade das marcas concorrentes, o que se tem verificado.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

O nosso foco vai manter-se na diferenciação, mantendo um bom nível de serviço de assistência, flexibilidade e acima de tudo uma postura de verdadeira parceria junto dos nossos clientes em tempos menos bons para que as dificuldades possam ser ultrapassadas. É vital que apresentemos processos que ajudem à criação de valor e ofertas e soluções inovadoras para que possamos fidelizar os nossos clientes e conquistar novos e assim consolidar a nossa performance e resultados.

### **CAETANO AUTO, S.A.**

O ano 2020 foi especialmente marcado por uma pandemia que nos afetou em todas as vertentes da nossa atividade.

Para 2021 perspetiva-se uma melhoria da economia com o controlo da pandemia, fruto da implementação da vacinação. Desta forma, prevê-se um crescimento do PIB na ordem dos 3,9%, em contraste com um 2020 onde foi claramente negativo. Também se espera um crescimento do consumo privado e público, bem como o crescimento das exportações.

Neste contexto, o volume de negócios do exercício findo na Caetano Auto atingiu os 188 milhões euros, abaixo do ano anterior, que tinha superado os 241 milhões euros.

O ano 2020 foi um ano em que a Caetano Auto teve que se reinventar, com o foco no digital e em novos serviços – serviço de recolha e entrega, easy service (check-in automático), comunicação por vídeo com os clientes, etc. Deste modo o negócio ficou cada vez mais digital quer na comunicação quer mesmo nas vendas, com a promoção de eventos digitais. De realçar que apesar de todo o processo limitativo da atividade decorrente da crise sanitária, a Caetano Auto conseguiu em dezembro o melhor mês de vendas a particulares no que aos veículos usados respeita.

Entretanto, a Caetano Auto manteve o foco na melhoria contínua, o que permitiu serem alcançados retornos mensuráveis interessantes, como os acima referidos relativamente ao volume do negócio, mas também na contenção dos gastos, alavancando assim a rentabilidade da Empresa.

Quanto às depreciações e amortizações, registaram uma descida significativa, fruto da redução do direito de uso de imóveis e da redução das viaturas afetas à atividade de aluguer.

Por sua vez os gastos com pessoal registaram um decréscimo face ao ano anterior. Esta redução deve-se em grande parte ao lay-off a que a Caetano Auto se viu obrigada a aderir e aos apoios à retoma, bem como à redução das remunerações variáveis pagas fruto da diminuição da atividade,

Por tudo o atrás exposto foi possível encerrar o exercício de 2020, com um resultado francamente positivo ainda que logicamente inferior ao obtido em 2019.

### **Perspetivas**

Para 2021, a nossa perspetiva é de crescimento face a 2020. Assentaremos o nosso crescimento nas viaturas comerciais e usadas, bem como nas novas modalidades de mobilidade.

## **CAETANO AUTO CV, S.A**

### **ACTIVIDADE COMERCIAL**

#### **VIATURAS**

MARCA	2020	2019	Variação 2020 / 2019	
			Qtd.	%
Toyota	359	434	-75	-17,28

O ano de 2020 foi um ano de penalização generalizada em função da pandemia que nos assolou e que ainda nos assola.

Em termos de atividade, a Caetano Auto CV, S.A. não contou com os 12 meses de atividade em 2020. Foi-nos possível apenas operar por pouco mais de 9 meses. Em 2020, durante todo o mês de janeiro a sua atividade foi bloqueada pela Alfândega e de março a maio foi decretado lockdown em Cabo Verde o que nos obrigou a paralisar totalmente a nossa atividade.

Desta forma, quando se compara o desempenho de 2020 com o ano de 2019 a Caetano Auto CV, S.A. comercializou menos 75 unidades, equivalentes a um decréscimo de 17,28% em viaturas novas. Embora seja sempre um resultado negativo, é preciso destacar que mesmo com o cenário totalmente adverso, foi possível atingir o número de unidades previsto em orçamento para o ano de 2020 em 8 meses.

Em 2020, a exemplo de 2019, conseguimos manter a redução da dependência dos dois principais modelos (Hilux e Hiace) comercializados. É importantíssimo mantermos o caminho da diversificação dos produtos a serem vendidos para não estarmos sujeitos a comprometimento das vendas por causa de eventos externos, por exemplo o fim da isenção de impostos das pick-ups cabine dupla.

#### **APÓS VENDA**

VENDAS	2020	2019	Variação 2020 / 2019	
			Valor	%
Peças/Acessórios	146 742 132	175 407 718	-28 665 586	-16,34%
Oficina (Mão-de-Obra)	39 249 461	44 519 492	-5 270 031	-11,84%
Total	185 991 593	219 927 210	-33 935 617	-15,43%

(Valores em ECV)

No que ao Após-Venda respeita, é possível verificar também queda no desempenho quando comparado com 2019. Também se destaca que o APV teve a mesma sorte da área comercial e também sofreu com o lockdown e com o bloqueio da Alfândega.

De destacar a quebra do setor do turismo, pois como consequência sofremos com a paralisação das empresas de rent-a-car as quais por estarem com as suas viaturas imobilizadas não visitaram as nossas oficinas. Também houve uma considerável redução dos emigrantes que não circularam pelo país em 2020 (parcela importante do movimento da oficina mecânica).

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

Sofremos, também, com a queda das visitas nas nossas oficinas, por parte das empresas e dos particulares por força da perda de receitas e/ou, em alguns casos, pela perda do emprego.

As nossas estações de serviço também foram penalizadas em razão do encerramento do país em quarentena e, mais ainda, a estação de serviço – Achada de São Filipe, que encerrou por ocasião do lockdown e aquando do seu retorno à atividade, viu-se a braços com um embargo decretado pelo Ministério do Ambiente, por força de um desmoronamento de terras, consequência de forte pluviosidade, e que originou derrames de óleo. Esta estação encerrou em março e retomou atividade somente em dezembro de 2020.

Por sua vez a estação de serviço da Ilha do Sal é também duramente castigada no seu movimento, pois a crise no turismo estagnou por completo a economia local.

Já na área da colisão a redução generalizada do tráfego levou a uma quebra de sinistros nas vias o que fez reduzir o número de entradas no nosso após-venda.

### **Perspetivas**

Em 2021 dois processos eleitorais irão decorrer: as legislativas em abril e a eleição Presidencial em outubro. Numa situação normal teríamos uma natural redução de aquisições por parte do Estado e, também, no consumo dos funcionários não concursados. Porém, em função da pandemia, o Estado retirou do OGE 2021 as aquisições de viaturas e isto, para a Empresa, significa uma perda de possibilidades de venda ainda maior.

Para além do efeito das eleições, continuaremos a viver as incertezas provocadas pela pandemia. Inicialmente era previsível uma retoma das atividades turísticas já em janeiro de 2021, entretanto protelada para março.

Uma outra situação que por certo irá dificultar ainda mais a retoma turística é o plano de vacinação de Cabo Verde, uma vez que se prevê vacinar em 2021 somente 20% da população. A meta do Governo é alcançar os 60% tão somente em 2023.

Mesmo num cenário adverso e repleto de incertezas provocadas pela pandemia, e com o fim das isenções destinadas às pick-ups de cabine dupla (principal produto de vendas), tencionamos alcançar em 2021 um volume de negócios similar ao que tinha sido obtido em 2019, com uma previsão de 420 unidades.

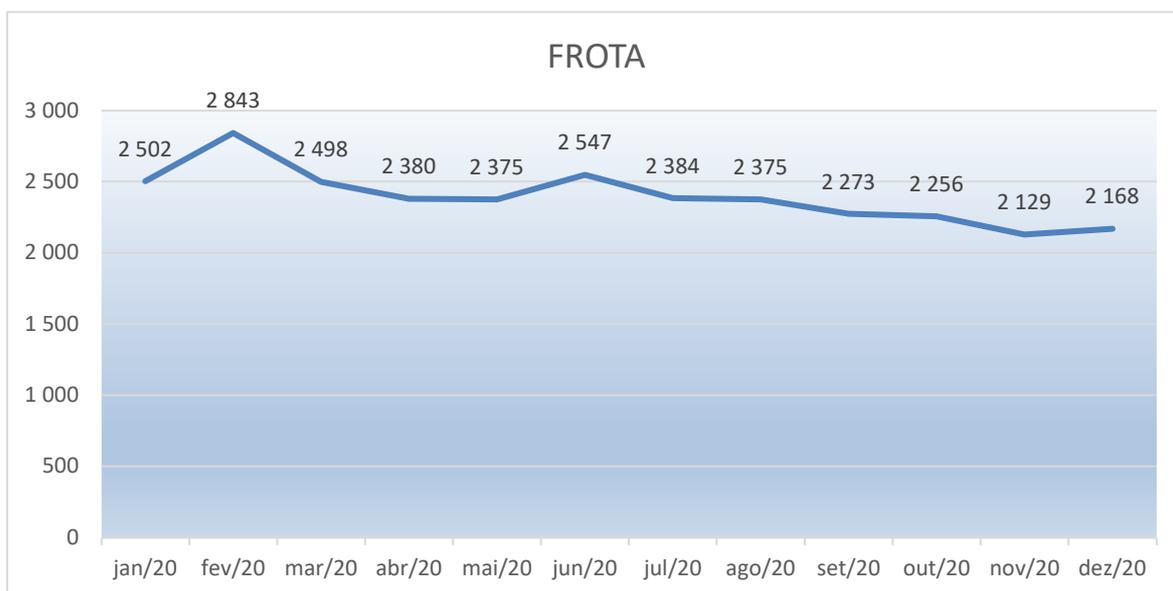
No que diz respeito ao Após Venda, contaremos com uma oferta de financiamento bancário aos nossos clientes para a realização de serviços de mecânica e colisão nas nossas oficinas. Contamos com esta ferramenta, alcançar os clientes que não realizam os serviços orçamentados por não terem meios para pagá-los a pronto. As vendas de peças no Balcão Público também estarão inseridas nesta modalidade. Ainda em relação ao BP de peças, pretendemos dinamizar as vendas on-line (via WhatsApp), pois esta modalidade trará uma opção a mais para os clientes residentes nas áreas onde estamos representados, mas também a possibilidade de alcançarmos clientes nas ilhas em que não estamos. Em face do exposto, também no Após Venda pensamos ser possível regressar aos patamares de venda pré-pandemia ainda durante o exercício de 2021.

### **CAETANO RENTING, S.A.**

O ano de 2020 foi completamente adverso, devido á pandemia de COVID-19 que afetou todo o Mundo e teve um impacto extremamente significativo em toda a economia, atingindo Portugal desde o mês de março, afetando em grande escala o sector do turismo, no qual a Caetano Renting está inserida.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

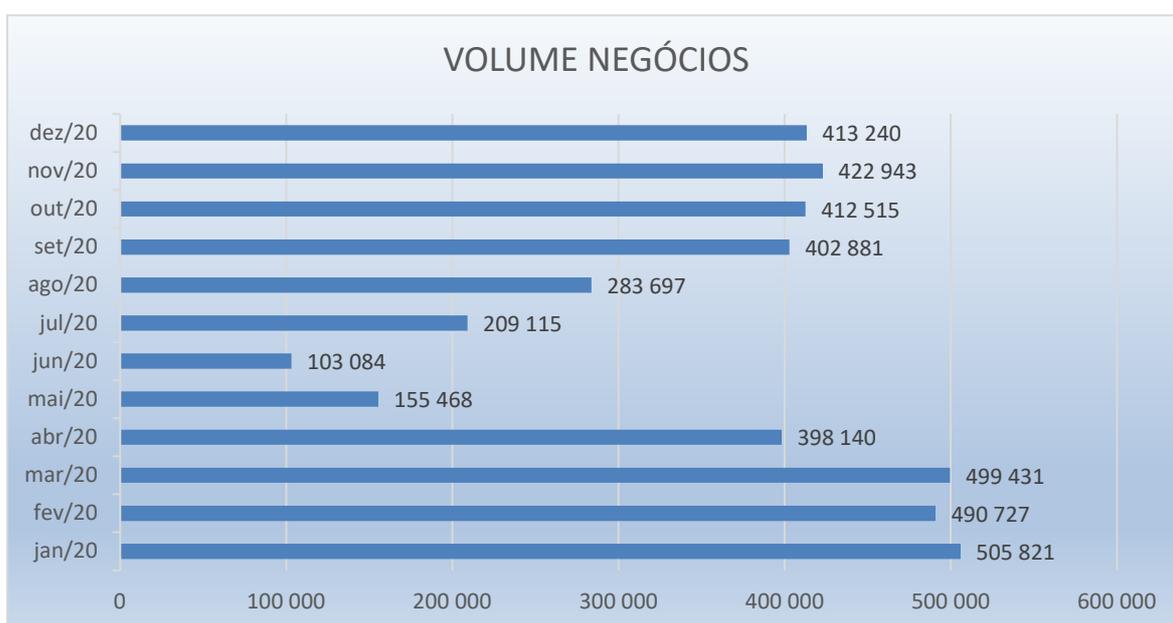
Face ao acima exposto, foram cancelados vários pedidos de novas viaturas, por parte das Rent a Car, que são o nosso principal segmento de mercado, tendo mesmo sido devolvidas diversas unidades, antecipadamente.



Nos principais meses de verão, entre junho e agosto, tivemos uma frota média de 2435 unidades, enquanto em igual período do ano anterior a média foi de 4090 unidades, o que significa um decréscimo de cerca de 40,46 %.

Concluimos o exercício de 2020 com uma frota de 2168 unidades.

Decorrente da pandemia, foram aceites dilações do terminus de contratos a diversos clientes, tendo tido maior relevância, uma vez mais, o segmento das Rent A Car, em que o período concedido foi de 4 meses "free", com efeitos a partir de abril, o que causou uma quebra do nosso Volume de Negócios, em 48,44%, quando comparamos com o ano 2019.



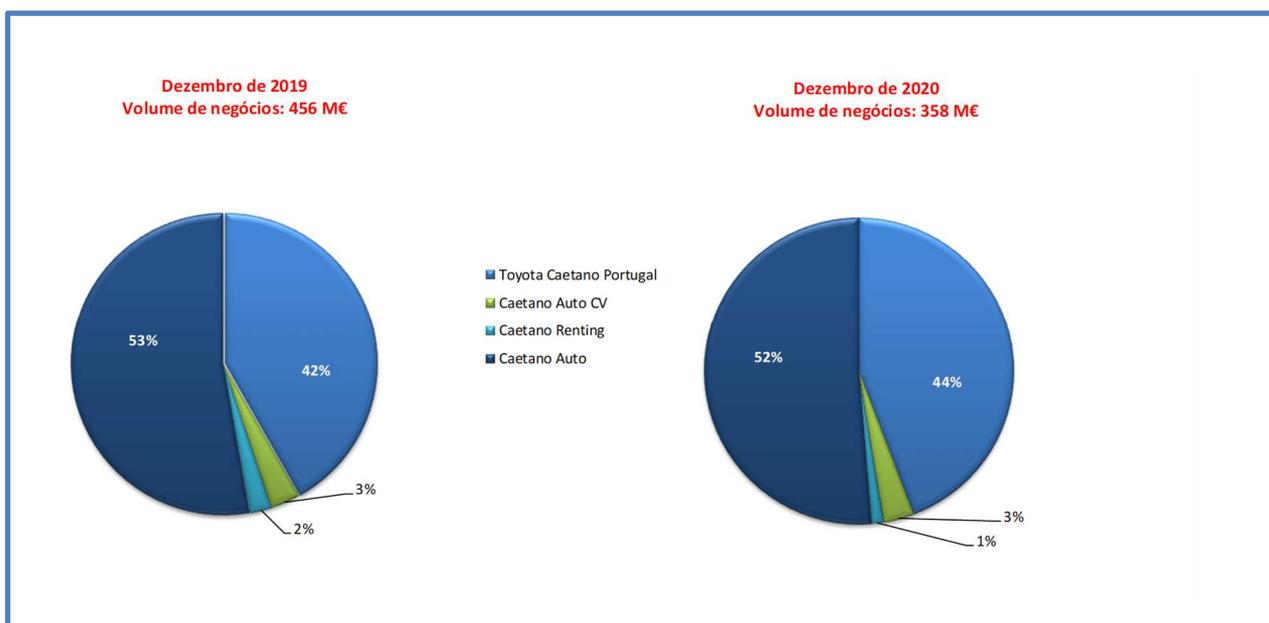
## Perspetivas

Para 2021, as perspetivas são de franca retoma da atividade, isto se se concretizarem as projeções de melhoria da situação pandémica a partir do período da Páscoa, permitindo assim gradualmente a retoma do fluxo do Turismo, na medida em que temos programadas entregas de cerca de 1120 unidades, para o segmento de “Rent A Car” bem como a passagem para o circuito de venda de semi-novos de cerca de 1300 viaturas, que em muito contribuirão para os nossos resultados.

## Análise consolidada

Durante ano de 2020, num contexto de total imprevisibilidade face à pandemia criada pelo COVID 19, o setor automóvel surgiu como um dos setores mais afetados, tendo-se registado uma forte quebra na venda de viaturas, face ao comportamento do mercado dos últimos períodos, impacto que também se fez sentir ao nível do Grupo Toyota Caetano Portugal.

Neste contexto, o Grupo registou um volume de negócios de cerca de 358 milhões de euros, denotando uma quebra de 21,6%, face ao período homólogo de 2019, com a componente de vendas de viaturas e peças a assumir uma maior influência (redução de 25%).



Não obstante se ter registado um decréscimo de atividade, foi possível quase manter a margem de comercialização, o que combinado com menores gastos de funcionamento e, de forma mais significativa, menores gastos com o pessoal, veio contribuir para que o Grupo se continuasse a situar em níveis positivos de resultados. Os menores gastos com o pessoal suportados, face ao período homólogo de 2019, encontram-se diretamente relacionados com a adesão ao Lay Off Simplificado por parte de algumas empresas que compõem o Grupo, com os consequentes apoios disponibilizados pela Segurança Social.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

Consequência da parceria estabelecida com a Toyota Financial Services (entidade relacionada pertencente ao perímetro Toyota Motor Corporation), em que se operacionalizou a atividade entre o Distribuidor e a Rede de Concessionários, com o objetivo de ver reduzido o tempo médio de cobrança, e consequentemente o endividamento bancário, a Toyota Caetano Portugal registou uma redução da conta Clientes de 17%, face a período homólogo de 2019. De igual modo, o endividamento bancário líquido, manteve-se dentro dos níveis expectáveis tendo registado em dezembro 2020, o montante de cerca de 33 milhões de euros, quando em dezembro de 2019 era de cerca de 32 milhões de euros.

Neste contexto, o Grupo continua a refletir a continuada política de gestão de meios disponíveis para a constituição de uma adequada estrutura de capitais, não tendo recorrido aos programas de moratórias decorrentes da lei e disponibilizados pelas instituições financeiras.

O grau de autonomia financeira do Grupo situa-se em 48,2%, 2,2 p.p. acima do registado no período homólogo.

Com o propósito de sintetizar a evolução da atividade e desempenho do Grupo Toyota Caetano Portugal, segue abaixo quadro de indicadores comparativos, na unidade monetária milhares de euros e que mais não espelham do que tudo o que acima foi referido:

	dez/19	dez/20	Varição
Volume de negócios	456 213	357 837	-21,6%
Lucro Bruto	107 422	83 192	-22,6%
% (f) vendas	23,5%	23,2%	
Fornecimentos e serviços externos	44 571	38 284	-14,1%
% (f) vendas	9,8%	10,7%	
Gastos com o pessoal	41 371	35 674	-13,8%
% (f) vendas	9,1%	10,0%	
E.B.I.T.D.A.	43 461	29 223	-32,8%
% (f) vendas	9,5%	8,2%	
Resultado operacional	18 293	8 900	-51,3%
% (f) vendas	4,0%	2,5%	
Resultados financeiros	-1 947	-2 372	-21,8%
% (f) vendas	-0,4%	-0,7%	
Resultado líquido consolidado	11 647	4 452	-61,8%
% (f) vendas	2,6%	1,2%	
Financiamento Bancário líquido	31 540	32 818	4,1%
Grau de autonomia financeira	46,0%	48,2%	

Ebitda= resultados operacionais + amortizações e depreciações

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

De salientar que com o alastrar da pandemia e nomeadamente após a declaração do estado de emergência já na 2<sup>a</sup> quinzena de março de 2020, o nosso Grupo viu-se confrontado com uma significativa redução da sua atividade, a qual atingiu nos meses subsequentes quebras acima dos 60%. Como é natural, reduções de atividade tão fortes e tão súbitas/inesperadas não permitem uma reação imediata que garanta em simultâneo o equilíbrio da relação custos/proveitos.

Este exercício de 2020 será evidentemente atípico face à evolução positiva que o Grupo vinha a apresentar s últimos anos, em que obteve resultados francamente positivos. No entanto, os resultados obtidos neste período, ainda que substancialmente distante dos obtidos no passado recente, registam o montante de cerca de 4,4 milhões de euros (com interesses minoritários), o que representa uma quebra de 61,8%, quando comparado com 2019.

O ano 2020 também ficou marcado por alterações ao nível do perímetro do Grupo, e, junto ao final do ano de 2020, a Toyota Caetano Portugal adquiriu as 12.000.000 ações da CaetanoBus, S.A., anteriormente detidas pela empresa Salvador Caetano Indústria, S.A. correspondente a cerca de 61,94%, por 16.320.000 euros.

Também nesta data, a Toyota Caetano Portugal passou a ser detentora das 7.350 ações, correspondente a 49% de participação, da empresa Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A., anteriormente detida pela empresa-mãe Salvador Caetano Auto - S.G.P.S., S.A., tendo pago a quantia de 22.785.000 euros,

Para terminar, informamos que, em 08 de agosto de 2019, a Salvador Caetano Auto - S.G.P.S., S.A., na qualidade de acionista da Toyota Caetano Portugal, propôs que fosse deliberado em Assembleia Geral de acionistas a ocorrer em 30 de agosto de 2019, nos termos e para efeitos do disposto na alínea b) do número 1 do artigo 27.º do Código dos Valores Mobiliários, sobre a perda, pela Toyota Caetano Portugal S.A., da qualidade de sociedade aberta. Os acionistas da Toyota Caetano Portugal reunidos em Assembleia Geral de 30 de Agosto 2019 votaram por unanimidade dos votos expressos favoravelmente à pretensão da Salvador Caetano Auto, SGPS, SA.. Na sequência dessa decisão e conseqüente comunicação à CMVM foi por esta última nomeada a sociedade de Revisores CFA – Cravo, Fontes, Antão & Associados, SROC, Lda para proceder á avaliação da sociedade Toyota Caetano Portugal, tendo em vista a definição do justo valor dos títulos representativos desta última. Conforme nos foi informado pela sociedade Salvador Caetano Auto, SGPS, SA., o valor apurado por ação pela CFA – Cravo, Fontes, Antão & Associados, SROC, Lda e comunicado pela CMVM em 17 de abril de 2020 não foi aceite pela Salvador Caetano Auto, SGPS, SA., tendo em consequência esta sociedade desistido da sua pretensão de aquisição dos títulos remanescentes da Toyota Caetano Portugal, SA e dado conhecimento de tal facto à CMVM em comunicação que lhe foi dirigida em 22 de abril de 2020.

Assim sendo a Toyota Caetano Portugal, SA manteve inalterada a sua qualidade de sociedade aberta.

## **Gestão de Riscos**

### Créditos sobre clientes

O risco de crédito, na Toyota Caetano, resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus Clientes, relacionados com a atividade operacional.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efetiva das dívidas operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, as empresas do Grupo expostas a este tipo de risco têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementados processos e procedimentos pró-ativos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, garantias bancárias etc).

### Risco de Taxa de Juro

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável na sua Demonstração da Posição Financeira Consolidada, e dos consequentes cash flows de pagamento de juros, a Toyota Caetano encontra-se exposta a risco de taxa de juro.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer pontualmente a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de juro.

### Risco de Taxa de Câmbio

Enquanto Grupo com relações comerciais geograficamente diversificadas, o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

A Toyota Caetano tem vindo a recorrer a derivados financeiros para cobrir, pelo menos parcialmente, a sua exposição às variações de taxas de câmbio.

## Risco de Liquidez

A gestão de risco de liquidez, na Toyota Caetano, tem por objetivo garantir que o Grupo possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez no Grupo compreende os seguintes aspetos:

- a) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
  - b) Diversificação de fontes de financiamento;
  - c) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
  - d) Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.
- A descrição pormenorizada deste ponto encontra-se expressa no Relatório de Governo Societário.

## **Outras Informações**

A Empresa não adquiriu, nem alienou ações próprias durante o exercício. À data de 31 de Dezembro de 2020, a sociedade não detinha ações próprias.

Cumpre-nos ainda informar a inexistência de dívidas ao setor público estatal e à Segurança Social, cujo pagamento se encontre em mora.

A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram realizados negócios entre a Empresa e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

## **Relatório não financeiro**

### **QUALIDADE, AMBIENTE E KAIZEN.**

Alinhada com o diagnóstico realizado às necessidades das suas partes interessadas, a Toyota Caetano Portugal, tem vindo a priorizar ao longo dos anos a implementação de uma política de ética e de transparência, materializando a sua estratégia de sustentabilidade, numa gestão social e ambientalmente responsável.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

Durante o ano de 2020, além da sua atividade habitual, a Toyota Caetano Portugal teve que fazer face à Pandemia Covid-19. Para tal foram realizadas várias ações, nomeadamente a elaboração e implementação de um Plano de Contingência e Manual de Continuidade do Negócio – Normas de Prevenção Covid-19.

A estratégia de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Melhoria Contínua, que foi definida para o ano 2020, encontra-se evidenciada nas principais ações implementadas e nos resultados obtidos:

- No âmbito do seu Sistema Integrado de Gestão da Qualidade, Ambiente destacou-se a realização de auditorias internas e externa de renovação, na área de importação de veículos ligeiros e comerciais Toyota e Lexus, mantendo-se as certificações de acordo com as normas ISO 9001:2015 e ISO 14001:2015.

- A DEI Norte, implementou um Sistema de Gestão de Energia, visando a sustentabilidade, gestão eficiente da energia e conseqüente redução de custos. Após auditoria externa, foi atingido o desafiante objetivo da certificação integrada dos seus sistemas de gestão, da Qualidade (ISO9001), Ambiente (ISO14001), Segurança (ISO45001) e Energia (ISO 50001 – novo referencial), no final do ano 2020.

- Também a DEI Sul realizou as auditorias ao seu Sistema Integrado de Gestão da Qualidade e do Ambiente, tendo mantido os certificados ISO 9001:2015 e ISO14001:2015.

- Na sequência do desafio da Toyota Material Handling Europe, foi dinamizada a participação na plataforma internacional Ecovadis, relativo à avaliação do nível de Responsabilidade Social e Sustentabilidade da Toyota Caetano Portugal, e que resultou na obtenção do nível Bronze (Top 50% de todas as organizações avaliadas).

Esta participação mobilizou de uma forma transversal diversos departamentos não só da Divisão Equipamentos Industriais mas também de toda a Toyota Caetano Portugal.

- Pelo sétimo ano consecutivo, a Toyota Caetano Portugal participou no relatório de desenvolvimento sustentável “*Carbon Disclosure Project (CDP) – Climate Change*”, promovendo a transparência corporativa e a contabilização da pegada de carbono da organização, tendo alcançado o nível B (*Management*).

- A Toyota Caetano Portugal tem vindo a reforçar a sua estratégia de melhoria contínua (Kaizen). Os resultados da melhoria contínua, foram alvo de reconhecimento por parte da Administração aos colaboradores.

- Foram também implementadas reuniões Kaizen de equipa, através de plataforma digital, para manter a continuidade dos procedimentos de melhoria contínua, quando do incremento do teletrabalho (prevenção pandemia Covid-19);

- Trabalhar com veículos eletrificados Toyota e Lexus, dá-nos a oportunidade de fazer a diferença no nosso planeta. É uma oportunidade para promover a mudança para a neutralidade carbónica, alinhada com os objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS). É por isso, que a Toyota Caetano Portugal, continua empenhada na implementação do seu programa “Desafio Ambiental Toyota 2050”, em coordenação com a Toyota Motor Europe.

- Para este resultado CDP, muito tem contribuído a estratégia de massificação de viaturas eletrificadas no mercado nacional, onde atingimos um excelente ratio de perto dos 70% de venda de viaturas híbridas e plug-in sobre o total de vendas de ligeiros de passageiros.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

- Uma das melhorias implementadas rumo à neutralidade carbónica, foi a alteração do consumo de energia elétrica convencional para consumo de energia verde (proveniente de fontes renováveis), certificada pela EDP.
- As ações de eficiência energética implementadas nos seus edifícios e processos também foram alvo de significativas melhorias. Existiram ações de melhoria energética com a transformação gradual dos edifícios para iluminação com LED, reduzindo substancialmente o consumo.
- Foi também dada continuidade ao Programa “Um Toyota, Uma Árvore”, onde desde 2005 que a Toyota contribui para tornar Portugal mais verde, oferecendo à Natureza uma árvore por cada viatura vendida. Este Programa, tem-se desenvolvido e crescido de forma a permitir contribuir cada vez mais e de forma sustentável no tempo para a recuperação de zonas ardidas, baldias e terrenos áridos, recorrendo a uma escolha de plantas e arbustos florestais certificados e em harmonia com a biodiversidade da área a plantar.

### **Relato das questões sociais relativas aos trabalhadores**

#### **Atividade DPC**

Desde 2015, ano da sua criação, que a Direção Corporativa Pessoas, Marca e Comunicação percorre a ambição diária de tornar a Toyota Caetano Portugal num local melhor para se viver, crescer e trabalhar. Um objetivo que guia o nosso trabalho e que nos orienta na construção de um Sistema Integrado de Gestão de Pessoas e Marca Empregadora cada vez mais intuitivo, digital, eficiente e interligado, alinhado com os Valores e a Cultura da organização e com as orientações do negócio.

2020 foi o ano em que a Gestão de Pessoas teve de enfrentar um desafio sem precedentes: uma pandemia global, que deu origem a uma crise de saúde pública que trouxe a incerteza e a ansiedade às empresas. A nossa principal preocupação desde o primeiro momento tem sido a saúde e a segurança das nossas Pessoas, e assim tem prevalecido ao longo de todos os meses. Para dar resposta à pandemia ,foi criada uma task force de acompanhamento da COVID-19, composta por especialistas nas áreas de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho, incluindo médico, Jurídico-laboral, Recursos Humanos e Comunicação, que diariamente alinhavam esforços para dar as melhores e mais esclarecedoras respostas a toda a organização, sobre a evolução da pandemia, as medidas de proteção e prevenção individual e coletiva e os reflexos na dinâmica Laboral com a adesão ao Lay off simplificado. Foram disponibilizados conteúdos de informação, formação e sensibilização e disseminados boletins informativos à medida que se justificava comunicar, ressaltando sempre o equilíbrio entre a informação disponível e aquela que era verdadeiramente importante para os nossos Colaboradores.

A adaptação ao teletrabalho foi outro dos marcos de 2020: de um dia para o outro as equipas da Toyota, e cujas funções o permitiam, passaram do trabalho presencial para trabalho à distância. Graças à resiliência e agilidade das nossas Pessoas e às ferramentas digitais, esta passagem decorreu de forma pacífica, a contrastar com o Mundo lá fora. A determinação de todos em lidar com esta exigente realidade foi essencial para a consequente adaptação do negócio e de toda a atividade de suporte.

Mas os desafios não ficaram por aqui. Para além de darmos espaço a novas formas de trabalhar, foi preciso ainda mais flexibilidade das nossas equipas para redefinir processos. Para isto, foram fundamentais as ferramentas de Melhoria Contínua que migraram connosco para o digital e que possibilitaram que todas as equipas fizessem Kaizen Digital de forma quase instantânea. Kaizen semanal, Kamishibai, Hoshin, registo de ideias, nenhum dos instrumentos foi esquecido no escritório.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

Adaptámos também os eventos às ferramentas digitais: Natal digital, ações de sensibilização sobre variados temas e seminários de liderança passaram a assumir um computador como tela, numa nova realidade que se revelou muito eficaz e verdadeiramente mobilizadora da família Toyota.

E como alicerce fundamental para tudo isto, continuámos a aposta na @cademia Ser Caetano. A plataforma de e-learning que lançámos em 2019 e que teve um papel ainda mais determinante durante a pandemia, conseguindo levar formações digitais aos Colaboradores, das quais podemos destacar as formações de apoio ao teletrabalho, a formação sobre ferramentas digitais e as sessões de fortalecimento das nossas Lideranças, cujos desafios foram tão grandes e tão diferentes dos anos anteriores. Destaque ainda para o desenvolvimento de um Programa de Formação Flash online sobre Comunicação com o Cliente usando eficazmente a panóplia de ferramentas digitais e as Redes Sociais.

A @cademia Ser Caetano conta hoje com o envolvimento de mais de 3770 colaboradores e 15 mil horas de formação. Com quase 50 conteúdos adaptados às realidades de cada equipa e com a comodidade do digital, o propósito de alinhamento corporativo, através da disseminação mais eficaz de mensagens chave e do reforço dos nossos valores, foi também muito útil num tempo em que a união fez a força. Esta ferramenta foi ainda um aliado no processo de Integração e Acolhimento de novos Colaboradores.

Quanto aos indicadores da formação de ativos, 2020 contou com 37 100 horas, num total de 520 cursos repartidos pelas áreas de retalho, serviços e indústria, e com 3114 Colaboradores envolvidos. A formação de jovens teve um total de 784 195 horas, em 51 cursos e 945 formandos, espalhados pelos 7 Centros de Formação, em todo o país.

A nossa Responsabilidade Social também não ficou de lado. Num ano atípico, revelou-se ainda mais determinante a aposta em ações que refletem os nossos compromissos. Por isso, cedemos viaturas aos profissionais de saúde, para apoio no combate à pandemia, doámos EPIs e apoiámos a logística complexa na organização de bens alimentares e outros. Também olhámos para dentro e apoiámos os nossos Colaboradores que passaram dificuldades despoletadas pela pandemia e levámos a cabo a iniciativa Caetano Presente – um verdadeiro esforço de implementação, mas que permitiu aligeirar este momento para muitas Pessoas e nos permitiu olhar para elas com outros olhos e novas preocupações.

Além de tudo isto, não abandonámos os restantes projetos estruturais na Gestão de Pessoas e na atração e retenção de talento, nomeadamente o desenvolvimento de uma ferramenta de Assessment para avaliar o alinhamento com a estratégia “BRiT (Best Retail in Town)”, o fortalecimento da estratégia de employer branding para afirmar a Toyota Caetano Portugal, cada vez mais, como um empregador de referência; a Gestão de Desempenho e Desenvolvimento, que deu mais passos no sentido de tornar o feedback e o desenvolvimento contínuos cada vez mais fortes; o Barómetro Ser Caetano, estudo de clima organizacional que nos permitiu recolher a perceção dos nossos Colaboradores face à organização, ao mesmo tempo que foi aplicado na Rede Concessionário Toyota e Lexus o EES (Employee Engagement Survey); e continuámos o caminho da transformação digital, para disponibilizar informação de forma ágil e prática a todos. 2020 foi sem dúvida o ano que mais evidenciou o papel da Gestão de Pessoas e dos Colaboradores no sucesso das organizações. Ninguém estava preparado para enfrentar uma situação destas e todos tivemos que nos ajustar num curto espaço de tempo, acelerando o processo de transformação digital das empresas, que no nosso caso já estava em curso. Um desafio que exigiu de todos entendimento, resiliência e uma forte capacidade de adaptação. Muitos outros desafios se seguirão, na certeza, porém, de que só ao unir as Pessoas e as ideias, por uma proposta de valor comum, estaremos todos a contribuir para a sustentabilidade do negócio e por dar continuidade à nossa história.

## **Igualdade entre homens e mulheres**

Na Toyota Caetano Portugal, a promoção da igualdade de género é uma preocupação constante, valorizando as competências técnicas e a atitude, independentemente do género, assim como as respetivas compensações. Num setor historicamente masculino, importa salientar a riqueza da diversidade de género e estamos empenhados na contratação de mulheres para áreas e funções onde a sua representatividade seja ainda reduzida, bem como para a liderança de projetos dentro das equipas.

## **Não discriminação**

Atitudes e comportamentos que promovam a discriminação são veementemente repudiados pela Toyota Caetano Portugal. Estamos no mercado com uma atitude íntegra, honesta, com respeito por todos, promovendo um ambiente de trabalho cordial e digno. Simultaneamente, a organização é promotora ativa da igualdade de oportunidades e da integridade moral de todos os intervenientes no negócio.

## **Respeito pelos Direitos Humanos**

Com profunda inspiração pelo Toyota Way, em harmonia com a atitude Ser Caetano, a Toyota Caetano Portugal alicerça a sua prática na defesa dos Direitos Humanos e no respeito pelas Pessoas. Não são, por isso, admitidos comportamentos discriminatórios, com base na raça, etnia, nacionalidade, origem social, idade, sexo, ideologia, opinião política, religião ou qualquer tipo de condição física ou social. A TCAP promove também o alargamento destas práticas nas relações com os stakeholders, nomeadamente junto dos Colaboradores, para que estas sejam levadas para as suas relações pessoais.

## **Diversidade**

A Toyota Caetano Portugal promove a diversidade, desde a sua gestão até aos corpos sociais. A renovação dos quadros diretivos é uma preocupação para a empresa, que entende a experiência e o conhecimento como sendo qualificações necessárias e indispensáveis para o exercício das funções. Só nestas condições se pode ter uma estratégia sustentável. Também as mulheres têm um papel preponderante neste equilíbrio, tendo vindo progressivamente a ocupar cada vez mais lugares de liderança. No recrutamento e na formação é incentivada a discussão e aprendizagem intergeracional. Assente nestas práticas de diversidade de género e partilha entre gerações, a TCAP assume-se como uma empresa preparada para enfrentar os desafios de um mundo cada vez mais global e inclusivo. O ano de 2020 representa um marco no incentivo à integração de Pessoas portadoras de Deficiência, através da consolidação do Protocolo no âmbito da empregabilidade firmado com a Associação Salvador, assinado em 2019, que tem sido essencial para nos ajudar a percorrer o caminho da inclusão nas nossas equipas de trabalho.

## Declaração

Declaramos, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº 1 do artigo 245º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do nosso conhecimento, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Toyota Caetano Portugal, relativas ao ano de 2020, foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados desta sociedade e das empresas incluídas no seu perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição desta sociedade e das suas subsidiárias incluídas no perímetro de consolidação, bem como uma descrição dos riscos e incertezas mais significativos com que se defrontam.

## Proposta de Aplicação dos Resultados

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação do resultado líquido apurado no exercício, no valor de Euros 4.644.725,70 expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal:

a) Para a conta de Resultados Transitados	Eur	4.644.725,70
---	-----	--------------

## Impactos Pandemia Covid 19

No seguimento da declaração por parte da OMS do Estado de Pandemia devido à disseminação da pandemia Covid-19 importa referir alguns impactos nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro:

### Atividade/Rentabilidade

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras anexas, a atividade da Empresa sofreu uma quebra de cerca de 22,2% fruto dos diversos constrangimentos que a pandemia provocou, sendo de destacar as interrupções / paragens de produção ora provocadas pelas medidas restritivas de saúde pública implementadas, ora provocadas pelas dificuldades logísticas em movimentar pessoas, mercadorias e equipamentos.

Ao nível da rentabilidade, fruto das interrupções / paragens ocorridas com o conseqüente impacto negativo na produtividade e na diluição dos custos fixos, o EBITDA sofreu igualmente uma quebra de cerca de 32,8%. A este respeito, há que salientar que é expectativa da Empresa que à medida que se for retomando o ritmo normal, a rentabilidade voltará a atingir os níveis alcançados no passado.

## **Financiamento**

Pese embora a menor rentabilidade das operações, as necessidades de financiamento da Empresa não se agravaram tendo conseguido financiar a sua atividade através de linhas de crédito disponibilizadas sem necessidade de recorrer às linhas estabelecidas pelo Estado / sistema financeiro Português para fazer face ao momento de crise como as linhas Covid e processo de moratórias estabelecido pelo Estado / sistema financeiro Português.

Por outro lado, fruto das medidas de apoio à economia implementadas pelo Estado Português não se verificou um agravamento nos custos de financiamento.

Por último, até à data, não foi sentido igualmente nenhum agravamento significativo no prazo médio de recebimento dos clientes que tenha afetado as necessidades de financiamento da Empresa

## **Liquidez**

De acordo com a sua política de gestão direcionada à manutenção de uma reserva de liquidez adequada e estando a Empresa consciente dos reflexos económico-financeiros, os quais terão inerentemente efeitos negativos sobre a sua atividade/rentabilidade futura, importa referir que se encontram disponíveis no momento linhas de crédito bancário não utilizadas no montante de mais de 50 M€, estando assim assegurada, em nosso entender, a continuidade das operações pelo menos por um período de 12 meses.

## **Mecanismos de apoio colocados à disposição pelo Governo**

O Governo consciente dos reflexos económico-financeiros sobre a atividade/rentabilidade das empresas implementou uma série de medidas de apoio que a Empresa utilizou com o seguinte montante aproximado de benefício:

- Apoio extraordinário à manutenção do contrato de trabalho, Lay-off simplificado 1.934.369 €
- Incentivo à normalização da atividade 1.113.880 €

## **Outros Assuntos / Agradecimentos**

Ao concluir este relatório pretendemos transmitir uma palavra de agradecimento:

- Aos nossos Clientes e Concessionários pela permanente confiança que depositaram nos nossos produtos e pela distinção da sua escolha;
- Às Entidades Bancárias pela colaboração e apoio que sempre manifestaram no acompanhamento da nossa atividade;
- Aos restantes Órgãos Sociais pela colaboração prestada ao longo da sua atuação;
- Aos nossos Colaboradores que, pela sua disponibilidade e entusiasmo, se empenharam no desenvolvimento da Empresa.

Vila Nova de Gaia, 31 de março de 2021

O Conselho de Administração

José Reis da Silva Ramos –Presidente  
Maria Angelina Martins Caetano Ramos  
Salvador Acácio Martins Caetano  
Miguel Pedro Caetano Ramos  
Gisela Maria Falcão Sousa Pires Passos  
Matthew Peter Harrison  
Katsutoshi Nishimoto

## INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A.

(Nos termos do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com a alínea c) do artigo 9.º e do número 4 do artigo 14.º, ambos do Regulamento 5/2008 da CMVM)

Em cumprimento do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que, na data de 31 de dezembro de 2020, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não detinham quaisquer ações ou obrigações da mesma.

Declara-se ainda que os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não realizaram durante o exercício de 2020 quaisquer aquisições, onerações ou cessações de titularidade que tenham por objeto ações ou obrigações da Sociedade.

Mais se declara de seguida, os valores mobiliários da sociedade detidos por sociedades em que os membros dos órgãos de administração e fiscalização exercem cargos nos órgãos sociais:

- a acionista Salvador Caetano Auto, SGPS, S.A. (da qual a Senhora **Maria Angelina Martins Caetano Ramos** é Presidente do Conselho de Administração, o Senhor **Salvador Acácio Martins Caetano** é Vice-Presidente do Conselho de Administração e o Senhor **Miguel Pedro Caetano Ramos** é Vogal do Conselho de Administração), Adquiriu: em 16 de Março de 2020, 1.000 ações ao preço de 2,70 € cada uma; 18 de Março de 2020, 17.289 ações ao preço de 2,80 € cada uma; 19 de Março de 2020, 113.377 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 23 de Março de 2020, 15.976 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 27 de Março de 2020, 801 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 30 de Março de 2020, 10.221 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 30 de Março de 2020, 45 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 1 de Abril de 2020, 3.461 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 2 de Abril de 2020, 83 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 8 de Abril de 2020, 3.200 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 20 de Abril de 2020, 33.413 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 22 de Abril de 2020, 25.000 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 23 de Abril de 2020, 223.776 ações ao preço de 2,80 € cada uma; em 15 de Maio de 2020, 8.870 ações ao preço de 2,70 € cada uma; em 18 de Maio de 2020, 5.000 ações ao preço de 2,70 € cada uma; em 21 de Maio de 2020, 5.554 ações ao preço de 2,70 € cada uma; em 24 de Junho de 2020, 1.865 ações ao preço de 2,70 € cada uma; em 22 de Julho de 2020, 11 ações ao preço de 2,70 €; em 24 de Julho de 2020, 5 ações ao preço de 2,70 €; em 28 de Julho de 2020, 35 ações ao preço de 2,70 €; em 29 de Julho de 2020, 1.501 ações ao preço de 2,20 €; em 9 de Setembro de 2020, 1.015 ações ao preço de 2,70 €; em 21 de Setembro de 2020, 55 ações ao preço de 2,72 €; em 23 de Setembro de 2020, 2.000 ações ao preço de 2,74 €; em 25 de Setembro de 2020, 110 ações ao preço de 2,74 €; em 8 de Outubro de 2020, 875 ações ao preço de 2,76 €; em 14 de Outubro de 2020, 610 ações ao preço de 2,76 € e 35 ações ao preço de 2,60 €; em 15 de Outubro de 2020, 600 ações ao preço de 2,60 €; em 19 de Outubro de 2020, 325 ações ao preço de 2,60 €; em 26 de Outubro de 2020, 200 ações ao preço de 2,60 €; em 27 de Outubro de 2020, 1 ação ao preço de 2,60 €; em 28 de Outubro de 2020, 4.504 ações ao preço de 2,78 €; em 6 de Novembro de 2020, 825 ações ao preço de 2,78 €; em 13 de Novembro de 2020, 940 ações ao preço de 2,80 €; em 18 de Novembro de 2020, 160 ações ao preço de 2,78 €; em 25 de Novembro de 2020, 644 ações ao preço de 2,80 €; em 27 de Novembro de 2020, 49 ações ao preço de 2,74 €; pelo que em 31 de Dezembro de 2020 detinha 24.421.096 ações com o valor nominal de 1 euro cada.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

- a acionista COVIM – Sociedade Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A. não teve movimentos (da qual a senhora **Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos** é Presidente do Conselho de Administração, o Senhor **Eng.º José Reis da Silva Ramos** é cônjuge da Presidente do Conselho de Administração), pelo que em 31 de Dezembro de 2020 detinha 393.252 ações, com o valor nominal de 1 euro cada.

Para o efeito previsto na parte final do número 1 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais (sociedades em relação de domínio ou de grupo com a sociedade), declara-se que:

- **Eng.º José Reis da Silva Ramos**, Presidente do Conselho de Administração, é titular de:
  - 39,49%<sup>1</sup> do capital social da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;

<sup>1</sup> Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge

- **Dr.ª Maria Angelina Martins Caetano Ramos**, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:
  - 39,49%<sup>1</sup> do capital social da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;

<sup>1</sup> Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge

- **Eng.º Salvador Acácio Martins Caetano**, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:
  - 39,49%<sup>1</sup> do capital social da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade;

<sup>1</sup> Esta percentagem inclui ações detidas pelo cônjuge

- **Eng.º Miguel Pedro Caetano Ramos**, Vogal do Conselho de Administração, é titular de:
  - 0,00223% do capital social da Grupo Salvador Caetano, SGPS, S.A., sociedade que está em relação de domínio com a Sociedade.

## **PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS**

(Nos termos do Regulamento 5/2008 da CMVM)

À data de 31 de Dezembro de 2020, os acionistas com participações qualificadas no capital da sociedade são os seguintes:

ACIONISTA	Ações	% dos direitos de voto
Salvador Caetano - Auto - SGPS, S.A.	24.421.096	69,774
Toyota Motor Europe NV/SA	9.450.000	27,000

***Contas Individuais***

***Dezembro 2020***

**INDICADORES FINANCEIROS**

(Euros)

	DEZ '20	DEZ '19
VOLUME DE NEGÓCIOS	292 720 184	370 989 460
CASH-FLOW BRUTO	16 145 633	21 780 049
RESULTADO LÍQUIDO	4 644 726	11 593 984
GASTOS DE FINANCIAMENTO LÍQUIDOS	1 798 135	1 868 571
GASTOS COM O PESSOAL	14 756 963	16 594 512
INVESTIMENTO LÍQUIDO	3 871 270	8 699 177
FUNDO DE MANEIO BRUTO	59 289 243	97 660 241
VAB	40 710 132	50 118 614
UNIDADES VENDIDAS	14 322	18 504
VOLUME DE EMPREGO	529	533

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE DEZEMBRO DE 2019

ATIVO	Notas	31/12/2020	31/12/2019 Reexpresso (Nota 3)
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Ativos intangíveis	8	598 320	202 804
Ativos fixos tangíveis	5	23 409 892	27 400 458
Propriedades de investimento	6	12 146 841	12 754 648
Goodwill	7	611 997	611 997
Participações financeiras em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	9	81 887 183	44 413 802
Outros ativos financeiros		19 600	19 600
Ativos por impostos diferidos	15	1 453 007	1 447 256
Total de ativos não correntes		<u>120 126 841</u>	<u>86 850 565</u>
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>			
Inventários	11	46 842 336	75 326 451
Clientes	12	55 370 533	72 522 678
Outras dívidas de terceiros	13	4 337 633	4 453 817
Imposto sobre o rendimento a recuperar	15	872 541	253 616
Outros ativos correntes	14	1 041 347	499 118
Financiamentos a Empresas Participadas	10	18 847 237	1 995 192
Caixa e equivalentes a caixa	4	8 141 407	9 465 441
Total de ativos correntes		<u>135 453 034</u>	<u>164 516 312</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>255 579 875</u>	<u>251 366 877</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	31/12/2020	31/12/2019 Reexpresso (Nota 3)
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social		35 000 000	35 000 000
Reserva legal		7 498 903	7 498 903
Ajustamentos em ativos financeiros		10 540 468	8 437 143
Reservas de reavaliação		6 195 184	6 195 184
Outras reservas		67 197 238	67 319 346
Resultados transitados		14 628 750	5 279 796
Resultado líquido do exercício		4 644 726	11 593 984
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	16	<u>145 705 269</u>	<u>141 324 356</u>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	17	21 832 243	34 956 029
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	21	6 384 523	6 150 000
Passivos por impostos diferidos	15	99 169	110 279
Total de passivos não correntes		<u>28 315 935</u>	<u>41 216 308</u>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	17	15 097 337	5 968 352
Fornecedores	18	31 015 239	33 586 141
Outras dívidas a terceiros	19	13 784 347	13 078 051
Outros passivos correntes	20	21 661 749	16 193 669
Total de passivos correntes		<u>81 558 671</u>	<u>68 826 213</u>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<u>109 874 606</u>	<u>110 042 521</u>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>		<u>255 579 875</u>	<u>251 366 877</u>

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
KATSUTOSHI NISHIMOTO  
MATTHEW PETER HARRISON  
GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

	Notas	31/12/2020	31/12/2019 Reexpresso (Nota 3)
Rendimentos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	23 e 24	292 720 184	370 989 460
Outros rendimentos operacionais	27	20 942 688	23 324 743
Variação da produção	11	190 974	1 132 295
Total de rendimentos operacionais		<u>313 853 846</u>	<u>395 446 498</u>
Gastos operacionais:			
Custo das vendas	11	-232 800 343	-299 315 135
Fornecimentos e serviços externos	25	-39 997 270	-45 661 899
Gastos com o pessoal	26	-14 756 963	-16 594 512
Amortizações e depreciações	5, 6 e 8	-8 074 127	-8 699 177
Imparidade de inventários	22	424 743	-561 873
Imparidade de dívidas a receber	22	-435 784	-36 526
Outros gastos operacionais	27	-8 355 502	-10 123 588
Total de gastos operacionais		<u>-303 995 247</u>	<u>-380 992 711</u>
Resultados operacionais		9 858 599	14 453 787
Resultados relativos a participações financeiras em empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	9	-1 512 104	2 245 031
Juros e outros custos financeiros	28	-1 870 218	-1 873 154
Outros rendimentos financeiros	28	72 083	4 583
Resultados antes de impostos		6 548 361	14 830 247
Impostos sobre o rendimento do exercício	15	<u>-1 903 635</u>	<u>-3 236 263</u>
Resultado líquido do exercício		4 644 726	11 593 984

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
KATSUTOSHI NISHIMOTO  
MATTHEW PETER HARRISON  
GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE DEZEMBRO DE 2019

(Euros)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Resultado líquido do exercício		4 644 726	11 593 984
Items de outro rendimento integral que não serão subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:			
Remensurações (responsabilidades atuariais valor bruto)	21	-157 557	
Imposto diferido (responsabilidades atuariais)	15	35 450	
Aplicação do método da equivalência patrimonial	9	-141 705	
Rendimento integral do período		4 380 913	11 593 984

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
KATSUTOSHI NISHIMOTO  
MATTHEW PETER HARRISON  
GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO EXERCÍCIO DE 2020 E 2019

	Notas	Capital social	Reserva legal	Reserva de reavaliação	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras reservas	Total Reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do Capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2019		35 000 000	7 498 903	6 195 184	5 810 898	67 319 346	86 824 331	1 788 817	12 786 759	136 399 907
Alterações no período										0
Aplicação do Resultado líquido do ano anterior					2 295 780		2 295 780	3 490 979	-5 786 759	0
Dividendos distribuídos	16								-7 000 000	-7 000 000
Rendimento integral									11 593 984	11 593 984
Outras alterações reconhecidas no Capital próprio	9				330 465		330 465			330 465
Saldos em 31 de dezembro de 2019		35 000 000	7 498 903	6 195 184	8 437 143	67 319 346	89 450 576	5 279 796	11 593 984	141 324 356
Saldo em 1 de janeiro de 2020		35 000 000	7 498 903	6 195 184	8 437 143	67 319 346	89 450 576	5 279 796	11 593 984	141 324 356
Alterações no período										0
Aplicação do Resultado líquido do ano anterior					2 245 031		2 245 031	9 348 953	-11 593 984	0
Rendimento integral					-141 705	-122 107	-263 813		4 644 726	4 380 913
Saldos em 31 de dezembro de 2020		35 000 000	7 498 903	6 195 184	10 540 468	67 197 239	91 431 794	14 628 750	4 644 726	145 705 269

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
KATSUTOSHI NISHIMOTO  
MATTHEW PETER HARRISON  
GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS

**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Euros)

	Notas	2020	2019
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes		383 421 849	514 813 229
Pagamentos a fornecedores		-248 598 427	-378 663 633
Pagamentos ao pessoal		-10 967 326	-11 363 151
<b>Fluxo gerado pelas operações</b>		<b>123 856 096</b>	<b>68 671 629</b>
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-2 233 179	-6 919 904
Outros recebimentos/pagamentos		-62 138 096	-77 189 610
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		<b>59 484 822</b>	<b>40 676 932</b>

<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos concedidos a Empresas Participadas	9	4 147 955	1 629 831
Ativos fixos tangíveis	5	1 592	
Propriedades de investimento	6	1 300 000	5 449 547
			1 629 831
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	9	-39 127 191	-1 618 680
Financiamentos concedidos a Empresas Participadas	10	-21 000 000	
Ativos fixos tangíveis	5	-541 242	-1 345 701
Propriedades de investimento	6	-69 985	-404 473
Ativos intangíveis	8	-300 569	-219 205
		-61 038 987	-3 588 059
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		<b>-55 589 440</b>	<b>-1 958 228</b>

<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	17	64 497 077	64 497 077
			93 000 000
93 000 000			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	17	-62 250 000	-122 400 000
Amortização de passivos de locação	17	-6 241 448	-6 219 749
Juros e gastos similares		-1 225 045	-1 620 851
Dividendos	16		-7 016 060
		-69 716 492	-137 256 659
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>-5 219 415</b>	<b>-44 256 659</b>

**CAIXA E EQUIVALENTES**

Caixa e seus equivalentes no início do exercício	4	9 465 441	15 003 395
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	8 141 407	9 465 441
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>		<b>-1 324 034</b>	<b>5 537 955</b>

 O CONTABILISTA CERTIFICADO  
 ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

 O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
 JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente  
 MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
 SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
 MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
 KATSUTOSHI NISHIMOTO  
 MATTHEW PETER HARRISON  
 GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS

### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia, tendo como atividades a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados bem como a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respetiva assistência pós-venda, a criação e operacionalização de projetos de formação e desenvolvimento de recursos humanos, bem como a gestão de imóveis próprios, incluindo o arrendamento dos mesmos, e ainda o aluguer de veículos de curta ou longa duração, com ou sem condutor.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

A Toyota Caetano Portugal, S.A. pertence ao Grupo Salvador Caetano (Grupo liderado pela sociedade Grupo Salvador Caetano S.G.P.S., S.A.), sendo detida diretamente pela sociedade Salvador Caetano – Auto – S.G.P.S., S.A. desde finais do ano de 2016.

A Toyota Caetano é o importador e distribuidor das marcas Toyota (viaturas e empilhadores), Lexus (viaturas) e BT (empilhadores) para Portugal, encabeçando um Grupo (“Grupo Toyota Caetano”) que se apresenta da seguinte forma a 31 de dezembro de 2020:

<u>Empresas</u>	<u>Sede</u>
<u>Com sede em Portugal:</u>	
Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Empresa-mãe”)	Vila Nova de Gaia
Caetano Renting, S.A. (“Caetano Renting”)	Vila Nova de Gaia
Caetano – Auto, S.A. (“Caetano Auto”)	Vila Nova de Gaia
Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A.	Vila Nova de Gaia
Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	Vila Nova de Gaia
<u>Com sede noutros países:</u>	
Caetano Auto CV, S.A. (“Caetano Auto CV”)	Praia (Cabo Verde)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 verificou-se alteração na composição do perímetro do Grupo Toyota Caetano com a aquisição, no final do exercício, de participações nas empresas Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A. e Finlog, S.A. (Nota 9).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Empresa opera.

### 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As bases de apresentação e as principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia em vigor para o exercício económico iniciado a 1 de janeiro de 2020. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (“IFRS - IC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia à data de publicação de contas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Estas demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, tomando por base o princípio do custo histórico com a exceção de alguns instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos / passivos;

Nível 2 – o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.4.

## 2.2 ADOÇÃO DE IAS/IFRS NOVOS OU REVISTOS

### **Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício**

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2020:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
Emendas a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS	1-jan-20	Corresponde a emendas em diversas normas (IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32) em relação a referências à Estrutura Conceptual revista em março de 2018. A Estrutura Conceptual revista inclui definições revistas de um ativo e de um passivo e novas orientações sobre mensuração, desreconhecimento, apresentação e divulgação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
Emenda à IAS 1 e IAS 8 – Definição de material	1-jan-20	Corresponde a emendas para clarificar a definição de material na IAS 1. A definição de material na IAS 8 passa a remeter para a IAS 1. A emenda altera a definição de material em outras normas para garantir consistência. A informação é material se pela sua omissão, distorção ou ocultação seja razoavelmente esperado que influencie as decisões dos utilizadores primários das demonstrações financeiras tendo por base as demonstrações financeiras.
Emenda à IFRS 3 – Definição de negócio	1-jan-20	Corresponde a emendas à definição de negócio, pretendendo clarificar a identificação de aquisição de negócio ou de aquisição de um grupo de ativos. A definição revista clarifica ainda a definição de output de um negócio como fornecimento de bens ou serviços a clientes. As alterações incluem exemplos para identificação de aquisição de um negócio.
Emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – reforma das taxas de juro benchmark (IBOR Reform)	1-jan-20	Corresponde a emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 relacionadas com o projeto de reforma das taxas de juro de <i>benchmark</i> (conhecido como “IBOR reform”), no sentido de diminuir o impacto potencial da alteração de taxas de juro de referência no relato financeiro, nomeadamente na contabilidade de cobertura.
Emenda à norma IFRS 16 – Locações – “Covid 19 Related Rent Concessions”	1-june-20	Esta emenda introduz um expediente prático opcional pelo qual os locatários ficam dispensados de analisar se as concessões de renda, tipicamente suspensões ou reduções de renda, relacionadas com a pandemia “COVID-19” correspondem a modificações contratuais.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

**Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros**

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
Emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 –Fase 2 -reforma das taxas de juro	1-jan-21	Corresponde a emendas adicionais às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7, emitidas em 27 de agosto de 2020, relacionadas com a segunda fase do projeto de reforma das taxas de juro de benchmark (conhecido como

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
benchmark (IBOR Reform)		“IBOR reform”), referente às alterações das taxas de juro de referência e os impactos ao nível de modificações de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de locação, contabilidade de cobertura e divulgações.
Emenda à norma IFRS 4 Contratos de Seguros – diferimento de IFRS 9	1-jan-21	Corresponde a emenda à norma IFRS 4 que prolonga o diferimento de aplicação da IFRS 9 para exercícios iniciais em ou após 1 de janeiro de 2023.

Estas emendas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adotadas pelo Empresa em 2020, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

**Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia**

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-jan-23	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à norma IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB clarifica a classificação dos passivos como correntes e não correntes analisando as condições contratuais existentes à data de reporte.
Emendas às normas IFRS 3, IAS 16, IAS 37 e Melhoramentos anuais 2018-2020	1-jan-22	Estas emendas correspondem a um conjunto de atualizações às diversas normas mencionadas, nomeadamente - IFRS 3 - atualização da referência à estrutura concetual de 2018; requisitos adicionais para análise de obrigações de acordo com norma IAS 37 ou IFRIC 21 na data de aquisição; e clarificação explícita que ativos contingentes não são reconhecidos numa combinação de negócio. - IAS 16 – proibição de dedução ao custo de um ativo tangível de proveitos relacionados com a venda de produtos antes do ativo estar disponível para uso

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
		<ul style="list-style-type: none"> <li>- IAS 37 – clarificação que custos de cumprimento de um contrato correspondem a custos diretamente relacionados com o contrato</li> <li>- Melhoramentos anuais 2018-2020 correspondem essencialmente a emendas em 4 normas, IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41</li> </ul>
Emenda às IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras e Declaração de Prática IFRS 2: Divulgação de Políticas Contabilísticas (emitida em 12 de fevereiro de 2021)	1-jan-23	Estas emendas estabelecem critérios de identificação e divulgação de políticas contabilísticas materiais.
Emenda à IAS 8 Políticas Contabilísticas, Mudanças em Estimativas e erros contabilísticos: definição de contabilidade Estimativas (emitida em 12 de fevereiro de 2021)	1-jan-23	Esta emenda altera a definição de estimativas contabilísticas e clarifica que alterações de estimativas em resultado de nova informação não correspondem a erros.
Alterações propostas para arrendamentos IFRS 16: Arrendamento Covid-19 Concessões após 30 de junho de 2021 (emitido em 31 de março de 2021)	1-abr-21	Estas alterações proporcionam isenções aplicáveis nos relatórios sobre a avaliação de modificação de contratos de locação em resultado da Covid-19.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

## 2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

As principais políticas usadas pela Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas por imparidade” da demonstração dos resultados.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 6
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outros ativos fixos tangíveis	4 - 8

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As despesas com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam o ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

Nas locações em que a Empresa age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira da Empresa e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos. As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospetivamente.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respetivo justo valor objeto de divulgação (Nota 6).

As Propriedades de Investimento são igualmente amortizadas, pelo método das quotas constantes, durante um período de dez a cinquenta anos.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

As depreciações do exercício das propriedades de investimento são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Amortizações e depreciações”.

Sempre que o justo valor destes ativos se revele inferior ao seu respetivo custo de aquisição é registada uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas por imparidade” na demonstração dos resultados. No momento em que as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica “Provisões e perdas por imparidade” na demonstração dos resultados até ao

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor das propriedades de investimento que é objeto de divulgação foi determinado com base em avaliações imobiliárias efetuadas por entidade especializada independente (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento) ou internamente.

d) Locações (ótica do arrendatário)

Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente), por um período de tempo, em troca de um valor. No início de cada contrato, é avaliado e identificado se este é ou contém uma locação. Esta avaliação envolve um exercício de julgamento sobre se cada contrato depende de um ativo específico, se a Empresa, enquanto locatária, obtém substancialmente todos os benefícios económicos do uso desse ativo e se têm o direito de controlar o uso do ativo.

Todos os contratos que constituam uma locação são contabilizados pelo locatário com base num modelo único de reconhecimento na demonstração da posição financeira.

Na data de entrada em vigor, a Empresa reconhece a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e., o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e., o direito de uso – “right-of-use” ou “RoU”). O custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do RoU são reconhecidos separadamente.

O passivo da locação é remensurado aquando da ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período da locação, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). Esta remensuração do passivo da locação é reconhecido como um ajustamento no RoU.

Direitos de uso de ativos

A Empresa reconhece o direito de uso dos ativos na data de entrada em vigor (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O direito de uso dos ativos encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas e ajustado por eventuais novas mensurações do passivo das locações. O custo do direito de uso dos ativos inclui o valor inicial do passivo da locação, eventuais custos diretos inicialmente incorridos e pagamentos já efetuados antes da data de entrada em vigor, deduzido de quaisquer incentivos recebidos e acrescido dos custos de restauro, se existentes.

Sempre que a Empresa incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37. Os gastos são incluídos no respetivo direito de uso.

Os incentivos de locação (ex.: períodos de carência de rendas) são reconhecidos como elementos de mensuração do direito de uso e passivos da locação. As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidas como gastos no exercício em que são apuradas ou ocorre o pagamento.

Os direitos de uso são depreciados de acordo com o prazo da locação, pelo método linear, ou de acordo com a vida útil estimada do ativo sob direito de uso, quando esta é superior ao período de locação e a gestão tem a intenção de exercer a opção de compra.

A menos que seja razoavelmente certo que a Empresa obtenha a propriedade do ativo arrendado no final do prazo da locação, o direito de uso dos ativos reconhecido é depreciado pelo método linear com base no prazo da locação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

A imparidade dos direitos de uso é testada de acordo com a IAS-36 em substituição do reconhecimento de provisões para contratos de locação onerosos.

Nas locações de ativos de baixo valor, a Empresa não reconhece os direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, reconhecendo os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

Os contratos de locação podem conter componentes de locação e não-locação. Foi considerado, no entanto, o expediente previsto na norma de não separar os componentes de serviço dos componentes de locação, contabilizando-os como um único componente de arrendamento.

#### Passivos de locação

Na data de entrada em vigor, a Empresa reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros a serem efetuados até ao final do contrato de locação.

Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na substância), deduzidos de quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis, dependentes de um índice ou de uma taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que a Empresa exerça a opção, e pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que a Empresa rescinda o contrato.

Os pagamentos relativos a componentes não locação não são reconhecidos como passivos de locação. Os pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa são reconhecidos como despesa no exercício em que o evento que lhes der origem ocorra.

No cálculo do valor presente dos pagamentos da locação, a Empresa usa a taxa de empréstimo incremental na data de entrada em vigor, se a taxa de juro implícita não for facilmente determinável.

As opções de extensão e de rescisão estão previstas em vários contratos de locação e a sua aplicação tem por base a maximização operacional. Para determinar o prazo da locação, o Conselho de Administração considera todos os factos e circunstâncias que criam um incentivo económico para exercer uma opção de extensão ou não exercer uma opção de rescisão. A maioria das opções de extensão não foi incluída no passivo da locação e, quando exercidas, são-no pela Empresa e não pelo locador.

O prazo é revisto apenas se ocorrer um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete essa avaliação e que esteja sob o controle do locatário.

Após a data de entrada em vigor, o valor do passivo da locação aumenta de modo a refletir o acréscimo de juros e reduz pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico do passivo da locação é remensurado se houver uma modificação, como uma alteração no prazo da locação, nos pagamentos fixos ou na decisão de compra do ativo subjacente.

#### Tratamento contabilístico de operações de “Sale and Leaseback”

O tratamento contabilístico das Operações de “Sale and Leaseback” depende da substância da transação por aplicação dos princípios explicitados no reconhecimento do rédito. De acordo com o IFRS 16, caso a transferência do ativo cumpra com os requisitos do IFRS 15, então a mesma deverá ser contabilizada como uma venda de um ativo, sendo que, o vendedor-locatário deverá mensurar o direito de uso (RoU) do ativo como uma proporção do valor contabilístico anterior do ativo que está relacionado com o direito de uso, reconhecendo apenas como ganho e perda o relacionado com os direitos transferidos para o comprador-locador, i.e. aqueles que decorrem para além do período de locação.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

De acordo com a IFRS 16 o valor do direito de uso a reconhecer (RoU) é inferior ao que seria caso o contrato de locação fosse celebrado sem a operação de venda anterior. Efetivamente o valor do RoU é calculado pela proporção do valor retido sobre o valor do ativo vendido.

Nas situações em que a Empresa recebe um preço superior ao seu justo valor como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação.

e) Inventários

Os inventários (que compreendem essencialmente viaturas novas e usadas, bem como peças e acessórios são valorizados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável. O custo compreende as despesas incorridas para trazer os inventários à sua localização e condição atuais. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado menos todos os custos estimados de conclusão e custos a serem incorridos em marketing, venda e distribuição. As viaturas usadas são contabilizadas pelo menor valor entre o custo ou valor justo menos os custos de venda, geralmente com base em dados de mercado externo disponíveis para veículos usados. Uma imparidade de inventários é reconhecida em situações em que o valor realizável líquido seja menor que o custo (como obsolescência, deterioração, queda no preço de venda). Ao calcular a provisão, O Conselho de Administração considera a natureza e o estado do inventário (viatura), bem como aplica premissas em torno da possibilidade de venda antecipada, determinada nas condições existentes no final do período de relato financeiro. Com exceção no que respeita a peças e acessórios, geralmente os ajustamentos ao valor realizável líquido são aplicados item a item.

Finalmente, nos trabalhos em curso, a mão-de-obra aplicada encontra-se valorizada ao preço de custo.

Relativamente à atividade produtiva relacionada com a montagem de viaturas nas instalações fabris de Ovar, o custo dos produtos acabados e intermédios, assim como os produtos e trabalhos em curso corresponde ao seu custo de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas incorporadas na produção, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção. O diferencial de encargos capitalizados e reconhecidos como estas naturezas de inventários entre o início e o final do exercício é reconhecido como variação da produção na demonstração dos resultados.

f) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a Empresa já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

g) Imparidade de ativos

- Ativos não correntes exceto Goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos da Empresa à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade". O preço de venda líquido

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Provisões e perdas por imparidade”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

- Goodwill

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo. As perdas por imparidade do Goodwill são registadas na demonstração de resultados do exercício em que a perda é constatada na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

As perdas por imparidade relativas a Goodwill não podem ser revertidas.

h) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos obtidos são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, exceto se esses encargos estiverem diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos que levam necessariamente a um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda, caso em que são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

i) Ativos Financeiros

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que a Empresa se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pela Empresa na gestão dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber (se inclui apenas capital mais juro ou se inclui outras variáveis).

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral,

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

(i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;

(ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade);

a. Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;

b. Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais a Empresa não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que a Empresa optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através do outro rendimento integral;

(iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A 31 de dezembro de 2020, a classificação dos ativos financeiros da Empresa por categoria encontra-se na Nota 29.

#### Mensuração

A Empresa mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade. Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos de ativos ao custo amortizado”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

#### Perdas por imparidade

A Empresa avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” e aos Ativos de contratos com clientes, a Empresa aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então a Empresa apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, a Empresa aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, a Empresa calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

#### Desreconhecimento de ativos financeiros

A Empresa desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

#### Justo Valor de Investimentos Financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado (Nível 1). Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado (ex: modelos de fluxos de caixa descontados que incorporam curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado, no caso de instrumentos financeiros derivados) – Nível 2. Para os restantes casos, são utilizadas técnicas de valorização, não baseadas em dados de mercado observáveis – Nível 3.

Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Neste último caso, os

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os “instrumentos de capital ao justo valor por via de capital” são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos instrumentos de capital ao justo valor por via de capital são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o Empresa assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo.

O justo valor dos instrumentos de capital ao justo valor por via de capital é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/ líquido (investimentos não cotados), a Empresa regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração da Empresa que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transacionados, à data da demonstração da posição financeira.

A Empresa efetua avaliações à data de cada demonstração consolidada da posição financeira sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativa de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para ‘Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

i) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes a caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

ii) Clientes e Dívidas de terceiros

Clientes e Outros devedores

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestados no âmbito da atividade da Empresa e outros saldos relacionados com atividades operacionais. Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer a mais de 12 meses após a data de relato.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

As rubricas de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos Clientes e Outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos na política na Nota 2.3.i. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados em “Perdas por imparidade”, sendo subsequentemente revertidas por resultados.

j) Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e
- ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Financiamentos obtidos” (Nota 17), “Fornecedores” (Nota 18) e “Outras dívidas a terceiros” (Nota 19). Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

i) Financiamentos obtidos

Os financiamentos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

ii) Fornecedores

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a Empresa adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

k) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)

A Toyota Caetano Portugal constituiu, em conjunto com outras entidades (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de fevereiro de 1994, em 30 de abril de 1996, 9 de agosto de 1996, 4 de julho de 2003, 2 de fevereiro de 2007, 30 de dezembro de 2008, 23 de dezembro de 2011 e 31 dezembro de 2013.

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros, ajustado de ganhos ou perdas atuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 21). Este plano de pensões define o montante de benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração. Este plano de pensões está a cargo da entidade BPI Vida e Pensões, S.A..

O passivo reconhecido na demonstração da posição financeira relativamente ao plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação dos benefícios definidos à data das demonstrações financeiras. As obrigações do plano de benefícios definidos são calculadas anualmente por atuário independente, utilizando o método da unidade de crédito projetada (“Projected Unit Credit Method”). O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto das saídas de caixa futuras, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de ajustamentos em função da experiência e alterações nas premissas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio e apresentados em “Outro rendimento integral”.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos em resultados, exceto se as alterações no plano de pensões são condicionadas pela permanência dos empregados em serviço por um determinado período de tempo (o período que qualifica para o benefício). Neste caso, os custos de serviços passados são amortizados numa base de linha reta ao longo do período em causa.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do exercício em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios definidos sejam reduzidos, com efeito material, originando assim uma redução nas responsabilidades com o plano.

As contribuições para o Plano de Contribuição Definida são registadas em gastos do exercício.

l) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação ou porque a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, sendo os mesmos divulgados nas notas às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da Empresa.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da Empresa, mas divulgados nas notas às demonstrações financeiras quando é provável a existência de benefício económico futuro.

### m) Impostos sobre o rendimento

Em março de 2007, a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”) previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC, com início de aplicação em 1 de janeiro de 2007. Neste regime, a sociedade dominante (Toyota Caetano Portugal, S.A.) deve registar os impostos calculados nas filiais sediadas em Portugal incluídas no perímetro fiscal (Caetano Auto, S.A. e Caetano Renting, S.A.) de forma a determinar o imposto sobre o rendimento do Grupo.

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal vigente à data da posição financeira.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de Goodwill ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

### n) Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são estimados com base na melhor avaliação do Conselho de Administração da Empresa.

### o) Rédito - contratos de clientes

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da Empresa. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Na determinação do valor do rédito, a Empresa avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a Empresa efetua a sua melhor estimativa.

O rédito é registado na demonstração dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

A Empresa considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma contínua ao longo do período contratual definido.

O rédito da venda de mercadorias é reconhecido quando a obrigação de transferir a mercadoria (viaturas, peças ou acessórios) para o cliente for satisfeita e o rédito pode ser mensurado com segurança. A obrigação de transferir mercadorias para o cliente é considerada satisfeita quando as viaturas ou peças são faturadas e fisicamente despachadas ou recolhidas.

A receita com a prestação de serviços ao cliente é considerada satisfeita quando o serviço é realizado.

Quando um veículo ou um equipamento industrial é vendido a uma empresa de leasing e a Empresa se compromete a recomprar o veículo por um valor especificado a uma data predeterminada, a venda não é reconhecida na base de que a possibilidade de a recompra ser exercida é altamente provável. Consequentemente, tais veículos e equipamentos são retidos dentro de "ativos fixos tangíveis" na demonstração da posição financeira ao custo e são depreciados pelo seu valor residual ao longo da vida do arrendamento.

Quando serviços adicionais estão incluídos na venda de uma viatura ou equipamento industrial a um cliente como parte do pacote total do veículo (contratos de manutenção) e a Empresa atua como principal no cumprimento do serviço, o valor dos serviços adicionais é identificado separadamente, deduzido da contraprestação a receber, reconhecido como receita diferida na demonstração da posição financeira e subsequentemente reconhecida como receita quando o serviço é prestado, ou reconhecida numa base de entrada com referência à quantidade de tempo decorrido sob o contrato ao qual o serviço se refere. Esses saldos são considerados passivos contratuais. A consideração alocada a serviços adicionais é baseada na venda autónoma relativa preço dos serviços adicionais dentro do contrato.

Os valores " Outras dívidas a terceiros " e " Outros passivos correntes" em 31 de dezembro de 2020 incluem os montantes de 295.608 euros relativos a adiamentos de clientes (276.584 euros em 31 de dezembro de 2019) e 10.342.043 euros relativos a receita diferida, incluindo contratos de manutenção de veículos, (7.270.846 euros em 31 de dezembro de 2019), respetivamente constituem contract liabilities no âmbito da IFRS 15 (Notas 19 e 20 respetivamente).

p) Classificação de ativos e passivos na demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os ativos e os passivos por impostos diferidos.

q) Resultado por ação

Básico:

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro tributável aos acionistas, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela Empresa e detidas como ações próprias.

Diluído:

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas, ajustado pelos dividendos de ações preferenciais convertíveis, juros de dívida convertível e ganhos e despesas resultantes da conversão, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período acrescido do número médio de ações ordinárias possíveis de emitir na conversão de ações ordinárias potenciais diluidoras.

r) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis à Empresa.

A informação relativa ao nível dos segmentos operacionais identificados é incluída na Nota 24.

Na referida nota é ainda dada informação por subsegmento. Para o subsegmento de veículos automóveis é apresentada informação por comércio e indústria. Para o subsegmento de equipamento industrial é apresentada informação por máquinas, serviços e aluguer.

s) Participações financeiras em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias (empresas controladas pela Entidade), empreendimentos conjuntos (empresas na qual a Empresa detém controlo conjunto) e associadas (empresas onde a Empresa exerce uma influência significativa, mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação da Empresa nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das participadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da participada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como Goodwill e mantidas no valor da rubrica "Participações financeiras em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas". Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração dos resultados "Resultados relativos a investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas", após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da participada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da participada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a participada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com participadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa na participada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma Entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

t) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das transações. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e perdas na demonstração dos resultados do exercício.

u) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (“non-adjusting events”), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

## 2.4 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração da Empresa baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos tangíveis e intangíveis, bem como das propriedades de investimento;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis;
- c) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos;
- d) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- e) Testes de imparidade realizados ao *goodwill* (Nota 7); e
- f) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma (Nota 21).

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8. Os pressupostos com maior impacto nas estimativas acima referidas são os da taxa

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

de desconto utilizada para efeito do cálculo da responsabilidade por reformas e da imparidade do Goodwill, e das tábuas de mortalidade utilizadas para o efeito do cálculo da responsabilidade por pensões.

As principais estimativas e julgamentos significativos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras, são descritos nas correspondentes notas anexas.

## 2.5 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCO

No desenvolvimento da sua atividade, a Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Empresa, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco da Empresa é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Empresa, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

### i) Risco de taxa de câmbio

Enquanto Empresa com relações comerciais geograficamente diversificadas, o risco de taxa de câmbio resulta essencialmente de transações, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressas em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Empresa a flutuações cambiais. A política de gestão do risco de câmbio da Empresa vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

### ii) Risco de preço

A Empresa está exposta a alterações dos preços das matérias-primas utilizadas nos seus processos de produção, nomeadamente das componentes automóveis. No entanto, tendo em conta que a aquisição de matérias-primas não está de acordo com um preço cotado em bolsa ou formado em mercados voláteis, este risco de preço não é significativo.

### iii) Risco de taxa de juro

O endividamento da Empresa encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da Empresa não é significativo pelo efeito dos seguintes fatores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados (nomeadamente operacionais) da Empresa, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez na Empresa implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez na Empresa e no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

- Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira, isto é, garantir que a Empresa maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente na Empresa e nas suas participadas é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira. Com este propósito, a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- a) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash flows ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
- b) Diversificação de fontes de financiamento;
- c) Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida;
- d) Contratação com bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez e de “commitment fees” suportados.

v) Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes stakeholders da empresa. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral dos acionistas as medidas consideradas necessárias.

vi) Risco de crédito

O risco de crédito da Empresa resulta essencialmente:

- i) do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e
- ii) do risco de recuperação dos créditos das entidades exteriores à Empresa. O risco de crédito é avaliado no momento inicial e ao longo do tempo, de forma a acompanhar a sua evolução.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Uma parte significativa dos valores a receber de clientes encontra-se dispersa por um número elevado de entidades, um fator que contribui para a redução do risco de concentração de crédito. Regra geral os clientes da Empresa não têm rating de crédito atribuído.

O acompanhamento do risco de crédito é efetuado pelo departamento financeiro da Empresa, supervisionado pelo Conselho de Administração, com base: i) no rating atribuído pela empresa de seguro de crédito, com a qual a Empresa tem negociado um contrato de seguro de crédito; ii) a natureza societária dos devedores; iii) o tipo de transações originadoras dos saldos a receber; iv) a experiência transações realizadas no passado; e v) os limites de crédito estabelecidos para cada cliente.

A Empresa considera a probabilidade de incumprimento com o reconhecimento inicial do ativo e consoante a ocorrência de aumentos significativos do risco de crédito de forma contínua em cada período de reporte. De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, a Empresa compara o risco de incumprimento ocorrer por referência à data de relato, com o risco de incumprimento avaliado por referência à data de reconhecimento inicial. Considera-se informação prospetiva razoável e devidamente suportada. Os seguintes indicadores são incorporados:

- Risco de crédito interno;
- Risco de crédito externo (caso disponível);
- Alterações adversas correntes ou expectáveis ao nível dos resultados operacionais do devedor;
- Aumentos significativos no risco de crédito dos outros instrumentos financeiros do devedor;
- Alterações significativas no valor dos colaterais sobre as responsabilidades, ou na qualidade das garantias de terceiros;
- Alterações significativas na performance e comportamento expectável do devedor, incluindo alterações nas condições de pagamento do devedor ao nível da Empresa a que pertence, assim como alterações ao nível dos seus resultados operacionais;

Informações macroeconómicas (tais como taxas de juro de mercado ou taxas de crescimento) são incorporadas no modelo de crédito interno.

Independentemente da análise acima, presume-se um aumento significativo no risco de crédito, se um devedor se atrasa mais de 30 dias a contar da data de pagamento contratual.

Considera-se que existe incumprimento quando a contraparte não cumpre com os pagamentos contratuais até 90 dias da data de vencimento das faturas. Quando os ativos financeiros são desreconhecidos, a Empresa continua a tomar diligências para reaver os valores devidos. Em casos de sucesso com a recuperação de valores, tais quantias são reconhecidas nos resultados do exercício.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando não há expectativa real de recuperação. A Empresa categoriza um financiamento ou conta a receber para ser desreconhecido quando o devedor falha para com pagamentos contratuais vencidos a mais de 90 dias.

#### Imparidade de ativos financeiros

##### a) Clientes e Outras dívidas de terceiros

A Empresa aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros”. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de Clientes e “Outras dívidas de terceiros” foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso. As perdas por imparidade a 31 de dezembro de 2020 são determinadas da seguinte forma; as perdas de crédito estimadas incorporam informação de estimativas prospetivas. Antiguidade dos saldos de cliente na Nota 12.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

b) Financiamentos concedidos a entidades relacionadas

Considera-se que os saldos de “Financiamentos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, conseqüentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobrábilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

O principal objetivo da gestão de risco de crédito, na Toyota Caetano, é garantir a cobrança efetiva dos recebimentos operacionais de Clientes em conformidade com as condições negociadas.

De modo a mitigar o risco de crédito que decorre do potencial incumprimento de pagamento por parte dos Clientes, as empresas do Grupo expostas a este tipo de risco têm:

- Constituído um departamento específico de análise e acompanhamento do Risco de Crédito;
- Implementados processos e procedimentos pró-ativos de gestão de crédito sempre suportados por sistemas de informação;
- Mecanismos de cobertura (seguros de crédito, cartas de crédito, etc.).

Relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, a Empresa exige a obtenção de garantias bancárias “on first demand”, que, quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos.

As imparidades de contas a receber são calculadas tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 encontram-se divulgados na Nota 22.

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 22.

Os montantes relativos a clientes e outras dívidas de terceiros apresentados nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição da Empresa ao risco de crédito.

c) Equivalentes a caixa

A seguinte tabela apresenta um resumo em 31 de dezembro de 2020 da qualidade do crédito dos depósitos bancários:

Rating Depósitos LP	Agência de Rating	Depósitos à Ordem
A2	Moody's	24.184
A3	Moody's	162.230
Aa3	Moody's	11.674
B1	Moody's	49.181
B2	Moody's	468.382
Baa1	Moody's	4.081.732
Baa3	Moody's	2.750.770
	Outros sem rating atribuído	505.260
Total		8.053.413

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Os ratings apresentados correspondem às notações atribuídas pela Agência de Rating Moody's.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, CORREÇÃO DE ERROS E ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 as margens obtidas nas vendas a empresas participadas que permanecem nos seus respetivos inventários à data de relato financeiro e que são objeto de anulação em resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial, passaram a ser reconhecidas diretamente como uma dedução à rubrica de "Participações financeiras em subsidiárias e associadas", ao invés de serem consideradas como um passivo na rubrica "Outros passivos correntes", conforme procedimento anteriormente seguido.

A reclassificação teve impacto no Ativo não corrente e Passivo corrente na demonstração da posição financeira, constituindo assim uma reexpressão da demonstração da posição financeira, a qual não foi considerada materialmente relevante pelo Conselho de Administração da Empresa.

O impacto da reexpressão é como segue:

REEXPRESSÃO DA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

ATIVO	31/12/2019		31/12/2019
	Antes Reexpressão	Reclassificação	Após Reexpressão
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Ativos intangíveis	202.804		202.804
Ativos fixos tangíveis	27.400.458		27.400.458
Propriedades de investimento	12.754.648		12.754.648
Goodwill	611.997		611.997
Participações financeiras em subsidiárias e associadas	47.827.499	-3.413.697	44.413.802
Outros ativos financeiros	19.600		19.600
Ativos por impostos diferidos	1.447.256		1.447.256
Total de ativos não correntes	90.264.262	-3.413.697	86.850.565
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>			
Inventários	75.326.451		75.326.451
Clientes	72.522.678		72.522.678
Outras dívidas de terceiros	4.453.817		4.453.817
Imposto sobre o rendimento a recuperar	253.616		253.616
Outros ativos correntes	499.118		499.118
Outros ativos financeiros	1.995.192		1.995.192
Caixa e equivalentes a caixa	9.465.441		9.465.441
Total de ativos correntes	164.516.312		164.516.312
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>254.780.574</b>	<b>-3.413.697</b>	<b>251.366.877</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	31/12/2019		31/12/2019
	Antes Reexpressão	Reclassificação	Após Reexpressão
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	35.000.000		35.000.000
Reserva legal	7.498.903		7.498.903
Ajustamentos em ativos financeiros	8.437.143		8.437.143
Reservas de reavaliação	6.195.184		6.195.184
Outras reservas	67.319.346		67.319.346
Resultados transitados	5.279.796		5.279.796
Resultado líquido do exercício	11.593.984		11.593.984
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>141.324.356</b>		<b>141.324.356</b>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	34.956.029		34.956.029
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	6.150.000		6.150.000
Passivos por impostos diferidos	110.279		110.279
Total de passivos não correntes	41.216.308		41.216.308
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	5.968.352		5.968.352
Fornecedores	33.586.141		33.586.141
Outras dívidas a terceiros	13.078.051		13.078.051
Outros passivos correntes	19.607.366	-3.413.697	16.193.669
Total de passivos não correntes	72.239.910	-3.413.697	68.826.213
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>113.456.218</b>	<b>-3.413.697</b>	<b>110.042.521</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>	<b>254.780.574</b>	<b>-3.413.697</b>	<b>251.366.877</b>

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o Conselho de Administração procedeu às seguintes alterações:

- os rendimentos com a atividade de aluguer de empilhadores (equipamentos industriais) e com os contratos de manutenção de viaturas, anteriormente classificados como “Outros rendimentos operacionais” foram objeto de reclassificação para a rubrica de “Vendas e prestações de serviços” no montante de 15.960.550 euros;
- os montantes de vendas e custo das vendas de 6.696.585 euros gerados no âmbito da afetação de viaturas automóveis e empilhadores ao ativo fixo tangível foram desreconhecidos, passando a ser apresentados como transferência nas rubricas de ativos fixos tangíveis e recálculo de custo das vendas, respetivamente.

Desta forma, foi necessário proceder à reexpressão destes rendimentos relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O Conselho de Administração da Empresa entende que esta classificação é

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

mais adequada e que a reexpressão efetuada não afeta materialmente a apresentação das demonstrações financeiras.

A reexpressão teve impacto na demonstração individual dos resultados por naturezas, conforme abaixo detalhado:

	31/12/2019 Antes Reexpressão	Reclassificação	31/12/2019 Após Reexpressão
<b>Rendimentos operacionais:</b>			
Vendas e prestações de serviços	361.725.495	9.263.965	370.989.460
Outros rendimentos operacionais	39.285.293	-15.960.550	23.324.743
Variação da produção	1.132.295		1.132.295
<b>Total de rendimentos operacionais</b>	<b>402.143.083</b>	<b>-6.696.585</b>	<b>395.446.498</b>
<b>Gastos operacionais:</b>			
Custo das vendas	-306.011.719	-6.696.585	-299.315.135
Fornecimentos e serviços externos	-45.661.899		-45.661.899
Gastos com o pessoal	-16.594.512		-16.594.512
Amortizações e depreciações	-8.699.177		-8.699.177
Imparidade de inventários	-561.873		-561.873
Imparidade de dívidas a receber	-36.526		-36.526
Outros gastos operacionais	-10.123.588		-10.123.588
<b>Total de gastos operacionais</b>	<b>-387.689.296</b>	<b>-6.696.585</b>	<b>-380.992.710</b>
<b>Resultados operacionais</b>	<b>14.453.787</b>		<b>14.453.787</b>
Resultados relativos a participações financeiras em empresas subsidiárias e associadas	2.245.031		2.245.031
Juros e outros custos financeiros	-1.873.154		-1.873.154
Outros rendimentos financeiros	4.583		4.583
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>14.830.247</b>		<b>14.830.247</b>
Impostos sobre o rendimento do exercício	-3.236.263		-3.236.263
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>11.593.984</b>	<b>0</b>	<b>11.593.984</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

4. FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o detalhe de Caixa e Depósitos bancários era o seguinte:

	DEZ'20	DEZ'19
-		
Numerário	87.994	87.602
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	8.053.413	9.377.839
Meios financeiros líquidos	8.141.407	9.465.441

A Empresa procedeu na Demonstração dos Fluxos de Caixa à reclassificação do IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado entregue à Autoridade Tributária da rubrica “Pagamentos a fornecedores” para a rubrica “Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional”. Esta alteração foi igualmente considerada nos dados comparativos de 31 de dezembro de 2019.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

DEZ'20	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outro ativo fixo tangível	Ativos sob direito de uso	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Valor bruto:									
Saldo inicial	5.421.882	33.049.277	53.442.648	11.171.651	6.261.001	3.027.901	41.146.951	504.267	154.025.580
Adições	-	40.666	281.837	393.722	7.755	19.830	-	124.811	868.621
Alienações	-182	-	-10.581	-5.691.194	-	-1.424	-	-	-5.703.381
Transferências e abates	-	511.289	279.462	18.349.686	-	2.160	-14.874.362	-598.798	3.669.437
Saldo final	5.421.700	33.601.232	53.993.366	24.223.865	6.268.756	3.048.467	26.272.589	30.280	152.860.257
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo inicial	-	30.807.893	51.589.811	9.503.562	6.202.438	2.934.087	25.587.331	-	126.625.123
Depreciações do exercício	-	469.209	548.463	2.278.470	26.296	29.357	4.378.486	-	7.730.281
Transferências, alienações e abates	-	-	-10.581	10.327.214	-	-1.424	-15.220.248	-	-4.905.039
Saldo final	-	31.277.102	52.127.693	22.109.246	6.228.734	2.962.020	14.745.569	-	129.450.365
Valor líquido	5.421.700	2.324.130	1.865.673	2.114.619	40.022	86.447	11.527.020	30.280	23.409.892

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DEZ'19 (Reexpresso nota 3)	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outro ativo fixo tangível	Ativos sob direito de uso	Ativos fixos tangíveis em curso	Total
Valor bruto:									
Saldo inicial	5.421.882	32.862.416	53.142.845	49.905.484	6.240.812	2.992.338		107.460	150.673.238
Efeito de alteração de política contabilística - IFRS16				(36.581.801)			36.581.801		-
Adições	-	186.861	396.324	206.977	21.021	35.875	-	497.927	1.344.985
Alienações	-		(96.521)	(3.427.056)	(832)	(312)	(1.063.388)		(4.588.109)
Variações de perímetro									
Transferências e abates				1.068.048			5.628.537	(101.120)	6.595.465
Saldo final	5.421.882	33.049.277	53.442.648	11.171.651	6.261.001	3.027.901	41.146.951	504.267	154.025.580
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:									
Saldo inicial	-	30.388.020	50.985.534	31.227.188	6.165.534	2.913.765	-	-	121.680.041
Efeito de alteração de política contabilística - IFRS16				(20.107.820)			20.107.820		-
Depreciações do exercício		419.873	700.798	715.075	37.736	20.633	6.464.559		8.358.675
Transferências, alienações e abates			(96.521)	(2.330.881)	(832)	(312)	(985.048)		(3.413.593)
Saldo final	-	30.807.893	51.589.811	9.503.562	6.202.438	2.934.087	25.587.331	-	126.625.123
Valor líquido	5.421.882	2.241.384	1.852.837	1.668.090	58.563	93.815	15.559.619	504.267	27.400.458

Os movimentos registados na rubrica “Equipamento de transporte” referem-se essencialmente a viaturas bem como a máquinas de movimentação de carga (“Empilhadores”) ao serviço da Empresa e para aluguer operacional a clientes.

A tipologia “Transferências e abates” em 2020, inclui entre outros:

- as transferências entre a rubrica ativos sob direito de uso e equipamento de transporte no montante de 17.121.439 euros correspondentes à reclassificação pela Empresa das máquinas de movimentação de carga cujo contrato de financiamento terminou, tendo a Empresa adquirido as mesmas de acordo com a contratualização estabelecida;
- as transferências de inventários para a rubrica de ativos fixos tangíveis relativamente a Empilhadores para efeitos da atividade de aluguer (2.241.077 euros) e de viaturas para efeitos de execução da atividade operacional da Entidade (1.234.248 euros).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os bens utilizados em regime de locação financeira apresentam-se como segue:

DEZ'20	Valor bruto	Depreciações acumuladas	Valor líquido
	Ativos sob direito de uso Equipamentos industriais	26.272.589	(14.745.569)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DEZ19	Depreciações		
	Valor bruto	acumuladas	Valor líquido
Ativos fixos tangíveis Equipamentos industriais	41.146.951	(25.587.331)	15.559.619

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pela Toyota Caetano que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os rendimentos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Outros rendimentos operacionais” e ascenderam a 3.106.216 Euros no período findo em 31 de dezembro de 2020 (3.545.189 Euros em 2019) (Nota 27).

De acordo com avaliações externas reportadas por entidades especializadas independentes e de acordo com duas avaliações internas, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário (Modelos do Método de mercado, Método do rendimento e Método do uso), o justo valor daquelas propriedades de investimento em 31 de dezembro de 2020 ascende a, aproximadamente 61,9 milhões de Euros (61,4 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2019).

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, pode ser detalhado como segue:

Imóvel	Local	DEZ'20			DEZ'19		
		Valor líquido contabilístico	Valor de avaliação	Tipo de avaliação	Valor líquido contabilístico	Valor de avaliação	Tipo de avaliação
Instalações fabris	V.N. Gaia	2.435.727	14.903.000	Externa	2.584.894	8.692.000	Interna
Instalações fabris	V.N. Gaia	213.887	625.100	Externa	225.720	788.000	Interna
Instalações fabris	Carregado	4.922.944	19.412.500	Externa	4.951.364	23.120.000	Interna
Armazém industrial	V.N. Gaia	763.797	9.165.200	Interna	784.140	9.165.200	Externa
Instalações comerciais	Cascais	-	-	-	91.948	1.300.000	Interna
Instalações comerciais	Cascais	266.859	1.000.000	Interna	281.715	1.000.000	Interna
Instalações comerciais	Prior Velho	3.195.563	15.447.300	Externa	3.464.725	15.715.000	Interna
Instalações comerciais	Vila Franca Xira	348.064	1.302.500	Externa	370.142	1.648.000	Interna
		12.146.841	61.855.600		12.754.648	61.428.200	

O justo valor das avaliações externas das propriedades de investimento, que são objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, foi determinado por avaliação imobiliária efetuada por entidades especializadas independentes (justo valor determinado pela média das avaliações efetuadas pelos Métodos de mercado, Método do custo e Método do rendimento).

No que respeita à classificação das metodologias de avaliação acima referidas, para efeitos de enquadramento, em sede de hierarquia de justo valor (IFRS 13), as mesmas classificam-se essencialmente como Nível 3 (justo valor determinado com base em inputs não observáveis no mercado, desenvolvidos para refletir os pressupostos a utilizar pelos agentes de mercado).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi como segue:

DEZ'20	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Propriedades de Investimento em curso	Total
<b>Ativo bruto:</b>				
Saldo inicial	8.884.303	30.185.325	521.622	39.591.250
Adições		75.758		75.758
Alienações		-417.282		-417.282
Transferências e abates		273.851	-521.622	-247.770
Saldo final	8.884.303	30.117.652	0	39.001.955
<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:</b>				
Saldo inicial	0	26.836.602	0	26.836.602
Depreciações do exercício		343.846		343.846
Transferências, alienações e abates		-325.334		-325.334
Saldo final	0	26.855.114	0	26.855.114
Valor líquido	8.884.303	3.262.538	0	12.146.841

DEZ'19	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Propriedades de Investimento em curso	Total
<b>Ativo bruto:</b>				
Saldo inicial	8.884.303	30.126.572	0	39.010.875
Adições		58.753	420.502	479.255
Alienações	-	-		-
Transferências e abates			101.120	101.120
Saldo final	8.884.303	30.185.325	521.622	39.591.250
<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:</b>				
Saldo inicial	-	26.503.315	-	26.503.315
Depreciações do exercício		333.287		333.287
Transferências, alienações e abates		-		-
Saldo final	-	26.836.602	-	26.836.602
Valor líquido	8.884.303	3.348.724	521.622	12.754.648

Os movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 devem-se a melhorias nas instalações do Prior velho e Vila Nova de Gaia e à alienação das instalações comerciais de Cascais (alienação pelo montante de 1.300.000 Euros, de que resultou uma mais valia no valor de cerca de 1,2 milhões de Euros (Nota 27)).

Os movimentos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 devem-se a melhorias nas instalações do Prior Velho.

7. GOODWILL

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica Goodwill.

A rubrica Goodwill diz integralmente respeito à Atividade BT (empilhadores) resultante da aquisição da subsidiária Movicargo, cuja atividade foi transferida (através de um processo de incorporação por fusão) para a empresa-mãe, Toyota Caetano Portugal, S.A. em anos anteriores.

O Goodwill não é amortizado, sendo efetuados testes de imparidade com uma periodicidade anual.

Para efeitos de desenvolvimento do teste de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base business plans desenvolvidos pelos responsáveis da Empresa e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal, S.A., e taxas de desconto que refletem os riscos inerentes ao negócio.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, resumem-se abaixo:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Período de projeção (anos):	5	5
Taxa de crescimento das vendas no período de projeção:	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento (g) (1):	0%	0%
Taxa de desconto utilizada (2):	6,75%	6,25%

1 Taxa de crescimento usada para extrapolar os cash flows para além do período considerado no business plan;

2 Taxa de desconto aplicada aos cash flows projetados.

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2020, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo o goodwill (612 milhares de Euros), não excede o seu valor recuperável (20,5 milhões de Euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável, não irá originar perdas de imparidade.

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

DEZ'20	Despesas de desenvolvimento	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor bruto:				
Saldo inicial	1.477.217	1.174.902	202.804	2.854.924
Adições			395.515	395.515
Alienações				-
Transferências e abates				-
Saldo final	1.477.217	1.174.902	598.320	3.250.439
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	1.477.217	1.174.902	-	2.652.119
Amortização do exercício		-		-
Transferências, alienações e abates				-
Saldo final	1.477.217	1.174.902	-	2.652.119
Valor líquido	-	-	598.320	598.320

DEZ'19	Despesas de desenvolvimento	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Valor bruto:				
Saldo inicial	1.477.217	1.174.902	-	2.652.119
Adições			202.804	202.804
Alienações				-
Transferências e abates				-
Saldo final	1.477.217	1.174.902	202.804	2.854.924
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	1.477.217	1.167.687	-	2.644.904
Amortização do exercício		7.215		7.215
Transferências, alienações e abates				-
Saldo final	1.477.217	1.174.902	-	2.652.119
Valor líquido	-	-	202.804	202.804

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

9. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E ASSOCIADAS

O detalhe das participações financeiras a 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	CAETANO AUTO	CAETANO AUTO CV	CAETANO RENTING	SALTANO	CAETANOBUS	FINLOG	MEP Ajustamentos	TOTAL
<b>Saldo em 31 de dezembro 2018 (Reexpresso)</b>	18.279.540	3.679.878		22.226.440			(3.928.847)	40.257.012
Aquisições durante o exercício	7.340		1.592.071	4.269				1.603.680
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial ao resultado líquido do exercício	1.848.998	101.824	33.509	(11.416)			(653.667)	1.319.248
Outras movimentações no capital							330.465	330.465
Outros	20.569.910		1.627.258	(22.219.294)			925.522	903.396
<b>Saldo em 31 de dezembro 2019 (Reexpresso)</b>	<b>40.705.788</b>	<b>3.781.702</b>	<b>3.252.839</b>	-			<b>(3.326.527)</b>	<b>44.413.802</b>
Aquisições durante o exercício	22.191				16.320.000	22.785.000		39.127.191
<b>Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial</b>								
<b>Resultado líquido do exercício</b>								
Apropriação do resultado líquido do exercício da participada	350.469	(878.310)	(976.651)	-	-	-	-	(1.504.492)
Suspensão de margens em inventários e ativos fixos	-	-	-	-	-	-	175.740	175.740
Outros ajustamentos de homogeneização de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	(183.352)	(183.352)
	350.469	(878.310)	(976.651)	-	-	-	(7.612)	(1.512.104)
<b>Outro rendimento integral</b>								
Apropriação do outro rendimento integral do exercício da participada	(501.875)	-	(83.477)	-	-	-	-	(585.352)
Outros ajustamentos de homogeneização de políticas contabilísticas	-	-	-	-	-	-	443.646	443.646
	(501.875)	-	(83.477)	-	-	-	443.646	(141.706)
<b>Saldo em 31 de dezembro 2020</b>	<b>40.576.573</b>	<b>2.903.392</b>	<b>2.192.711</b>	-	<b>16.320.000</b>	<b>22.785.000</b>	<b>(2.890.493)</b>	<b>81.887.183</b>

O montante apresentado na linha “Outros” no movimento de 2019 decorre essencialmente da liquidação da subsidiária Saltano – Investimentos e Gestão, SGPS, S.A. tendo as participações financeiras por esta detidas nas subsidiárias Caetano Auto e Caetano Renting sido transferidas para a Toyota Caetano Portugal, S.A..

Apresentam-se abaixo as percentagens de detenção das empresas participadas em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Caetano Auto		Caetano Renting		Caetano Auto CV		Saltano		Caetanobus		Finlog	
	DEZ'20	DEZ'19	DEZ'20	DEZ'19	DEZ'20	DEZ'19	DEZ'20	DEZ'19	DEZ'20	DEZ'19	DEZ'20	DEZ'19
% Direta	98,50%	98,43%	100,00%	100,00%	81,24%	81,24%	-	99,98%	61,94%	0,00%	49,00%	0,00%
% Indireta	98,50%	98,43%	100,00%	100,00%	81,24%	81,24%	-	99,98%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

No final do ano a Empresa adquiriu 12.000.000 ações da Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A anteriormente detidas pela empresa salvador Caetano Indústria, S.A., correspondente a 61,94% por 16.320.000 euros e 7.350 ações da empresa Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A. correspondente a 49% de participação detidas pela empresa Salvador Caetano Auto – S.G.P.S., S.A. por 22.785.000 euros.

## Toyota Caetano Portugal, S.A.

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Alargando a sua atividade a outros domínios da mobilidade, em 2020, a Toyota Caetano Portugal tornou-se acionista direta da CaetanoBus e da Finlog, empresas do Grupo Salvador Caetano. Nesta estratégia, a Toyota Motor Europe (“TME”), acionista da Toyota Caetano Portugal, assume um papel preponderante.

Se até aqui a TME já fornecia à CaetanoBus a pilha de combustível para integrar no autocarro movido a hidrogénio, o reforço da parceria permite à Toyota Caetano Portugal contribuir para a expansão da mobilidade sustentável, explorando sinergias com a CaetanoBus no desenvolvimento, produção e venda de autocarros zero emissões. O reforço da parceria com Finlog, visa desenvolver projetos na área da de mobilidade.

Relativamente à CaetanoBus, apesar da percentagem de capital detido ser de 61,94%, atendendo à existência de um acordo de investimento com o outro acionista daquela sociedade, que prevê que as decisões sobre as atividades relevantes (operacionais e financeiras) deverão ser tomadas com unanimidade dos dois acionistas, foi considerado pelo Conselho de Administração que o investimento efetuado corresponde a um empreendimento conjunto, facto pelo qual o mesmo será contabilizado de acordo com o método de equivalência patrimonial.

De acordo com o normativo aplicável, os conceitos utilizados na contabilização da aquisição de uma subsidiária são também adotados na contabilização de um investimento numa associada ou num empreendimento conjunto. Desta forma, e atendendo a que a transação apenas foi concluída no final do mês de dezembro de 2020, não foi possível ao Conselho de Administração recolher a informação necessária para executar os procedimentos de determinação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, sendo que tal exercício será concluído num prazo de 12 meses após a data daquelas aquisições.

O resumo da informação financeira das principais subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos significativos com referência a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontra-se evidenciado no quadro abaixo:

		DEZ'20				
		Caetano Auto	Caetano Auto CV	Caetano Renting	Caetanobus	Finlog
Ativos	Corrente	63.306.582	5.156.424	5.793.908	49.647.272	34.171.856
	Não corrente	55.992.716	1.337.305	21.455.527	30.490.160	150.845.872
Passivos	Corrente	78.102.026	1.480.474	25.268.361	52.358.236	65.235.590
	Não corrente	8.495.092	1.439.437	108.350	8.041.750	102.942.484
Capital próprio		41.197.272	3.573.817	2.192.711	19.737.445	16.839.655
Volume de negócios		169.892.849	11.126.418	22.616.173	89.606.768	107.997.586
Resultado operacional		845.642	-1.058.449	-933.839	-4.467.074	2.528.803
Resultados financeiros		-82.588	-198	-338.564	-1.026.458	-3.167.769
Resultado líquido		355.792	-1.081.130	-976.651	-4.500.102	-818.198

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

		DEZ'19		
		Caetano Auto	Caetano Auto CV	Caetano Renting
Ativos	Corrente	67.238.194	4.863.635	4.677.938
	Não corrente	59.516.127	1.319.976	29.092.762
Passivos	Corrente	77.801.154	1.429.786	30.517.861
	Não corrente	7.599.200	98.878	
Capital próprio		41.353.967	4.654.947	3.252.839
Volume de negócios		241.301.738	14.208.584	42.935.941
Resultado operacional		2.796.927	212.638	362.206
Resultados financeiros		-516.464		-338.547
Resultado líquido		1.878.435	125.337	33.509

A Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A. detém subsidiárias na Alemanha (Cobus Industries, GmbH), e no Reino Unido (Caetano UK, Ltd) e a Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A. detém uma associada no Senegal (Caetano Renting Senegal, S.A.).

10. FINANCIAMENTOS A EMPRESAS PARTICIPADAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os movimentos ocorridos na presente rubrica foi como se segue:

	DEZ'20	DEZ'19
<u>Movimento do exercício</u>		
Saldo em 1 de janeiro	<u>1.995.191</u>	<u>3.472.702</u>
Aumentos durante o exercício	21.000.000	-
Reduções durante o exercício	<u>-4.147.955</u>	<u>-1.477.511</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>18.847.237</u>	<u>1.995.191</u>

Os “Financiamentos a Empresas Participadas” compreendem empréstimos de tesouraria concedidos às subsidiárias Caetano Auto, S.A. (1.995.192 euros) e Caetano Renting, S.A. (16.852.045 euros) sendo que este último vence juros a taxas de mercado (Nota 30).

11. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ'20	DEZ'19
Mercadorias	36.174.246	65.860.457
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	7.359.274	6.772.894
Produtos acabados e intermédios	2.106.622	2.567.925
Produtos e trabalhos em curso	1.339.325	687.048
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 22)	(137.131)	(561.873)
	<u>46.842.336</u>	<u>75.326.451</u>

# Toyota Caetano Portugal, S.A.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

A rubrica de mercadorias inclui o montante de 9,9 milhões de euros relativamente a viaturas usadas.

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi apurado como se segue:

	DEZ'20			DEZ'19 Reexpresso (nota 3)		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências iniciais	65.860.457	6.772.894	72.633.351	50.074.376	8.885.206	58.959.582
Compras líquidas	176.456.479	30.725.756	207.182.235	279.678.353	40.007.136	319.685.489
Transferências para ativos fixos tangíveis (nota 5)	(3.481.723)	-	(3.481.723)	(6.696.585)	-	(6.696.585)
Existências finais	(36.174.246)	(7.359.274)	(43.533.520)	(65.860.457)	(6.772.894)	(72.633.351)
<b>Total</b>	<b>202.660.967</b>	<b>30.139.376</b>	<b>232.800.343</b>	<b>257.195.687</b>	<b>42.119.448</b>	<b>299.315.135</b>

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi apurada como se segue:

	Produtos acabados, intermédios e produtos e trabalhos em curso	
	DEZ'20	DEZ'19
Existências finais	3.445.947	3.254.973
Existências iniciais	3.254.973	2.122.678
<b>Total</b>	<b>190.974</b>	<b>1.132.295</b>

## 12. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ'20	DEZ'19
	Ativo corrente	Ativo corrente
Clientes, conta corrente	55.357.953	72.357.988
Clientes cobrança duvidosa	5.270.330	4.986.656
	60.628.283	77.344.644
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 22)	-5.257.750	-4.821.966
	55.370.533	72.522.678

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Antiguidade de contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a composição do saldo de clientes de acordo com a sua antiguidade face à data de vencimento apresenta-se como segue:

Cientes sem perda por imparidade reconhecida

DEZ'20	Não vencidas	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Cientes	14.089.504	3.071.680	567.982	576.451	646.592	18.952.209
Cientes entidades relacionadas	19.745.329	14.686.382	1.257.505	147.530	568.999	36.405.745
Total	33.834.832	17.758.062	1.825.487	723.981	1.215.591	55.357.953

DEZ'19	Não vencidas	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Cientes	16.957.792	5.549.183	263.595	96.903	218.615	23.086.088
Cientes entidades relacionadas	20.124.375	25.511.667	1.736.955	290.247	1.608.655	49.271.899
Total	37.082.167	31.060.850	2.000.550	387.150	1.827.271	72.357.988

Cientes com reconhecimento de perda de imparidade

DEZ'20	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Cientes cobrança duvidosa	5.192	-	-	5.265.138	5.270.330

DEZ'19	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Cientes cobrança duvidosa	24.731	147		4.961.778	4.986.656

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

13. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Outras dívidas de terceiros	Ativo Corrente	
	DEZ'20	DEZ'19
Pessoal	27.341	114.194
Adiantamentos a fornecedores	30.409	21.070
Empresas participadas - RETGS (Nota 30)	4.279.883	4.318.553
	4.337.633	4.453.817

14. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	DEZ'20	DEZ'19
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Frotas, campanhas, bónus, rappel e participações a receber das marcas	-	20.000
Recuperação de encargos	-	873
Aluguer de equipamentos	-	6.156
Juros a receber	69.493	-
Indemnizações a receber de seguradoras	8.978	-
Subsídios à formação	280.035	-
Rendas	4.383	-
Consultoria	92.699	-
	455.588	27.030
Gastos a reconhecer		
Seguros pagos antecipadamente	76.882	108.040
Encargos de papel comercial	119.885	130.459
Outros	388.992	233.589
	585.759	472.088
	1.041.347	499.118

15. IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Impostos sobre o Rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a IRC à taxa de 21% para a matéria coletável, acrescida de derrama à taxa de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada de, no máximo, 22,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa desde 2015 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado. Adicionalmente, ao lucro tributável apurado em excesso entre 1,5 Milhões de Euros e 7,5 Milhões de Euros, acresce uma Derrama Estadual de 3%, superior a 7,5 Milhões de Euros e até 35 Milhões de Euros acresce uma Derrama Estadual de 5% e ao lucro tributável apurado em excesso superior a 35 Milhões de Euros acresce uma Derrama Estadual de 7%.

Em março de 2007, a Empresa optou pela aplicação do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”) previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC, com início de aplicação em 1 de janeiro de 2007. Neste regime, a sociedade dominante (Toyota Caetano Portugal, S.A.) deve registar os impostos calculados nas filiais incluídas no perímetro fiscal (Caetano Auto e Caetano Renting) de forma a determinar o imposto sobre o rendimento do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe de imposto sobre o rendimento evidenciado na demonstração da posição financeira é como segue:

	DEZ'20	DEZ'19
Estimativa de imposto	-1.885.046	-3.407.257
Pagamentos por conta / Pagamento especial por conta	2.761.836	4.362.847
RETGS	-4.248	-701.974
	872.542	253.616

Sendo que o imposto sobre o rendimento evidenciado na demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode ser decomposto da seguinte forma:

	DEZ'20	DEZ'19
Imposto corrente	1.885.046	3.407.257
Imposto diferido	18.589	-170.994
	1.903.635	3.236.263

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

A reconciliação do encargo de imposto efetivo, com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode ser analisada como se segue:

	DEZ'20	DEZ'19
<b>Resultado antes de imposto</b>	<b>6 548 361</b>	<b>14 830 247</b>
Taxa nominal de imposto	22,50%	22,50%
<b>Imposto teórico (coleta + derrama)</b>	<b>1 473 381</b>	<b>3 336 806</b>
Método de equivalência patrimonial	340 223	(505 132)
Diferenças entre as mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(171 995)	(147 536)
Outros	12 785	33 730
Tributação autónoma	76 133	71 426
Derrama estadual	173 107	446 969
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício</b>	<b>1 903 635</b>	<b>3 236 263</b>

Impostos Diferidos

O detalhe e movimento dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019, podem ser resumidos como se segue:

2020	Saldo inicial	Movimentos refletidos em resultados		Movimentos refletidos em capitais próprios		Saldo final
		Aumento	Diminuiçã o	Aumento	Diminuiçã o	
<u>Ativos por impostos diferidos:</u>						
Por provisões e ajustamentos não aceites como custo fiscal	317.861	30.854	(126.421)			222.294
Acréscimos de gastos não aceites fiscalmente		65.868				65.868
Responsabilidades por pensões	1.129.395			35.450	-	1.164.845
	<u>1.447.256</u>	<u>96.722</u>	<u>(126.421)</u>	<u>35.450</u>	<u>-</u>	<u>1.453.007</u>
<u>Passivos por impostos diferidos:</u>						
40% Amortizações resultantes de reavaliações legais efetuadas	36.656		(1.282)			35.374
Outros	73.624		(9.829)			63.796
	<u>110.280</u>	<u>-</u>	<u>(11.111)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>99.168</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

2019	Saldo inicial	Movimentos refletidos em resultados Aumento/Diminuição	Movimentos refletidos em capitais próprios Aumento/Diminuição	Saldo final
<u>Ativos por impostos diferidos:</u>				
Por provisões e ajustamentos não aceites como custo fiscal	191.440	126.421		317.861
Responsabilidade por pensões	1.129.395			1.129.395
	<u>1.320.835</u>	<u>126.421</u>	<u>-</u>	<u>1.447.256</u>
<u>Passivos por impostos diferidos:</u>				
40% Amortizações resultantes de reavaliações legais efetuadas	37.937	(1.282)		36.656
Outros	116.915	(43.291)		73.624
	<u>154.852</u>	<u>- (44.573)</u>	<u>-</u>	<u>110.279</u>

Em 31 de dezembro de 2020 a Empresa não tinha prejuízos fiscais reportáveis.

## 16. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 ações nominativas, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Salvador Caetano Auto S.G.P.S., S.A.	69,77%
- Toyota Motor Europe NV/SA	27,00%

### Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 29 de abril de 2020, e face à conjuntura económica atual, foi decidido a não distribuição de quaisquer dividendos, aguardando-se por uma melhor oportunidade para a sua realização. Durante o exercício de 2019 foram distribuídos dividendos aos acionistas no montante de 7.016.060 Euros.

### Reserva legal

A Reserva legal já se encontra totalmente constituída nos termos da legislação comercial em vigor (20% do capital social), pelo que já não é necessário que um mínimo de 5% do resultado líquido anual seja destinado à sua dotação. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

### Ajustamentos em ativos financeiros

O valor considerado em “Ajustamentos em ativos financeiros” refere-se aos resultados apropriados pelo Método de Equivalência Patrimonial ainda não distribuídos e aos ajustamentos de transição da aplicação inicial do Método de Equivalência Patrimonial.

### Excedentes de Revalorização

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação forem alienados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Os montantes distribuíveis em Capital Próprio, excluindo o Resultado Líquido do Exercício apresentam um total de 81.825.988 Euros nas rubricas Reservas Livres e Resultados Transitados.

Proposta de Aplicação de Resultados 2020

Em conformidade com o disposto na alínea b), do nº 1, do artigo 376º do Código das Sociedades Comerciais, propomos a seguinte aplicação dos resultados líquidos apurados no exercício, no valor de Euros 4.644.725,70 expressos nas demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal:

Para a conta de Resultados Transitados

Eur 4.644.725,70

17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 os financiamentos obtidos tinham o seguinte detalhe:

	DEZ'20			DEZ'19		
	Corrente	Não corrente	TOTAL	Corrente	Não corrente	TOTAL
Contas correntes caucionadas	-	-	-	-	-	-
Empréstimos bancários	10.000.000	-	10.000.000	-	10.000.000	10.000.000
Passivos de locação	5.097.337	9.332.243	14.429.580	5.968.352	12.456.029	18.424.381
Empréstimo obrigacionista	-	12.500.000	12.500.000	-	12.500.000	12.500.000
	15.097.337	21.832.243	36.929.580	5.968.352	34.956.029	40.924.381

O movimento ocorrido nos financiamentos obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Contas correntes caucionadas	-	13.250.000	13.250.000	-
Empréstimos bancários	10.000.000	-	-	10.000.000
Papel comercial	-	49.000.000	49.000.000	-
Passivos de locação	18.424.381	2.247.077	6.241.878	14.429.580
Empréstimo obrigacionista	12.500.000	-	-	12.500.000
	40.924.381	64.497.077	68.491.878	36.929.580

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em 31 de dezembro de 2020 o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos, programas de papel comercial e empréstimo obrigacionista é como segue:

DEZ'20	Montante utilizado	Limite
<u>Corrente</u>		
Conta corrente caucionada	-	12.000.000
Descoberto bancário	-	4.000.000
Confirming	-	4.350.000
Empréstimo - Mútuo	10.000.000	10.000.000
Papel comercial	-	32.000.000
Passivos de locação	5.097.337	5.097.337
	15.097.337	67.447.337
<u>Não corrente</u>		
Passivos de locação	9.332.243	9.332.243
Empréstimo obrigacionista	12.500.000	12.500.000
	21.832.243	21.832.243
	36.929.580	89.279.580

Os financiamentos acima referidos vencem juros a taxas de mercado. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020 a Empresa mantinha facilidades de crédito não utilizadas no montante de, aproximadamente, 52,3 milhões de Euros.

A rubrica “Passivos de locação” (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades da Empresa como locatária relativamente à aquisição de bens de equipamento. O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como se segue:

Contrato	Bem locado	Corrente 2021	Não Corrente				TOTAL	TOTAL
			2022	2023	2024	> 2024		
Diversos	Equipamento industrial Capital	5.097.337	4.643.058	2.344.537	1.733.985	610.663	9.332.243	14.429.580

Maturidade da dívida

As maturidades dos empréstimos existentes em 31 de dezembro de 2020 são as seguintes:

DEZ'20	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Empréstimo bancário	10.000.000	-	-	-	10.000.000
Passivos de locação	5.097.337	6.987.595	2.304.317	40.331	14.429.580
Empréstimo obrigacionista	-	12.500.000	-	-	12.500.000
Total de financiamentos	15.097.337	19.487.595	2.304.317	40.331	36.929.580

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

O plano de pagamento de juros são os seguintes:

Etária juros:	2021	2022	2023	2024	> 2024	Total
Empréstimo-mútuo	55.625	-	-	-	-	55.625
Passivos de locação	302.828	182.563	93.080	35.005	7.989	621.465
Empréstimo obrigacionista	256.166	249.670	249.670	-	-	755.507

18. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores resultantes da atividade ordinária da Empresa, que se vencem todos no curto prazo.

19. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

O detalhe de “Outras dívidas a terceiros” em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é como se segue:

Outras dívidas a terceiros	Passivos Correntes	
	DEZ'20	DEZ'19
Pessoal	34.972	-
Adiantamentos de clientes	295.608	276.584
Estado e outros entes públicos	13.388.275	12.780.925
Empresas participadas	20.194	20.194
Outras dívidas a terceiros	45.298	348
	<b>13.784.347</b>	<b>13.078.051</b>

A decomposição da rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como segue:

	DEZ'20	DEZ'19
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	286.135	189.457
Imposto sobre o valor acrescentado	10.921.592	10.002.507
Contribuições para a Segurança Social	271.538	262.492
Tributo das autarquias locais	169.463	177.019
Outros	1.739.547	2.149.450
	<b>13.388.275</b>	<b>12.780.925</b>

20. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	DEZ'20	DEZ'19 Reexpresso (nota 3)
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	2.721.354	2.803.448
Comparticipações na promoção de vendas	3.694.840	2.301.481
Juros a liquidar	132.968	138.994
Especialização de gastos afetos a viaturas vendidas	442.834	1.247.454
Seguros a liquidar	183.190	209.460
Imposto automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	2.167.552	773.973
Reclamações de garantia	34.855	70.282
Pessoal	641.082	621.933
Publicidade	55.367	65.473
Antecipação de encargos com FSE's	1.088.177	306.374
Royalties	24.115	68.816
	11.186.334	8.607.689
Rendimentos a reconhecer		
Contratos de manutenção de veículos	6.588.386	7.270.846
Subsídio ao investimento	24.245	26.449
Recuperação de sinalética	2.571	26.711
Rédito	3.753.657	
Outros	106.556	261.975
	10.475.415	7.585.979
	21.661.749	16.193.669

Relativamente à rubrica “Rédito”, em 2020 foi celebrado um acordo com a entidade financeira do Grupo Toyota Motor Corporation (nomeadamente com a entidade Toyota Kreditbank, GMBH - Sucursal Portugal), mediante o qual a Empresa passa a ceder em regime de consignação viaturas que se destinam à exposição em stands da rede de concessionários de viaturas Toyota e Lexus. Esta transação, na medida em que não confere a transferência do controlo da viatura para outra entidade, não é reconhecida como uma venda do período, ficando a mesma diferida até ao momento em que as condições de transferência de controlo se efetivam.

21. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

A Toyota Caetano constituiu, em conjunto com outras entidades inseridas no denominado Grupo Salvador Caetano (“Associados”) por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de janeiro de 1994, em 29 de dezembro de 1995, 30 de abril de 1996, 9 de agosto de 1996, 23 de dezembro de 2002, 4 de julho de 2003, 2 de fevereiro de 2007, 30 de dezembro de 2008, 23 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2013.

Este Fundo de Pensões constituído previa que, enquanto a Toyota Caetano e restantes associados mantivessem a decisão de realizar contribuições para o mesmo, que a generalidade dos trabalhadores pudesse vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

numa percentagem do vencimento, entre outras condições, configurando um plano de benefícios definidos. Para cobrir estas responsabilidades, encontra-se constituído um Fundo Autónomo (o qual é gerido pela BPI Vida e Pensões, S.A.).

Em 18 de dezembro de 2007, foi enviado ao Instituto de Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo, propondo, com efeitos a 1 de janeiro de 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta anteriormente mencionada, de alteração ao regime dos complementos de reforma devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os então reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, à data de 1 de janeiro de 2008, tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço nos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passou, a partir daquela data, a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de dezembro de 2008, foi por esta Empresa rececionada uma carta contendo a aprovação pelo ISP – Instituto de Seguros de Portugal, das alterações pretendidas e a vigorar desde 1/1/2008.

O ISP determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

De acordo com estudo atuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo (BPI Vida e Pensões, S.A.), a Toyota Caetano tem vindo a efetuar contribuições para o plano de benefício definido, permitindo que a situação patrimonial desse Fundo ascendesse em 31 de dezembro de 2020 a, aproximadamente 14.720 milhares de euros (15.365 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019). A parcela da responsabilidade global estimada actuarialmente para o Plano de Benefício Definido, na quota-parte respeitante à Empresa, ascende em 31 de dezembro de 2020 a, aproximadamente, 21.105 milhares de euros (19.049 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019).

Os pressupostos atuariais utilizados para a avaliação de 2020 pela sociedade gestora incluem as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV88/90 e Suisse Re 2001 (TV 73/77 e Suisse Re 2001 em 31 de dezembro de 2019), respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 0% (1% em 2019), 0% (0% em 2019) e 0,7% (1 % em 2019), respetivamente.

O Conselho de Administração da Empresa, em resultado de uma análise conjunta com a sociedade gestora do Fundo, entendeu que, tendo em consideração uma análise histórica dos óbitos reais dos participantes do Fundo de Pensões Salvador Caetano e os óbitos projetados de acordo com a Tábua de Mortalidade TV 73/77 utilizada até 31 de dezembro de 2019, faria sentido utilizar uma Tábua de Mortalidade mais atual e com maior aderência à situação real da população do Fundo, tendo assim passado a utilizar a Tábua de Mortalidade TV 88/90.

A responsabilidade líquida abaixo evidenciada encontra-se acautelada através da provisão evidenciada no passivo não corrente das demonstrações financeiras á data de 31 de dezembro de 2020 no valor de 6.384.523 Euros (6.150.000 Euros em 31 de dezembro de 2019) sob a designação de “Responsabilidades por pensões”.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Responsabilidades em 1 janeiro de 2019	19.704.988
Custo dos serviços correntes	41.077
Custo dos juros	297.694
(Ganhos) e perdas atuariais	-291.844
Benefícios previstos	-1.569.326
Transferências	-16.285
Alteração de pressupostos	882.993
Responsabilidades em 31 dezembro de 2019	19.049.297
Responsabilidades em 1 janeiro de 2020	19.049.297
Custo dos serviços correntes	40.127
Custo dos juros	183.463
(Ganhos) e perdas atuariais	245.772
Benefícios previstos	-1.486.185
Transferências	-129.988
Alteração de pressupostos	533.589
Alteração à tábua de mortalidade já contemplada no exercício anterior	2.466.130
Alteração à tábua de mortalidade efeito contabilizado em 2020	202.460
Responsabilidades em 31 dezembro de 2020	21.104.665

O movimento da situação patrimonial do Fundo de Pensões, que cobre os dois planos de benefícios acima referidos, durante o exercício de 2020 e 2019, foi como se segue:

	Plano de benefício definido	Plano de contribuição definida	Total
<b>Valor do Fundo em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>15.270.740</b>	<b>5.400.645</b>	<b>20.671.385</b>
Contribuições	439.017	312.053	751.070
Contribuição por utilização da conta reserva			0
Rendimento dos juros	228.076	437.169	665.245
Ganhos/ (perdas) de rendimento	971.616		971.616
Pagamento de pensões (Benefícios pagos)	-1.527.738	-79.707	-1.607.445
Transferências entre associados	-16.285	-9.331	-25.616
<b>Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>15.365.426</b>	<b>6.060.829</b>	<b>21.426.255</b>
<b>Valor do Fundo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>15.365.426</b>	<b>6.060.829</b>	<b>21.426.255</b>
Contribuições		185.347	185.347
Rendimento dos juros	146.625	434.047	580.672
Ganhos/ (perdas) de rendimento	880.240		880.240
Pagamento de pensões (Benefícios pagos)	-1.542.163	-163.391	-1.705.554
Transferências entre associados		-33.107	-33.107
Liquidações do plano	-129.988		-129.988
<b>Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>14.720.140</b>	<b>6.483.725</b>	<b>21.203.865</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a composição da carteira de ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano que cobre o plano de benefícios definidos é como segue:

Carteira do Fundo	Peso da carteira	Valor	Peso da carteira	Valor
	DEZ'20		DEZ'19	
Ações	9,9%	1.454.350	11,6%	1.782.389
Obrigações taxa fixa	30,7%	4.516.139	32,4%	4.978.398
Obrigações taxa variável	5,2%	758.087	3,5%	537.790
Imobiliário	44,6%	6.566.654	41,4%	6.361.286
Liquidez	3,4%	503.429	4,8%	737.540
Retorno absoluto	6,3%	921.481	6,4%	968.022
Total	100,0%	14.720.140	100,0%	15.365.426

As responsabilidades da Empresa com o Plano de benefícios definidos e a situação patrimonial do Fundo de Pensões Salvador Caetano afeto pode ser resumido como se segue:

Plano de Benefício Definido	2020	2019
Valor da Responsabilidade	21.104.665	19.049.297
Valor do Fundo	14.720.140	15.365.426

A responsabilidade líquida da Empresa acima evidenciada encontra-se acautelada através de uma provisão constituída no valor de cerca de 6,3 milhões de Euros (6,1 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2019), refletida na demonstração da posição financeira na rubrica “Responsabilidades por planos de benefícios definidos”.

Adicionalmente e conforme acima referido, a Empresa é parte integrante de um plano de contribuição definida, tendo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 efetuado contribuições para o mesmo no montante de 185.347 Euros (312.053 Euros em 31 de dezembro de 2019), registados na demonstração dos resultados na rubrica de gastos com pessoal. Em 31 de dezembro de 2020 o valor do fundo afeto a este plano de contribuição definida ascendia a 6.484 milhares de Euros (6.061 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2019).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

22. PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas perdas de imparidade durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi o seguinte:

DEZ'20	Saldo Inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Imparidade de dívidas a receber (Nota 12)	4.821.966	514.556	-	-78.772	5.257.750
Imparidade de inventários (Nota 11)	561.873	137.131	-	-561.873	137.131
<b>Total</b>	<b>5.383.839</b>	<b>651.687</b>	<b>-</b>	<b>-640.646</b>	<b>5.394.880</b>

DEZ'19	Saldo Inicial	Aumentos	Utilizações	Reversões	Saldo Final
Imparidade de dívidas a receber	4.888.184	38.203	(102.745)	(1.677)	4.821.966
Imparidade de inventários		561.873			561.873
<b>Total</b>	<b>4.888.184</b>	<b>600.077</b>	<b>(102.745)</b>	<b>(1.677)</b>	<b>5.383.839</b>

23. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos e atividades, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi como segue:

	2020	2019 Reexpresso (nota 3)	Var (%)	2020	2019 Reexpresso (nota 3)	Var (%)	2020	2019 Reexpresso (nota 3)	Var (%)
	Mercado interno			Mercado externo			Total		
Viaturas ligeiras	198.738.724	247.519.691	-20%	32.542.982	51.102.285	-36%	231.281.706	298.621.975	-23%
Veículos pesados	0	0		520.164	468.208	11%	520.164	468.208	11%
Máquinas industriais	8.205.363	10.988.276	-25%	22.855	298.465	-92%	8.288.218	11.286.741	-27%
Peças e acessórios	32.935.191	39.346.565	-16%	501.207	594.885	-16%	33.436.399	39.941.450	-16%
Outros	19.236.710	20.655.955	-7%	16.988	15.131	12%	19.253.697	20.671.086	-7%
	<b>259.511.988</b>	<b>318.510.486</b>	<b>-19%</b>	<b>33.604.195,77</b>	<b>52.470.165</b>	<b>-36%</b>	<b>292.720.184</b>	<b>370.989.460</b>	<b>-21%</b>



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

25. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresenta-se da seguinte forma:

	DEZ'20	DEZ'19
<b>Subcontratos</b>	<b>186.181</b>	<b>220.805</b>
<b>Serviços especializados</b>	<b>28.169.485</b>	<b>29.780.834</b>
Trabalhos especializados	3.266.234	3.587.094
Publicidade e propaganda	19.457.832	20.150.757
Vigilância e segurança	432.169	419.925
Honorários	960.380	918.540
Comissões	113.690	115.917
Conservação e reparação	1.079.795	1.021.386
Outros	2.859.386	3.567.215
<b>Materiais</b>	<b>6.878.181</b>	<b>8.852.105</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	94.579	96.467
Livros e documentação técnica	281.522	383.710
Material de escritório	168.175	172.724
Artigos para oferta	34.776	33.614
Outros	6.299.129	8.165.590
<b>Energia e fluidos</b>	<b>804.905</b>	<b>1.139.862</b>
Eletricidade	347.829	481.009
Combustíveis	432.533	607.574
Água	24.543	51.279
Outros		
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>1.790.919</b>	<b>3.037.180</b>
Deslocações e estadas	584.515	1.516.990
Transportes de pessoal	86.739	105.424
Transportes de mercadorias	1.119.664	1.414.766
<b>Serviços diversos</b>	<b>2.167.599</b>	<b>2.631.114</b>
Rendas e alugueres	551.709	525.209
Comunicação	433.407	452.373
Seguros	564.806	863.297
Royalties	205.430	379.216
Contencioso e notariado	6.375	2.366
Limpeza, higiene e conforto	405.873	408.653
	<b>39.997.270</b>	<b>45.661.899</b>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

26. GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 decompõem-se da seguinte forma:

	DEZ'20	DEZ'19
Remunerações dos órgãos sociais	331.477	404.728
Remunerações do pessoal	9.774.699	10.428.305
Pensões	197.984	876.351
Indemnizações	403.718	238.470
Encargos sobre remunerações	2.273.416	2.697.516
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	194.887	271.826
Outros gastos com o pessoal	1.580.782	1.677.316
	<b>14.756.963</b>	<b>16.594.512</b>

Durante os exercícios findos em dezembro de 2020 e 2019, o número médio de pessoal foi o seguinte:

Pessoal	DEZ'20	DEZ'19
Empregados	373	364
Assalariados	156	156
	<b>529</b>	<b>520</b>

27. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros rendimentos operacionais” tem a seguinte composição:

Outros rendimentos operacionais	DEZ'20	DEZ'19 Reexpresso (nota 3)
Rendimentos de imóveis (Nota 6)	3.106.216	3.545.189
Subsídios à exploração	3.933.176	3.128.618
Recuperação de encargos com publicidade e promoção de vendas	451.141	555.141
Ganhos em inventários	62.675	67.648
Ganhos nos restantes investimentos não financeiros	2.793.935	1.453.036
Imputação de subsídios para investimento	7.427	2.204
Descontos pronto pagamento obtidos	16.586	5.755
Outros não especificados	10.571.533	14.567.152
	<b>20.942.688</b>	<b>23.324.743</b>

A rubrica “Subsídios à exploração” considera o montante de cerca de 3,3 milhões de Euros respeitante a apoios do IEF – Instituto de Emprego e Formação Profissional (3,1 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2019) a respeito das ações de formação ministradas pela Empresa nos seus vários centros de formação

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

profissional, bem como, no exercício de 2020, inclui os apoios governamentais para fazer face à pandemia provocada pelo novo coronavírus Covid-19 (Nota 35).

A rubrica “Ganhos nos restantes investimentos não financeiros” inclui a mais valia gerada com a alienação de uma propriedade de investimento (1,2 milhões de Euros) bem como mais valias geradas na alienação de ativos fixos tangíveis.

A rubrica de “Outros não especificados” refere-se essencialmente a recuperação de gastos com garantias automóvel que são posteriormente redebitadas à marca Toyota.

Os Outros Gastos Operacionais decompõem-se da seguinte forma a 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Outros gastos operacionais	DEZ'20	DEZ'19
Impostos	607.986	597.688
Perdas em inventários	42.411	29.268
Descontos pronto pagamento concedidos	2.902	7.560
Perdas nos restantes investimentos financeiros	-	1.815
Perdas nos restantes investimentos não financeiros	27.673	61.795
Donativos	449	5.898
Outros não especificados	7.674.082	9.419.566
	<b>8.355.502</b>	<b>10.123.588</b>

A rubrica de “Outros não especificados” inclui essencialmente gastos com incentivos comerciais e bonificações concedidas aos concessionários.

## 28. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Juros e rendimentos similares obtidos	DEZ'20	DEZ'19
Depósitos bancários		51
Outros	72.083	4.532
	<b>72.083</b>	<b>4.583</b>

Juros e gastos similares suportados	DEZ'20	DEZ'19
Empréstimos bancários	1.084.245	1.322.167
Outros	785.973	550.987
	<b>1.870.218</b>	<b>1.873.154</b>

29. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros da Empresa a 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Instrumentos financeiros	Nota	Ativos financeiros		Passivos financeiros	
		DEZ'20	DEZ'19	DEZ'20	DEZ'19
Outros ativos financeiros	10	19.600	19.600		
Financiamentos a Empresas Participadas	10	18.847.237	1.995.192		
Clientes	12	55.370.533	72.522.678		
Outras dívidas de terceiros	13	4.337.633	4.453.817		
Outros ativos correntes	14	455.588	27.030		
Financiamentos obtidos	17			36.929.580	40.924.381
Outras dívidas a terceiros	19			396.073	297.125
Fornecedores	18			31.015.239	33.586.141
Outros passivos correntes	20			11.186.334	8.607.689
Caixa e equivalentes a caixa	4	8.141.407	9.465.441		

Os ativos e passivos financeiros acima referidos estão contabilizados de acordo com o custo amortizado.

30. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos a receber e a pagar com as empresas do Grupo Toyota Caetano Portugal, que em 31 de dezembro de 2020 e 2019, se encontram refletidas nas rubricas da demonstração da posição financeira "Clientes", "Fornecedores", "Acionistas", e "Outros Ativos Financeiros" podem ser resumidos como segue:

	<u>31/DEZ/2020</u>	<u>31/DEZ/2019</u>
Contas a receber	30.896.062	40.843.653
Contas a pagar	-1.077.272	-2.050.826
Outras dívidas de terceiros – Empresas participadas		
Empresas do Grupo inseridas no "RETGS" (Nota 13)		
Caetano Renting, S.A.	-915.693	-577.627
Caetano Auto, S.A.	<u>5.195.576</u>	<u>4.896.180</u>
	<b><u>4.279.883</u></b>	<b><u>4.318.553</u></b>
Empréstimos a Empresas Participadas (Nota 10)		
Caetano Auto, S.A.	1.995.192	1.995.192
Caetano Renting, S.A.	16.852.045	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Clientes e fornecedores (Notas 12 e 18)

Apresenta-se em seguida o quadro-resumo de saldos e fluxos (contas de Clientes e Fornecedores) com subsidiárias do Grupo Toyota Caetano Portugal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

2020	Dividas comerciais		Outros Passivos Correntes	Produtos		Ativos fixos tangíveis		Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Antecipações	Vendas	Compras	Aquisições	Alienações	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
Caetano Auto, S.A.	28.154.992	-287.053	-1.776.542	-96.764464	974.739	0	-493.520	0	11.836.430	4.657.331	-1.976.378
Caetano Renting, S.A.	2.684.049	-790.219		-7.174.610	14.996.962	0	-24.935	0	1.443.193	508.598	-114.675
Caetano Auto CV, S.A.	57.021	-600.000	-291.641	-3.731.949	0	0	0	0	291.641	0	-213.702

2019	Dividas comerciais		Outros Passivos Correntes	Produtos		Ativos fixos tangíveis		Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Antecipações	Vendas	Compras	Aquisições	Alienações	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
Caetano Auto, S.A.	39.241.901	-993.783	-1.754.665	-151.379.592	580.513	0	-2.159.880		6.320.462	10.740.717	-2.090.962
Caetano Renting, S.A.	723.158	-1.057.043	-215.000	-9.237.624	23.331.616	0	-56.349		901.811	321.182	-174.290
Caetano Auto CV, SA	518.595	0	43.430	-6.433.280	0	0	0		0	0	-369.749

O detalhe dos saldos e transações entre a Empresa e outras entidades relacionadas (essencialmente pertencentes ao denominado Grupo Salvador Caetano e ao Grupo Toyota Motor Corporation), pode ser resumido como se segue:



# Toyota Caetano Portugal, S.A.

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	150.895	-10.632	-297.283	-314.766	0	0	0	0	20.412	0	-43.147
RARCON - Arquitectura e Consultadoria e Mediação Imobiliária, S.A.	0	-21.456	-70.000	0	0	0	0	0	129.490	0	0
Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	41.287	-637.970	5.230	0	0	9.771	0	0	2.319.776	2.413	-200.026
Salvador Caetano Auto África, (S.G.P.S.), S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-9
Salvador Caetano Auto, (S.G.P.S.), S.A.	133	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-134
SIMOGA - Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A.	1.374	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sózó Portugal, S.A.	3.570	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-13.317
Toyota Kreditbank, GMBH - Sucursal Portugal	529.818	-32.213	-56.743	-46.653.249	134.333	0	0	0	621.315	1.901.097	-247.358
Toyota Logist S Portugal Unip Lda	67.527	754	304	-6.632	0	0	0	0	0	0	-654.458
Toyota Motor Corporation	16.478	-3.439.173	-24.115	-76	26.684.973	0	0	0	148	236.637	-209.432
Toyota Motor Europe, Nv/Sa	441.045	-18.761.000	-120.932	-27.517.926	141.862.037	0	0	0	426.936	138.930	-3.863.144
Turispaiiva - Sociedade Turística Paivense, S.A.	369	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-3.609
Toyota Tsusho Europe S.A.	0	0	0	0	0	0	0	0	35.040	0	0
Toyota Tsusho Corpoartion	0	-261.244	0	0	2.790.795	0	0	0	0	0	0
Toyota Material Handling Manuf Sweden AB	0	-725.636	0	0	3.114.997	0	0	0	19.467	-161.371	0
Toyota Material Handling Europe Logistics AB	0	-255.298	0	0	1.438.456	0	0	0	3.113	-3.122	-226
Toyota Material Handling Manufact Italy SPA	0	-620.686	0	0	3.034.619	0	0	0	0	-83.892	-4.005
Toyota Material Handling Espanha SA	2.741	-3.436	0	-25.877	-19.132	15.000	0	0	19.666	426	0
Toyota Material Handling Europe AB	0	-282	0	0	0	0	0	0	3.755	0	0
Toyota Material Handling Manuf France SAS	0	-151.299	0	0	1.585.156	0	0	0	103	-24.608	0
Toyota Material Handling France	0	-6.366	0	0	0	5.200	0	0	0	0	0
Toyota Tsusho Asia Pacific LTD	0	-80.047	0	0	526.332	0	0	0	0	0	0
VAS África (S.G.P.S.), S.A.	52	0	0	0	0	0	0	0	0	0	-94

As vendas à Toyota Kreditbank, GMBH - Sucursal Portugal correspondem a vendas realizadas essencialmente a subsidiárias do Grupo e concessionários Toyota e Lexus independentes que são intermediadas pela referida Entidade enquanto financeira do Grupo Toyota Motor Corporation.





31. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos na Demonstração da Posição Financeira:

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Empresa tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	DEZ'20	DEZ'19
Caução	4.000.000	4.000.000
Outras garantias financeiras	1.660.174	1.668.010
	5.660.174	5.668.010

O montante apresentado em “Caução” refere-se à caução prestada à Autoridade Tributária e Aduaneira - Direção Geral das Alfândegas no âmbito do desalfandegamento de inventários alvo de importação.

Na sequência de financiamentos contratados no valor de 14 milhões de Euros, a Toyota Caetano concedeu às respetivas instituições financeiras garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis avaliados, à data de contratação dos referidos financiamentos, em cerca de 23,4 milhões de Euros.

Veículos em fim de vida

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Informação relativa à área ambiental

A Empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração da Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

32. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

O resultado líquido por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	DEZ'20	DEZ'19
Resultado	4.644.726	11.593.984
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Resultados por ação(básico e diluído)	0,13	0,33
Rendimento integral	4.522.618	11.593.984
Número de ações	35.000.000	35.000.000
Rendimento integral(básico e diluído)	0,13	0,33

33. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações pagas aos membros dos órgãos sociais da Toyota Caetano Portugal, S.A. nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram como segue:

Órgãos sociais	DEZ'20	DEZ'19
Conselho de Administração	391.783	464.940
Conselho Fiscal	6.790	8.520

34. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à sociedade de revisores oficiais de contas nos exercícios de 2020 e 2019 foi como segue:

	DEZ'20	DEZ'19
Honorários totais referentes à revisão legal de contas	27.000	28.000
Honorários totais referentes a outros serviços de garantia de fiabilidade	-	1.000
	27.000	29.000

### 35. COVID-19

No seguimento da declaração por parte da OMS – Organização Mundial da Saúde do estado de Pandemia devido à disseminação do novo coronavírus Covid-19 em março de 2020, importa referir alguns impactos nas demonstrações financeiras apresentadas a 31 de dezembro de 2020:

#### Atividade/Rentabilidade

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras anexas, a atividade da Empresa sofreu uma quebra de cerca de 21% fruto dos diversos constrangimentos que a pandemia provocou, sendo de destacar as interrupções / paragens de produção ora provocadas pelas medidas restritivas de saúde pública implementadas, ora provocadas pelas dificuldades logísticas em movimentar pessoas, mercadorias e equipamentos.

Ao nível da rentabilidade, fruto das interrupções / paragens ocorridas com o conseqüente impacto negativo na produtividade e na diluição dos custos fixos, o EBITDA\* sofreu igualmente uma quebra de cerca de 24%. A este respeito, há que salientar que é expectativa da Empresa que à medida que se for retomando o ritmo normal, a rentabilidade voltará a atingir os níveis alcançados no passado.

\* EBITDA= Resultados operacionais + Amortizações e depreciações + Imparidade de inventários + Imparidade de dívidas a receber

#### Financiamento

Pese embora a menor rentabilidade das operações, as necessidades de financiamento da Empresa não se agravaram, tendo conseguido financiar a sua atividade através de linhas de crédito disponibilizadas sem necessidade de recorrer às linhas estabelecidas pelo Estado / sistema financeiro Português para fazer face ao momento de crise como as linhas Covid e processo de moratórias estabelecido pelo Estado / sistema financeiro Português.

Por outro lado, fruto das medidas de apoio à economia implementadas pelo Estado Português, não se verificou um agravamento nos custos de financiamento.

Por último, até à data, não foi sentido igualmente nenhum agravamento significativo no prazo médio de recebimento dos clientes que tenha afetado as necessidades de financiamento da Empresa.

#### Liquidez

De acordo com a sua política de gestão direcionada à manutenção de uma reserva de liquidez adequada, e estando a Empresa consciente dos reflexos económico-financeiros, os quais terão inerentemente efeitos negativos sobre a sua atividade/rentabilidade futura, importa referir que se encontram disponíveis no momento linhas de crédito bancário não utilizadas no montante de mais de 50 M€, estando assim assegurada, em nosso entender, a continuidade das operações pelo menos por um período de 12 meses.

#### Mecanismos de apoio colocados à disposição pelo Governo

O Governo, consciente dos reflexos económico-financeiros sobre a atividade/rentabilidade das empresas, implementou uma série de medidas de apoio que a Empresa utilizou com o seguinte montante aproximado de benefício:

- Apoio extraordinário à manutenção do contrato de trabalho, Lay-off simplificado	827.340 Euros
- Incentivo à normalização da atividade	560.070 Euros

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Desde a conclusão do ano de 2020, não poderíamos divulgar este anexo sem esclarecer que o mesmo foi elaborado no período de confinamento declarado pelo Governo português devido à segunda vaga da pandemia Covid-19 sentida após o final do ano.

Conscientes dos efeitos negativos sobre atividade/rentabilidade fruto de previsíveis quebras no volume de vendas em resultado do encerramento das instalações comerciais, a Empresa recorreu ao apoio governamental “Programa da Retoma Progressiva”.

Mantendo-se a incerteza sobre a manutenção dos impactos da pandemia, o Conselho de Administração mantém a convicção e segurança sobre a boa capacidade financeira da Empresa, encontrando-se disponíveis linhas de crédito bancário não utilizadas no montante de mais de 50M€, estando assim assegurada, em nosso entender, a continuidade das operações pelo menos por um período de 12 meses.

37. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2021.

O CONTABILISTA CERTIFICADO

ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSE REIS DA SILVA RAMOS –Presidente  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
KATSUTOSHI NISHIMOTO  
MATTHEW PETER HARRISON  
GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS

***Contas Consolidadas***

***Dezembro 2020***

**INDICADORES FINANCEIROS  
CONSOLIDADOS**

	DEZ'20	DEZ'19
VENDAS	357 836 638	456 213 482
CASH-FLOW BRUTO	28 471 989	43 434 675
ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	2 371 610	1 946 586
GASTOS COM O PESSOAL	35 674 340	41 370 929
INVESTIMENTO LIQUIDO	44 173 990	22 137 091
VOLUME DE EMPREGO	1 503	1 537
RESULTADO LIQUIDO COM INT MINORITARI	4 451 733	11 646 599
RESULTADO LIQUIDO SEM INT MINORITARI	4 644 726	11 593 984
GRAU DE AUTONOMIA FINANCEIRA	48,2%	46,0%

## DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	31/12/2020	31/12/2019
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Goodwill	8	611 997	611 997
Ativos intangíveis	5	721 490	465 385
Ativos fixos tangíveis	6	96 730 530	110 019 605
Propriedades de investimento	7	11 159 678	13 676 728
Investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos	9	39 105 000	-
Outros investimentos	10	4 219 437	3 923 974
Ativos por impostos diferidos	15	3 148 683	2 611 486
Clientes	12	654 046	608 975
Total de ativos não correntes		<u>156 350 861</u>	<u>131 918 150</u>
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>			
Inventários	11	78 708 164	105 470 028
Clientes	12	45 050 337	54 236 551
Outras dívidas de terceiros	13	5 574 066	2 538 178
Imposto sobre o rendimento a recuperar	22	871 404	262 011
Outros ativos correntes	14	4 754 890	3 380 652
Caixa e equivalentes a caixa	16	11 437 547	12 693 644
Total de ativos correntes		<u>146 396 408</u>	<u>178 581 064</u>
Ativos não correntes detidos para venda	7	2 157 708	-
Total do ativo		<u>304 904 977</u>	<u>310 499 214</u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social		35 000 000	35 000 000
Reserva legal		7 498 903	7 498 903
Outras reservas		98 561 640	87 231 469
Resultado consolidado líquido do exercício		4 644 726	11 593 984
	17	<u>145 705 269</u>	<u>141 324 356</u>
Interesses que não controlam	18	1 284 674	1 514 227
Total do capital próprio		<u>146 989 943</u>	<u>142 838 583</u>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	19	26 913 455	36 880 225
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	24	11 171 634	9 476 000
Provisões	25	1 973 126	944 772
Passivos por impostos diferidos	15	1 839 798	1 500 361
Total de passivos não correntes		<u>41 898 013</u>	<u>48 801 358</u>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Financiamentos obtidos	19	17 341 752	7 353 166
Fornecedores	20	38 187 645	38 236 935
Outras dívidas a terceiros	21	37 571 414	51 854 470
Outros passivos correntes	23	22 916 210	21 414 702
Total de passivos correntes		<u>116 017 021</u>	<u>118 859 273</u>
Total do passivo		<u>157 915 034</u>	<u>167 660 631</u>
Total do passivo e capital próprio		<u>304 904 977</u>	<u>310 499 214</u>

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
KATSUTOSHI NISHIMOTO  
MATTHEW PETER HARRISON

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Montantes expressos em Euros)

GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS

	Notas	31/12/2020	31/12/2019 Reexpresso (nota 3)
<b>Rendimentos operacionais:</b>			
Vendas	29	319 482 015	407 986 700
Prestações de serviços	29	38 354 623	48 226 783
Outros rendimentos operacionais	32	25 061 606	27 845 983
Variação da produção	11	188 420	1 132 517
<b>Total de rendimentos operacionais</b>		<b>383 086 664</b>	<b>485 191 983</b>
<b>Gastos operacionais:</b>			
Custo das vendas	11	(274 833 481)	(349 924 053)
Fornecimentos e serviços externos	30	(38 284 349)	(44 570 681)
Gastos com o pessoal	31	(35 674 340)	(41 370 929)
Amortizações e depreciações	5, 6 e 7	(20 323 547)	(25 168 581)
Imparidade de inventários	25	409 735	(1 445 801)
Imparidade de dívidas a receber	25	(961 564)	(784 560)
Provisões e perdas por imparidade	25	(1 250 192)	(217 780)
Outros gastos operacionais	32	(3 269 322)	(3 416 913)
<b>Total de gastos operacionais</b>		<b>(374 187 060)</b>	<b>(466 899 298)</b>
<b>Resultados operacionais</b>		<b>8 899 604</b>	<b>18 292 685</b>
Gastos e perdas financeiros	33	(2 388 772)	(1 971 661)
Rendimentos e ganhos financeiros	33	17 162	25 075
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>6 527 994</b>	<b>16 346 099</b>
Impostos sobre o rendimento	26	(2 076 261)	(4 699 500)
		4 451 733	11 646 599
<b>Resultado líquido consolidado do exercício</b>		<b>4 451 733</b>	<b>11 646 599</b>
<b>Resultado líquido consolidado atribuível a:</b>			
Acionistas da empresa-mãe		4 644 726	11 593 984
Interesses que não controlam	18	(192 993)	52 615
		4 451 733	11 646 599
<b>Resultados por ação:</b>			
Básico	27	<b>0,127</b>	<b>0,333</b>
Diluído	27	<b>0,127</b>	<b>0,333</b>

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
KATSUTOSHI NISHIMOTO  
MATTHEW PETER HARRISON  
GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Outras Reservas					Total de reservas	Resultado líquido	Subtotal	Interesses que não controlam	Total	
		Capital social	Reserva legal	Reservas de reavaliação	Reservas de conversão cambial	Reservas de justo valor						Outras reservas
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2019</b>		<b>35 000 000</b>	<b>7 498 903</b>	<b>6 195 184</b>	<b>(1 695 238)</b>	<b>552 731</b>	<b>76 061 568</b>	<b>88 613 148</b>	<b>12 786 759</b>	<b>136 399 907</b>	<b>1 473 222</b>	<b>137 873 129</b>
Alterações no exercício:												
Aplicação do resultado consolidado de 2018		-	-	-	-	-	12 786 759	12 786 759	(12 786 759)	-	-	-
Alteração do justo valor de instrumentos de capital ao justo valor por via de capital	10	-	-	-	-	330 465	-	330 465	-	330 465	-	330 465
		-	-	-	-	330 465	12 786 759	13 117 224	(12 786 759)	330 465	-	330 465
Resultado líquido consolidado		-	-	-	-	-	-	-	11 593 984	11 593 984	52 615	11 646 599
Rendimento integral consolidado do exercício		-	-	-	-	330 465	-	330 465	11 593 984	11 924 449	52 615	11 977 064
Aquisição a Interesses que não controlam		-	-	-	-	-	-	-	-	(11 610)	-	(11 610)
Distribuição de dividendos	17	-	-	-	-	-	(7 000 000)	(7 000 000)	-	(7 000 000)	-	(7 000 000)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>35 000 000</b>	<b>7 498 903</b>	<b>6 195 184</b>	<b>(1 695 238)</b>	<b>883 196</b>	<b>81 848 327</b>	<b>94 730 372</b>	<b>11 593 984</b>	<b>141 324 356</b>	<b>1 514 227</b>	<b>142 838 583</b>
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2020</b>		<b>35 000 000</b>	<b>7 498 903</b>	<b>6 195 184</b>	<b>(1 695 238)</b>	<b>883 196</b>	<b>81 848 327</b>	<b>94 730 372</b>	<b>11 593 984</b>	<b>141 324 356</b>	<b>1 514 227</b>	<b>142 838 583</b>
Aplicação do resultado consolidado de 2019		-	-	-	-	-	11 593 984	11 593 984	(11 593 984)	-	-	-
Rendimento integral consolidado do exercício		-	-	-	-	295 462	(559 275)	(263 813)	4 644 726	4 380 913	(207 362)	4 173 551
Aquisição a Interesses que não controlam		-	-	-	-	-	-	-	-	(22 191)	-	(22 191)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>35 000 000</b>	<b>7 498 903</b>	<b>6 195 184</b>	<b>(1 695 238)</b>	<b>1 178 658</b>	<b>92 883 036</b>	<b>106 060 543</b>	<b>4 644 726</b>	<b>145 705 269</b>	<b>1 284 674</b>	<b>146 989 943</b>

Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
KATSUTOSHI NISHIMOTO  
MATTHEW PETER HARRISON  
GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS  
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Montantes expressos em Euros)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado líquido consolidado do exercício	4 451 733	11 646 599
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, que não serão subsequentemente reclassificados para a demonstração dos resultados:		
Variação do justo valor de instrumentos de capital ao justo valor por via de capital (Nota 10)	295 462	330 465
Variação nas responsabilidades com plano de benefícios definidos – valor bruto (Nota 24)	(1 546 407)	-
Variação nas responsabilidades com plano de benefícios definidos – efeito imposto (Nota 15)	613 941	-
Outros – valor bruto	584 263	-
Outros – efeito imposto	(225 441)	-
Rendimento integral consolidado do exercício	<u>4.173.551</u>	<u>11 977 064</u>
Atribuível a:		
Acionistas da empresa-mãe	4 380 913	11 924 449
Interesses que não controlam	(207 362)	52 615

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
KATSUTOSHI NISHIMOTO  
MATTHEW PETER HARRISON  
GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019  
(Montantes expressos em Euros)**

<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>dez/20</b>	<b>dez/19</b>
Recebimentos de Clientes	476 780 959	570 499 446
Pagamentos a Fornecedores	(328 625 355)	(415 087 445)
Pagamentos ao Pessoal	(31 832 823)	(35 993 325)
<b>Fluxo gerado pelas Operações</b>	<b>116 322 781</b>	<b>119 418 676</b>
Pagamento do Imposto sobre o Rendimento	(2 265 054)	(7 050 561)
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Atividade Operacional	(68 253 194)	(68 912 801)
<b>Fluxo das Atividades Operacionais</b>	<b>45 804 533</b>	<b>43 455 314</b>

<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>dez/20</b>	<b>dez/19</b>
Recebimentos provenientes de:		
Propriedade de Investimento	-	284 000
Ativos Fixos Tangíveis	1 301 592	3 140 426
Juros e Proveitos Similares	4 600	28 499
	<b>1 306 192</b>	<b>3 452 925</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos Financeiros	(39 127 191)	-
Propriedade de Investimento	(72 445)	(444 769)
Ativos Fixos Tangíveis	(1 679 855)	(4 007 343)
Ativos Intangíveis	(334 435)	(289 371)
	<b>(41 213 926)</b>	<b>(4 741 483)</b>
<b>Fluxo das Atividades de Investimento</b>	<b>(39 907 733)</b>	<b>(1 288 558)</b>

<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>dez/20</b>	<b>dez/19</b>
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos Obtidos (Nota 19)	62 612 760	93 162 682
Passivos de Locação (Nota 19)	2 370 979	434 563
	<b>64 983 739</b>	<b>93 597 245</b>
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos Obtidos (Nota 19)	(62 250 000)	(122 400 000)
Rendas de Passivos de Locação (Nota 19)	(7 815 570)	(8 405 927)
Juros e Custos Similares	(1 732 058)	(2 465 234)
Outras Credores	(176 325)	-
Dividendos	-	-
	<b>(71 973 953)</b>	<b>(7 016 060)</b>
<b>Fluxo das Atividades de Financiamento</b>	<b>(6 990 214)</b>	<b>(46 689 976)</b>

<b>CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>dez/20</b>	<b>dez/19</b>
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período (Nota 16)	12 530 961	17 075 155
Varição do Perímetro (Nota 4)		(20 974)
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período (Nota 16)	11 437 547	12 530 961
<b>Varição de Caixa e Seus Equivalentes</b>	<b>(1 093 414)</b>	<b>(4 523 220)</b>

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O CONTABILISTA CERTIFICADO  
ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
KATSUTOSHI NISHIMOTO  
MATTHEW PETER HARRISON  
GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Toyota Caetano” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e é a empresa-mãe de um Grupo (“Grupo Toyota Caetano” ou “Grupo”), cujas empresas exercem, sobretudo, atividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados bem como a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respetiva assistência após-venda, a criação e operacionalização de projetos de formação e desenvolvimento de recursos humanos, bem como a gestão de imóveis próprios, incluindo o arrendamento dos mesmos, e ainda o aluguer de veículos de curta ou longa duração, com ou sem condutor.

A Toyota Caetano Portugal, S.A., pertence ao Grupo Salvador Caetano (Grupo liderado pela sociedade Grupo Salvador Caetano, S.G.P.S., S.A.), sendo detida diretamente pela sociedade Salvador Caetano Auto - S.G.P.S., S.A., desde finais do ano de 2016.

A Toyota Caetano é o importador e distribuidor das marcas Toyota (viaturas e empilhadores), Lexus (viaturas) e BT (empilhadores) para Portugal, encabeçando um Grupo (“Grupo Toyota Caetano”) que se apresenta da seguinte forma a 31 de dezembro de 2020:

Empresas	Sede	Classificação
Com sede em Portugal:		
Toyota Caetano Portugal, S.A. (“Empresa mãe”)	Vila Nova de Gaia	Subsidiária
Caetano - Auto, S.A. (“Caetano Auto”)	Vila Nova de Gaia	Subsidiária
Caetano Renting, S.A.(“Caetano Renting”)	Vila Nova de Gaia	Subsidiária
Caetanobus - Fabricação de Carroçarias, S.A.(“CaetanoBus”)	Vila Nova de Gaia	Empreendimento conjunto
Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.(“Finlog”)	Vila Nova de Gaia	Associada
Com sede noutros países:		
Caetano Auto CV, S.A.(“Caetano Auto Cv”)	Praia (Cabo Verde)	Subsidiária
Caetano UK Limited (“Caetano UK”)	Reino Unido	Empreendimento Conjunto
Cobus Industries GMBH (“Cobus”)	Alemanha	Empreendimento Conjunto
Caetano Renting Senegal, S.A.(“Caetano Renting Senegal”)	Dakar (Senegal)	Associada

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 verificou-se alteração na composição do perímetro do Grupo Toyota Caetano com a aquisição, no final do exercício, de participações nas empresas Caetanobus - Fabricação de Carroçarias, S.A. e Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A. (Nota 4).

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 verificou-se alteração na composição do perímetro do Grupo com a liquidação da Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. (“Saltano”) em maio de 2019.

As ações da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde outubro de 1987.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade), dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o referido no ponto 2.2.b).

## **2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

### **2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO**

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Toyota Caetano e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) e pelo Standing Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido endossadas pela União Europeia, em vigor para o exercício económico iniciado em 1 de janeiro de 2020.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, do justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de o Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras consolidadas, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que o Grupo dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
**2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é categorizada em Nível 1, 2 e 3, de acordo com o grau em que os pressupostos utilizados são observáveis e a sua significância ao nível da valorização a justo valor utilizada na mensuração de ativos/passivos ou na divulgação dos mesmos.

Nível 1 – Justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para idênticos ativos / passivos;

Nível 2 – o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e

Nível 3 – O justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais pressupostos não são observáveis no mercado.

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo Grupo, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as estimativas sejam significativos são apresentadas na Nota 2.4.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

## 2.2 ADOÇÃO DE IAS/IFRS NOVOS OU REVISTOS

### Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2020:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
Emendas a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS	1-jan-20	Corresponde a emendas em diversas normas (IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32) em relação a referências à Estrutura Conceptual revista em março de 2018. A Estrutura Conceptual revista inclui definições revistas de um ativo e de um passivo e novas orientações sobre mensuração, desreconhecimento, apresentação e divulgação.
Emenda à IAS 1 e IAS 8 – Definição de material	1-jan-20	Corresponde a emendas para clarificar a definição de material na IAS 1. A definição de material na IAS 8 passa a remeter para a IAS 1. A emenda altera a definição de material em outras normas para garantir consistência. A informação é material se pela sua omissão, distorção ou ocultação seja razoavelmente esperado que influencie as decisões dos utilizadores primários das demonstrações financeiras tendo por base as demonstrações financeiras.
Emenda à IFRS 3 – Definição de negócio	1-jan-20	Corresponde a emendas à definição de negócio, pretendendo clarificar a identificação de aquisição de negócio ou de aquisição de um grupo de ativos. A definição revista clarifica ainda a definição de output de um negócio como fornecimento de bens ou serviços a clientes. As alterações incluem exemplos para identificação de aquisição de um negócio.
Emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – reforma das taxas de juro benchmark (IBOR Reform)	1-jan-20	Corresponde a emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 relacionadas com o projeto de reforma das taxas de juro de <i>benchmark</i> (conhecido como “IBOR reform”), no sentido de diminuir o impacto potencial da alteração de taxas de juro de referência no relato financeiro, nomeadamente na contabilidade de cobertura.
Emenda à norma IFRS 16 – Locações –	1-june-20	Esta emenda introduz um expediente prático opcional pelo qual os locatários ficam dispensados de analisar se as concessões de renda, tipicamente suspensões

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
"Covid 19 Related Rent Concessions"		ou reduções de renda, relacionadas com a pandemia "COVID-19" correspondem a modificações contratuais.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras consolidadas, aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
Emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – Fase 2 - reforma das taxas de juro benchmark (IBOR Reform)	1-jan-21	Corresponde a emendas adicionais às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7, emitidas em 27 de agosto de 2020, relacionadas com a segunda fase do projeto de reforma das taxas de juro de benchmark (conhecido como "IBOR reform"), referente às alterações das taxas de juro de referência e os impactos ao nível de modificações de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de locação, contabilidade de cobertura e divulgações.
Emenda à norma IFRS 4 Contratos de Seguros – diferimento de IFRS 9	1-jan-21	Corresponde a emenda à norma IFRS 4 que prolonga o diferimento de aplicação da IFRS 9 para exercícios iniciais em ou após 1 de janeiro de 2023.

Estas emendas apesar de aprovadas ("endorsed") pela União Europeia, não foram adotadas pelo Grupo em 2020, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas.

Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020  
(Montantes expressos em Euros)**

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-jan-23	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à norma IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos como correntes e não correntes	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB clarifica a classificação dos passivos como correntes e não correntes analisando as condições contratuais existentes à data de reporte.
Emendas às normas IFRS 3, IAS 16, IAS 37 e Melhoramentos anuais 2018-2020	1-jan-22	Estas emendas correspondem a um conjunto de atualizações às diversas normas mencionadas, nomeadamente - IFRS 3 - atualização da referência à estrutura concetual de 2018; requisitos adicionais para análise de obrigações de acordo com norma IAS 37 ou IFRIC 21 na data de aquisição; e clarificação explícita que ativos contingentes não são reconhecidos numa combinação de negócio. - IAS 16 - proibição de dedução ao custo de um ativo tangível de proveitos relacionados com a venda de produtos antes do ativo estar disponível para uso - IAS 37 - clarificação que custos de cumprimento de um contrato correspondem a custos diretamente relacionados com o contrato - Melhoramentos anuais 2018-2020 correspondem essencialmente a emendas em 4 normas, IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41
Emenda às IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras e Declaração de Prática IFRS 2: Divulgação de Políticas Contabilísticas (emitida em 12 de fevereiro de 2021)	1-jan-23	Estas emendas estabelecem critérios de identificação e divulgação de políticas contabilísticas materiais.
Emenda à IAS 8 Políticas	1-jan-23	Esta emenda altera a definição de estimativas contabilísticas e clarifica que alterações de

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
Contabilísticas, Mudanças em Estimativas e erros contabilísticos: definição de contabilidade Estimativas (emitida em 12 de fevereiro de 2021)		estimativas em resultado de nova informação não correspondem a erros.
Alterações propostas para arrendamentos IFRS 16: Arrendamento Covid-19 Concessões após 30 de junho de 2021 (emitido em 31 de março de 2021)	1-abr-21	Estas alterações proporcionam isenções aplicáveis nos relatórios sobre a avaliação de modificação de contratos de locação em resultado da Covid-19.

Estas normas não foram ainda adotadas (“endorsed”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo (Empresa) no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

### 2.3 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os princípios de consolidação adotados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo esteja exposto, ou tenha direitos, a retornos variáveis, em consequência do seu envolvimento nessas empresas, e tenha a capacidade de afetar esses retornos, através do poder sobre essas empresas (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na rubrica “Interesses que não controlam”. As empresas do

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas que não controlam excedem os interesses que não controlam no capital próprio da subsidiárias, os interesses que não controlam absorvem esse excesso na proporção da percentagem detida.

Para as concentrações empresariais anteriores a 2010 foi utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição corresponderá ao justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos incorridos ou assumidos na data de aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial corresponderão inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses que não controlam. A diferença positiva entre o custo de aquisição e o justo valor da parcela do Grupo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registada como *Goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração Consolidada dos Resultados.

Para as concentrações de atividades empresariais ocorridas após 1 de janeiro de 2010 o Grupo aplicou a IFRS 3 revista. Segunda esta norma revista o método da compra continua a ser aplicado nas concentrações de atividades, com algumas alterações significativas:

- (i) os montantes que compõem o preço de compra são valorizados ao justo valor, existindo a opção, de transação a transação, mensurar os “interesses que não controlam” pela proporção do valor dos ativos líquidos do Grupo adquirida ou ao justo valor dos ativos e passivos adquiridos;
- (ii) os custos associados à aquisição são registados como gastos.

Quando à data de aquisição do controlo o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *goodwill* ou *goodwill* negativo.

Igualmente foi aplicada desde 1 de janeiro de 2010 a IAS 27 revista, entretanto substituída para este efeito pela IFRS 10, a qual exige que todas as transações com os interesses que não controlam sejam registadas no Capital Próprio, quando não há alteração no controlo sobre o Grupo, não havendo lugar ao registo de *goodwill* ou ganhos ou perdas. Quando há perda do controlo exercido pelo Grupo, qualquer interesse remanescente detido pelo Grupo é remensurado ao justo valor, e um ganho ou perda é reconhecido nos resultados do exercício.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transações, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como *Goodwill* e mantidas no valor da rubrica "Investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos" (Nota 9). Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração consolidada dos resultados "Resultados relativos a investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos", após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

c) Entidades conjuntamente controladas

Os interesses do Grupo nas entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o controlo conjunto é adquirido (conforme descrito na Nota 2.2.b)).

As empresas conjuntamente controladas encontram-se detalhadas na Nota 9.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira consolidada, e os gastos e os rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial gerada após 1 de janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica "Reservas de conversão". As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica do capital próprio "Outras reservas".

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

## 2.4 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registados ao seu "deemed cost", o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respetivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

que este seja colocado na sua condição de utilização. Os custos financeiros incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Perdas por imparidade" da demonstração consolidada dos resultados.

As depreciações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos</u>
- Edifícios e outras construções	20 - 50
- Equipamento básico	7 - 16
- Equipamento de transporte	4 - 5
- Ferramentas e utensílios	4 - 14
- Equipamento administrativo	3 - 14
- Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Os terrenos não são depreciados. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As despesas com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo tangível ainda em fase de construção / desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração consolidada dos resultados como "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
**2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração consolidada dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como gastos na demonstração consolidada dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

Os ativos intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos. As vidas úteis dos ativos são revistas em cada relato financeiro, para que as amortizações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Amortizações e depreciações".

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a ativos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respetivo justo valor objeto de divulgação (Nota 7).

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

As Propriedades de Investimento são igualmente amortizadas, pelo método das quotas constantes, durante um período de dez a cinquenta anos.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados do exercício a que se referem. As beneficiações, relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

As depreciações do exercício das propriedades de investimento são registadas na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Amortizações e depreciações".

Sempre que o justo valor destes ativos se revele inferior ao seu respetivo custo de aquisição é registada uma perda de imparidade no exercício em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica "Perdas por imparidade" na demonstração consolidada dos resultados. Quando as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica "Perdas por imparidade" na demonstração consolidada dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

O justo valor resultante das avaliações externas das propriedades de investimento, que é objeto de divulgação, foi determinado com base em avaliações imobiliárias efetuadas por entidades especializadas independentes (modelos do Método de mercado, Método do custo e Método do rendimento).

d) Locações (na ótica do locatário)

Identificação de locações

Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente), por um período, em troca de um valor. No início de cada contrato, é avaliado e identificado se este é ou contém uma locação. Esta avaliação envolve um exercício de julgamento sobre se cada contrato depende de um ativo específico, se o Grupo, enquanto locatário, obtém substancialmente todos os benefícios económicos do uso desse ativo e se tem o direito de controlar o uso do ativo.

Todos os contratos que constituam uma locação são contabilizados pelo locatário com base num modelo único de reconhecimento na demonstração da posição financeira consolidada.

Na data de entrada em vigor, o Grupo reconhece a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e., o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e., o direito de uso – "right-

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

of-use” ou “RoU”). O custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do RoU são reconhecidos separadamente.

O passivo da locação é remensurado aquando da ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período da locação, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). Esta remensuração do passivo da locação é reconhecida como um ajustamento no RoU.

#### Direitos de uso de ativos

O Grupo reconhece o direito de uso dos ativos na data de entrada em vigor (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O direito de uso dos ativos encontra-se registado ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas e ajustado por eventuais novas mensurações do passivo das locações. O custo do direito de uso dos ativos inclui o valor inicial do passivo da locação, eventuais custos diretos inicialmente incorridos e pagamentos já efetuados antes da data de entrada em vigor, deduzido de quaisquer incentivos recebidos e acrescido dos custos de restauro, se existentes. Os direitos de uso encontram-se registados na rubrica da demonstração da posição financeira consolidada, “Ativos fixos tangíveis”.

Sempre que o Grupo incorre numa obrigação de desmantelamento e remoção de um ativo locado, restauração do local no qual este se encontra, ou restauração do ativo subjacente para a condição requerida pelos termos e condições da locação, é reconhecida uma provisão, de acordo com os termos da IAS 37. Os gastos são incluídos no respetivo direito de uso.

Os incentivos de locação (ex.: períodos de carência de rendas) são reconhecidos como elementos de mensuração do direito de uso e passivos da locação. As rendas variáveis que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidas como gastos no exercício em que são apuradas ou ocorre o pagamento.

Os direitos de uso são depreciados de acordo com o prazo da locação, pelo método linear, ou de acordo com a vida útil estimada do ativo sob direito de uso, quando esta é superior ao período de locação e a gestão tem a intenção de exercer a opção de compra.

A menos que seja razoavelmente certo que o Grupo obtenha a propriedade do ativo arrendado no final do prazo da locação, o direito de uso dos ativos reconhecido é depreciado pelo método linear com base no prazo da locação.

A imparidade dos direitos de uso é testada de acordo com a IAS-36 em substituição do reconhecimento de provisões para contratos de locação onerosos.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
**2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Nas locações de ativos de baixo valor e de curta duração, o Grupo não reconhece os direitos de uso de ativos ou responsabilidade de locações, reconhecendo os dispêndios associados a estas locações como gastos do exercício durante o período de vida dos contratos.

Os contratos de locação podem conter componentes de locação e não-locação. Foi considerado, no entanto, o expediente previsto na norma de não separar os componentes de serviço dos componentes de locação, contabilizando-os como um único componente de arrendamento.

#### Passivos de locação

Na data de entrada em vigor, o Grupo reconhece os passivos mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros a serem efetuados até ao final do contrato de locação, e inclui os referidos saldos na rubrica da demonstração da posição financeira consolidada "Financiamentos obtidos".

Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na substância), deduzidos de quaisquer incentivos a receber, pagamentos variáveis, dependentes de um índice ou de uma taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o Grupo exerça a opção, e pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o Grupo rescinda o contrato.

Os pagamentos relativos a componentes não locação não são reconhecidos como passivos de locação. Os pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa são reconhecidos como despesa no exercício em que o evento que lhes der origem ocorra.

No cálculo do valor presente dos pagamentos da locação, o Grupo usa a taxa de empréstimo incremental na data de entrada em vigor, se a taxa de juro implícita não for facilmente determinável.

As opções de extensão e de rescisão estão previstas em vários contratos de locação e a sua aplicação tem por base a maximização operacional. Para determinar o prazo da locação, o Conselho de Administração considera todos os factos e circunstâncias que criam um incentivo económico para exercer uma opção de extensão ou não exercer uma opção de rescisão. A maioria das opções de extensão não foi incluída no passivo da locação e, quando exercidas, são-no pelo Grupo e não pelo locador.

O prazo é revisto apenas se ocorrer um evento significativo ou uma mudança significativa nas circunstâncias que afete essa avaliação e que esteja sob o controle do locatário.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Após a data de entrada em vigor, o valor do passivo da locação aumenta de modo a refletir o acréscimo de juros e reduz pelos pagamentos efetuados. Adicionalmente, o valor contabilístico do passivo da locação é remensurado se houver uma modificação, como uma alteração no prazo da locação, nos pagamentos fixos ou na decisão de compra do ativo subjacente.

Tratamento contabilístico de operações de “Sale and Leaseback”

O tratamento contabilístico das Operações de “Sale and Leaseback” depende da substância da transação por aplicação dos princípios explicitados no reconhecimento do rédito. De acordo com o IFRS 16, caso a transferência do ativo cumpra com os requisitos do IFRS 15, então a mesma deverá ser contabilizada como uma venda de um ativo, sendo que, o vendedor-locatário deverá mensurar o direito de uso (RoU) do ativo como uma proporção do valor contabilístico anterior do ativo que está relacionado com o direito de uso, reconhecendo apenas como ganho e perda o relacionado com os direitos transferidos para o comprador-locador, i.e. aqueles que decorrem para além do período de locação.

De acordo com a IFRS 16 o valor do direito de uso a reconhecer (RoU) é inferior ao que seria caso o contrato de locação fosse celebrado sem a operação de venda anterior. Efetivamente o valor do RoU é calculado pela proporção do valor retido sobre o valor do ativo vendido.

Nas situações em que o Grupo recebe um preço superior ao seu justo valor como compensação por despesas a incorrer que tradicionalmente são da responsabilidade do proprietário, tais montantes são diferidos pelo período de locação.

e) Locações (na ótica do locador)

Nas locações em que o Grupo age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, os valores dos bens afetos são mantidos na demonstração consolidada da posição financeira do Grupo e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação na rubrica “Outros rendimentos operacionais”.

f) Inventários

Os inventários (que compreendem essencialmente viaturas novas e usadas, bem como peças e acessórios) são valorizados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável. O custo compreende as despesas incorridas para trazer os inventários à sua localização e condição atuais.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado menos todos os custos estimados de conclusão e custos a serem incorridos em marketing, venda e distribuição. As viaturas usadas são contabilizadas pelo menor valor entre o custo ou valor justo menos os custos de venda, geralmente com base em dados de mercado

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
**2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

externo disponíveis para veículos usados. Uma imparidade de inventários é reconhecida em situações em que o valor realizável líquido seja menor que o custo (como obsolescência, deterioração, queda no preço de venda). Ao calcular a provisão, O Conselho de Administração considera a natureza e o estado do inventário (viatura), bem como aplica premissas em torno da possibilidade de venda antecipada, determinada nas condições existentes no final do período de relato financeiro. Com exceção no que respeita a peças e acessórios, geralmente os ajustamentos ao valor realizável líquido são aplicados item a item.

Finalmente, nos trabalhos em curso, a mão-de-obra aplicada encontra-se valorizada ao preço de custo.

Relativamente à atividade produtiva relacionada com a montagem de viaturas nas instalações fabris de Ovar, o custo dos produtos acabados e intermédios, assim como os produtos e trabalhos em curso corresponde ao seu custo de produção, o qual inclui o custo das matérias-primas incorporadas na produção, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico, tomando por base o nível normal de produção. O diferencial de encargos capitalizados e reconhecidos como estas naturezas de inventários entre o início e o final do exercício é reconhecido como variação da produção na demonstração dos resultados.

g) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão. Os subsídios e participações recebidas a fundo perdido, para financiamento de ativos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes”, sendo reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que o Grupo já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

h) Imparidade de ativos

Ativos não correntes exceto Goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração consolidada da posição financeira sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Perdas por imparidade”. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como “Perdas por imparidade”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

#### Goodwill

O valor do *Goodwill* não é amortizado sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo. As perdas por imparidade do *Goodwill* são registadas na demonstração consolidada de resultados do exercício em que a perda é constatada na rubrica “Perdas por imparidade”. As perdas por imparidade relativas a *Goodwill* não podem ser revertidas.

#### i) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com financiamentos são reconhecidos como gasto na demonstração consolidada dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, exceto se esses encargos estiverem diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo fixo que levam necessariamente um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para a sua venda, caso em que é capitalizado, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida quando o ativo se encontra pronto a ser utilizado ou quando o projeto se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
**2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração consolidada da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 25).

k) Ativos Financeiros

Reconhecimento

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o Grupo se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Classificação

A classificação dos ativos financeiros depende do modelo de negócio seguido pelo Grupo na gestão do recebimento dos ativos financeiros (recebimento dos fluxos de caixa, venda dos fluxos de caixa, ou apropriação de variações de justo valor) e os termos contratuais dos fluxos de caixa a receber (se inclui apenas capital mais juro ou se inclui outras variáveis).

Alterações à classificação dos ativos financeiros só podem ser efetuadas quando o modelo de negócio seja alterado, exceto quanto aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de capital próprio, os quais nunca poderão ser reclassificados para outra categoria.

Os ativos financeiros podem ser classificados nas seguintes categorias de mensuração:

- (i) Ativos financeiros ao custo amortizado: inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros e cujo modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais;
- (ii) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral: esta categoria pode incluir ativos financeiros que qualificam como instrumentos de dívida (obrigação contratual de entregar fluxos de caixa) ou instrumentos de capital próprio (interesse residual numa entidade):

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
**2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

- a) Quando se trate de instrumentos de dívida, esta categoria inclui os ativos financeiros que correspondem apenas ao pagamento do valor nominal e de juros, para os quais o modelo de negócio seguido pela gestão é o do recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou pontualmente o da sua venda;
  - b) Quando se trate de instrumentos de capital próprio, esta categoria inclui a percentagem de interesse detido em entidades sobre as quais o Grupo não exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, e que o Grupo optou, de forma irrevogável, na data do reconhecimento inicial designar ao justo valor através de capital, por se referirem a investimentos que não são detidos para negociação.
  - c) Incluem-se aqui os ativos financeiros que correspondem a instrumentos de capital de outras entidades sobre as quais o Grupo não detém o controlo ou influência significativa, e que a gestão decidiu designar como ao justo valor através do capital, por se referirem a investimentos em entidades estratégicas para o futuro crescimento do negócio.
  - d) Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.
  - e) Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo Toyota Caetano detinha Unidades de Participação do Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliários Fechado (Nota 10).
- (iii) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui os ativos que não cumprem com os critérios de classificação como ativos financeiros ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral, quer se refiram a instrumentos de dívida ou instrumentos de capital que não foram designados ao justo valor através de outro rendimento integral.

A classificação dos ativos financeiros do Grupo por categoria encontra-se na Nota 34.

#### Mensuração

O Grupo mensura inicialmente os ativos financeiros ao justo valor, adicionados dos custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, para os ativos financeiros que não são mensurados ao justo valor através dos resultados. Os custos de transação de ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são registados em resultados do exercício quando incorridos.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são mensurados subsequentemente de acordo com o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de perdas de imparidade.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Os rendimentos de juros destes ativos financeiros são incluídos em “Juros obtidos de ativos ao custo amortizado”, nos rendimentos financeiros.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que constituem instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor com as variações de justo valor reconhecidas por contrapartida de outro rendimento integral, à exceção das variações respeitantes ao reconhecimento de imparidades, rendimentos de juros e ganhos/(perdas) por diferenças cambiais, as quais são reconhecidas em resultados do exercício. Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão sujeitos a imparidade.

Os ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral que constituem instrumentos de capital próprio, são mensurados ao justo valor na data do registo inicial e subsequentemente, sendo as variações de justo valor registadas diretamente no outro rendimento integral, no Capital próprio, não havendo lugar a reclassificação futura mesmo após o desreconhecimento do investimento. Os dividendos obtidos destes investimentos são reconhecidos como ganhos, em resultados do exercício, na data em que são atribuídos.

#### Perdas por imparidade

O Grupo avalia de forma prospetiva as perdas de crédito estimadas associadas aos ativos financeiros, que constituem instrumentos de dívida, classificados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral.

A metodologia de imparidade aplicada tem em consideração o perfil de risco de crédito dos devedores, sendo aplicadas diferentes abordagens consoante a natureza dos mesmos.

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” e aos Ativos de contratos com clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

No que respeita aos saldos a receber de entidades relacionadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas entidades, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (“on demand”); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; ou iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o valor a receber é imediatamente exigível e a entidade relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento é próxima de 0% e por

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
**2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

isso a imparidade é considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível é avaliado qual o risco de crédito da entidade relacionada e se este for “baixo” ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de saldos a receber, o Grupo aplica a abordagem geral do modelo de imparidade, avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos contratuais até à maturidade do ativo.

#### Desreconhecimento de ativos financeiros

O Grupo desreconhece os ativos financeiros quando, e apenas quando, os direitos contratuais aos fluxos de caixa tiverem expirado ou tiverem sido transferidos, e a Entidade tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo.

#### Justo Valor de Investimentos Financeiros

Na determinação do justo valor de um ativo ou passivo financeiro, se existir um mercado ativo, o preço de mercado é aplicado (Nível 1). Um mercado é considerado ativo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transações atuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado ativo, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado (ex: modelos de fluxos de caixa descontados que incorporam curvas de taxa de juro e volatilidade de mercado, no caso de instrumentos financeiros derivados) – Nível 2. Para os restantes casos, são utilizadas técnicas de valorização, não baseadas em dados de mercado observáveis – Nível 3.

Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os “investimentos registados ao justo valor através de resultados”. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados.

Os “instrumentos de capital ao justo valor por via de capital” são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data da

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

demonstração consolidada da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos instrumentos de capital ao justo valor por via de capital são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração consolidada dos resultados.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo.

O justo valor dos instrumentos de capital ao justo valor por via de capital é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transacionados, à data da demonstração consolidada da posição financeira.

O Grupo efetua avaliações à data de cada demonstração consolidada da posição financeira sempre que exista evidência objetiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativa de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para ‘Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital, as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração consolidada dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes a caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Os descobertos bancários são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira consolidada, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

Cientes e Dívidas de terceiros

Estas rubricas incluem principalmente os saldos de clientes resultantes de serviços prestado no âmbito da atividade ordinária do Grupo e outros saldos relacionados com atividades operacionais. Os saldos são classificados como ativo corrente quando a cobrança é estimada dentro de um período de 12 meses. Os saldos são classificados como não correntes, se a cobrança estimada ocorrer a mais de 12 meses após a data de relato.

As rubricas de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros” são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade. As perdas por imparidade dos Clientes e Outras dívidas de terceiros são registadas de acordo com os princípios descritos em “Perdas por imparidade”. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração consolidada dos resultados em “imparidade de dívidas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados.

l) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- (i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e
- (ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Financiamentos obtidos” (Nota 19), “Fornecedores” (Nota 20) e “Outras dívidas a terceiros” (Nota 21). Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

A 31 de dezembro de 2020, o Grupo apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
**2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido dos custos de transação incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração consolidada dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se o Grupo possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do relato financeiro, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração consolidada dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Fornecedores e Dívidas a terceiros

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que o Grupo adquiriu no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de "Fornecedores" serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica "Fornecedores" são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

As dívidas a fornecedores e terceiros que não vençam juros são mensuradas ao custo, para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Todavia, estes montantes não se encontram descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

f)

m) Complementos de reforma (Plano de Benefícios Definidos e Plano de Contribuição Definida)

g)

A Toyota Caetano Portugal constituiu, em conjunto com outras entidades ("Associados") por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de fevereiro de 1994, em 30 de abril de 1996, 9 de agosto de 1996, 4 de julho de 2003, 2 de fevereiro de 2007, 30 de dezembro de 2008, 23 de dezembro de 2011 e 31 dezembro de 2013.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data da demonstração consolidada da posição financeira representam o valor presente dos benefícios futuros, ajustado de ganhos ou perdas atuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos ativos líquidos do fundo de pensões (Nota 24). Este plano de pensões define o montante de benefício de pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais fatores, como a idade, anos de serviço e remuneração. Este plano de pensões está a cargo da entidade BPI Vida e Pensões, S.A..

O passivo reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira relativamente ao plano de benefícios definidos é o valor presente da obrigação dos benefícios definidos à data das demonstrações financeiras consolidadas. As obrigações do plano de benefícios definidos são calculadas anualmente por atuário independente, utilizando o método da unidade de crédito projetada ("Projected Unit Credit Method"). O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto das saídas de caixa futuras, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de ajustamentos em função da experiência e alterações nas premissas atuariais são reconhecidos diretamente no capital próprio e apresentados em "Outro rendimento integral".

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos em resultados, exceto se as alterações no plano de pensões são condicionadas pela permanência dos empregados em serviço por um determinado período (o período que qualifica para o benefício). Neste caso, os custos de serviços passados são amortizados numa base de linha reta ao longo do período em causa.

Os ganhos e perdas gerados por um corte ou uma liquidação de um plano de pensões de benefícios definidos são reconhecidos nos resultados do exercício em que o corte ou a liquidação ocorre. Um corte ocorre quando se verifica uma redução material no número de empregados ou o plano é alterado para que os benefícios definidos sejam reduzidos, com efeito material, originando assim uma redução nas responsabilidades com o plano.

As contribuições para o Plano de Contribuição Definida são registadas em gastos do exercício.

n) Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, mas divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas quando é provável a existência de benefício económico futuro.

o) Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), o qual inclui as empresas do Grupo Toyota Caetano com sede em Portugal: Toyota Caetano Portugal, S.A., Caetano Renting, S.A. e Caetano Auto, S.A..

Para as restantes empresas com sede em Portugal e para as empresas do Grupo Toyota Caetano com sede no estrangeiro (Caetano Auto Cabo Verde), a tributação é efetuada numa base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração consolidada da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de Goodwill ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
**2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

p) Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes".

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

q) Rédito - Contratos com clientes

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade do Grupo. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

Na determinação do valor do rédito, o Grupo avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o Grupo efetua a sua melhor estimativa.

O rédito é registado na demonstração consolidada dos resultados quando é transferido o controlo sobre o produto ou serviço para o cliente, ou seja, no momento a partir do qual o cliente passa a ter capacidade de gerir a utilização do produto ou serviço e obter todos os benefícios económicos remanescentes que lhe estão associados.

O Grupo considera que, atendendo à natureza do produto ou serviço que está associado às obrigações de desempenho assumidas, a transferência do controlo ocorre maioritariamente em data específica, mas poderão existir transações em que a transferência do controlo ocorre de forma contínua ao longo do período contratual definido.

O rédito da venda de mercadorias é reconhecido quando a obrigação de transferir a mercadoria (viaturas, peças ou acessórios) para o cliente for satisfeita e o rédito pode ser mensurado com segurança. A obrigação de transferir mercadorias para o cliente é

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

considerada satisfeita quando as viaturas ou peças são faturadas e fisicamente despachadas ou recolhidas.

A receita com a prestação de serviços ao cliente é considerada satisfeita quando o serviço é realizado.

Quando um veículo ou um equipamento industrial é vendido a uma empresa de leasing e o Grupo se compromete a recomprar o veículo por um valor especificado a uma data predeterminada, a venda não é reconhecida na base de que a possibilidade de a recompra ser exercida é altamente provável. Consequentemente, tais veículos e equipamentos são retidos dentro de "ativos fixos tangíveis" na demonstração consolidada da posição financeira ao custo e são depreciados pelo seu valor residual ao longo da vida do arrendamento.

Quando serviços adicionais estão incluídos na venda de uma viatura ou equipamento industrial a um cliente como parte do pacote total do veículo (contratos de manutenção) e o Grupo atua como principal no cumprimento do serviço, o valor dos serviços adicionais é identificado separadamente, deduzido da contraprestação a receber, reconhecido como receita diferida na demonstração consolidada da posição financeira e subseqüentemente reconhecida como receita quando o serviço é prestado, ou reconhecida numa base de entrada com referência à quantidade de tempo decorrido sob o contrato ao qual o serviço se refere. Esses saldos são considerados passivos contratuais. A consideração alocada a serviços adicionais é baseada na venda autónoma relativa ao preço dos serviços adicionais dentro do contrato.

Quando o Grupo atua como um agente em nome de um principal em relação a financiamentos para aquisição de viaturas a crédito, seguros e produtos semelhantes, o rédito da comissão é reconhecido como rédito, na rubrica "Serviços prestados" (Nota 32) no período em que o produto financeiro ou o seguro relacionado é vendido e o correspondente pagamento pode ser assegurado.

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

O rédito do Grupo Toyota Caetano Portugal, é composto pelo rédito proveniente das atividades mencionadas na Nota 1.

Os valores registados na rubrica " Outros ativos correntes " com o montante de 226.209 euros (620.339 euros em 31 de dezembro de 2019) constituem contract assets no âmbito da IFRS 15 (Nota 14). Os valores registados nas rubricas "Outras dívidas a terceiros" e " Outros passivos correntes " com o montante de 1.076.820 euros e 6.609.988 euros (1.063.582 euros e 18.749 euros em 31 de dezembro de 2019) respetivamente constituem contracts liabilities no âmbito da IFRS 15 (Notas 21 e 23).

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

r) Classificação na demonstração consolidada da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os ativos e os passivos por impostos diferidos.

s) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações da posição financeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

t) Política do resultado por ação

Básico:

O resultado básico por ação é calculado dividindo o lucro tributável aos acionistas, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias adquiridas pela empresa e detidas como ações próprias.

Diluído:

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o lucro atribuível aos acionistas, ajustado pelos dividendos de ações preferenciais convertíveis, juros de dívida convertível e ganhos e despesas resultantes da conversão, pelo número médio ponderado de ações ordinárias emitidas durante o período acrescido do número médio de ações ordinárias possíveis de emitir na conversão de ações ordinárias potenciais diluidoras.

u) Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio aplicáveis ao Grupo. Os mesmos encontram-se definidos de acordo com o organigrama funcional do Grupo, e do modo como a informação de gestão está organizada.

Em conformidade com o estabelecido na IFRS 8, um segmento operacional é uma componente do Grupo:

- (i) que desenvolve atividades de negócio de que pode obter réditos e incorrer em gastos;

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

- (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais do Grupo para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho; e
- (iii) relativamente à qual esteja disponível informação financeira distinta.

A informação relativa ao nível dos segmentos operacionais identificados (veículos automóveis e equipamento industrial), é incluída na Nota 28.

Na referida nota é ainda dada informação por geografia e por subsegmentos. Para o segmento de veículos automóveis foram agregados os subsegmentos, indústria, comércio, serviços e aluguer. Para o segmento de equipamento industrial foram agregados o subsegmento de máquinas, serviços e aluguer.

v) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração consolidada da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração consolidada da posição financeira (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração consolidada da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração consolidada da posição financeira (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

## 2.5 JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, bem como das propriedades de investimento;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados ao *Goodwill* (Nota 8);
- d) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos; e
- e) Apuramento das responsabilidades com complementos de reforma (Nota 24).

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

Os pressupostos com maior impacto nas estimativas referidas acima são os da taxa de desconto, para efeitos de cálculo das responsabilidades por pensões de reformas e imparidade de *goodwill* e das tábuas de mortalidade para efeitos do cálculo das responsabilidades por pensões.

As principais estimativas e os julgamentos significativos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

Considerada a isenção prevista na IAS 12 na alínea a) do parágrafo 15 face à ausência de certezas sobre o tratamento fiscal e contabilístico a ser dado ao tema em questão, é tido em consideração que quando a posição da Administração Fiscal se tornar pública e/ou o IASB publicar a alteração à IAS 12, poderão existir alterações ao tratamento contabilístico adotado na primeira aplicação da IFRS 16.

Adicionalmente, são ainda efetuados julgamentos relevantes na determinação da taxa de juro incremental bem como no período a considerar para determinação do passivo de locação e direito de uso.

## 2.6 POLÍTICA DE GESTÃO DO RISCO

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro da Toyota Caetano Portugal, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

principais princípios de gestão de risco globais e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

(i) Risco de taxa de câmbio

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo opera internacionalmente e detém uma subsidiária a operar em Cabo Verde e, desde dezembro de 2020, uma associada a operar no Reino Unido (Caetano UK). Por política do Grupo, é definida uma moeda funcional por cada participada (Escudo de Cabo Verde, relativamente à subsidiária Caetano Auto Cabo Verde, e a Libra Esterlina, relativamente à associada do Reino Unido), correspondendo à moeda do seu ambiente económico principal e aquela que melhor representa a composição dos seus cash flows. O risco de taxa de câmbio resulta assim essencialmente de transações comerciais, decorrentes da compra e venda de produtos e serviços em moeda diferente da moeda funcional de cada negócio.

A política de gestão do risco da taxa de câmbio do Grupo vai no sentido da apreciação casuística da oportunidade de cobertura deste risco, tendo nomeadamente em consideração as circunstâncias específicas das moedas e países em equação.

O risco de taxa de câmbio associado à conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras, também denominado de risco contabilístico, traduz o potencial de alteração da situação líquida da Empresa-mãe por força da necessidade de converter as demonstrações financeiras das participadas no exterior.

Conforme mencionado na Nota 2.2 b), os ativos e passivos de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de demonstração consolidada da posição financeira e os gastos e ganhos dessas entidades são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica "Reservas de conversão - Cambial".

O montante de ativos e passivos (em Euros) do Grupo registados em moeda diferente do Euro, pode ser resumido como se segue:

	Ativos		Passivos	
	2020	2019	2020	2019
Escudo de Cabo Verde (CVE)	6 493 729	6 183 612	2 919 912	1 528 665
Yene Japonês (JPY)	-	-	236 610	399 992

A sensibilidade do Grupo a variações da taxa de câmbio pode ser resumida como segue:

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

	Variação	2020		2019	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Yene Japonês (JPY)	5%	(11 830)	-	(20 000)	-

## (i) Risco de preço

O Grupo está exposto a alterações dos preços das matérias-primas utilizadas nos seus processos de produção, nomeadamente das componentes automóveis. No entanto, tendo em conta que a aquisição de matérias-primas não está de acordo com um preço cotado em bolsa ou formado em mercados voláteis, este risco de preço não é significativo.

O Grupo Toyota Caetano, durante os exercícios de 2020 e 2019, esteve exposto ao risco de variação de preço dos “Outros investimentos”. Aquela rubrica é composta em 31 de dezembro de 2020 e 2019 unicamente por Unidades de Participação do Cível - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado. Em virtude de aqueles instrumentos financeiros estarem classificados como “Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital”, o efeito de alterações no respetivo justo valor é reconhecido de acordo com os princípios descritos na Nota 2.3.k) para aquele tipo de instrumento financeiro.

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação nos referidos “Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital” pode ser resumida como segue (aumentos/(diminuições)):

	Variação	2020		2019	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
FUNDO CIMOVEL	10%	-	419 260	-	389 714
FUNDO CIMOVEL	-10%	-	(419 260)	-	(389 714)

## (ii) Risco de taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes fatores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos (“natural hedge”); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

O Conselho de Administração da Toyota Caetano Portugal aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração consolidada da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 0,25 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos *spreads* negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/(diminuições)):

	Variação	2020		2019	
		Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Descobertos bancários	0,25 p.p.	312	-	407	-
Empréstimo bancário	0,25 p.p.	25 907	-	25 000	-
Empréstimo obrigacionista	0,25 p.p.	31 250	-	31 250	-
Total		57 469	-	56 657	-
Descobertos bancários	(0,25 p.p.)	(312)	-	(407)	-
Empréstimo bancário	(0,25 p.p.)	(25 907)	-	(25 000)	-
Empréstimo obrigacionista	(0,25 p.p.)	(31 250)	-	(31 250)	-
Total		(57 469)	-	(56 657)	-

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

## (iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo Toyota Caetano tem por objetivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor /minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Todo e qualquer excedente de liquidez existente no Grupo é aplicado na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

No quadro seguinte pode-se verificar a maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

2020	Menos de 1 ano	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 e 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Financiamentos obtidos	17 341 752	6 124 815	19 161 101	1 627 539	44 255 207
Fornecedores	38 187 645	-	-	-	38 187 645
Outras dívidas a terceiros	37 571 414	-	-	-	37 571 414
	<u>93 100 811</u>	<u>6 124 815</u>	<u>19 161 101</u>	<u>1 627 539</u>	<u>120 014 266</u>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

2019	Menos de 1 ano	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 e 4 anos	Mais de 4 anos	Total
Financiamentos obtidos	7.353.166	15.311.768	6.553.059	15.015.398	44.233.391
Fornecedores	38.236.935	-	-	-	38.236.935
Outras dívidas a terceiros	51.854.470	-	-	-	51.854.470
	<u>97.444.571</u>	<u>15.311.768</u>	<u>6.553.059</u>	<u>15.015.398</u>	<u>134.324.796</u>

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 32.817.660 Euros e 31.539.747 Euros, respetivamente, divididos entre financiamentos correntes e não correntes (Nota 19) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 16) contratados junto de diversas instituições.

(iv) Risco de capital

O objetivo primordial da Administração é assegurar a continuidade das operações, proporcionando uma adequada remuneração aos acionistas e os correspondentes benefícios aos restantes *stakeholders* do Grupo. Para a prossecução deste objetivo é fundamental uma gestão cuidadosa dos capitais empregues no negócio, procurando assegurar uma estrutura ótima dos mesmos, conseguindo desse modo a necessária redução do seu custo. No sentido de manter ou ajustar a estrutura de capitais considerada adequada, a Administração pode propor à Assembleia Geral de acionistas as medidas consideradas necessárias.

O Grupo procura manter um nível de capitais próprios adequado às características do principal negócio e a assegurar a continuidade e expansão. O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (definido como: dívida remunerada líquida / (dívida remunerada líquida + capital próprio)).

	2020	2019
Financiamentos obtidos	44 255 207	44 233 391
Caixa e Equivalentes a Caixa	(11 437 547)	(12 693 644)
Endividamento líquido	32 817 660	31 539 747
Capital Próprio	146 989 943	142 838 583
Rácio de alavancagem financeira	18,25%	18,09%

O *gearing* permanece dentro de níveis aceitáveis, conforme estabelecidos pela gestão.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
**2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

(v) Risco de crédito

O risco de crédito do Grupo resulta essencialmente:

- (i) do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e
- (ii) do risco de recuperação dos créditos das entidades exteriores ao Grupo.

O risco de crédito é avaliado no momento inicial e ao longo do tempo, de forma a acompanhar a sua evolução.

Uma parte significativa dos valores a receber de clientes encontra-se dispersa por um número elevado de entidades, um fator que contribui para a redução do risco de concentração de crédito. Regra geral os clientes do Grupo não têm rating de crédito atribuído.

O acompanhamento do risco de crédito é efetuado pelo departamento financeiro do Grupo, supervisionado pelo Conselho de Administração, com base: i) no rating atribuído pela empresa de seguro de crédito, com a qual o Grupo tem negociado um contrato de seguro de crédito; ii) a natureza societária dos devedores; iii) o tipo de transações originadoras dos saldos a receber; iv) a experiência de transações realizadas no passado; e v) os limites de crédito estabelecidos para cada cliente.

O Grupo considera a probabilidade de incumprimento com o reconhecimento inicial do ativo e consoante a ocorrência de aumentos significativos do risco de crédito de forma contínua em cada período de reporte. De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, o Grupo compara o risco de incumprimento ocorrer por referência à data de relato, com o risco de incumprimento avaliado por referência à data de reconhecimento inicial. Considera-se informação prospetiva razoável e devidamente suportada. Os seguintes indicadores são incorporados:

- Risco de crédito interno;
- Risco de crédito externo (caso disponível);
- Alterações adversas correntes ou expectáveis ao nível dos resultados operacionais do devedor;
- Aumentos significativos no risco de crédito dos outros instrumentos financeiros do devedor;
- Alterações significativas no valor dos colaterais sobre as responsabilidades, ou na qualidade das garantias de terceiros;
- Alterações significativas na performance e comportamento expectável do devedor, incluindo alterações nas condições de pagamento do devedor ao nível do Grupo a que pertence, assim como alterações ao nível dos seus resultados operacionais;

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
**2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Informações macroeconómicas (tais como taxas de juro de mercado ou taxas de crescimento) são incorporadas no modelo de crédito interno.

Independentemente da análise acima, presume-se um aumento significativo no risco de crédito, se um devedor se atrasa mais de 30 dias a contar da data de pagamento contratual.

Considera-se que existe incumprimento quando a contraparte não cumpre com os pagamentos contratuais até 90 dias da data de vencimento das faturas. Quando os ativos financeiros são desreconhecidos, o Grupo continua a tomar diligências para reaver os valores devidos. Em casos de sucesso com a recuperação de valores, tais quantias são reconhecidas nos resultados do exercício.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando não há expectativa real de recuperação. O Grupo categoriza um financiamento ou conta a receber para ser desreconhecido quando o devedor falha para com pagamentos contratuais vencidos a mais de 30 dias.

Imparidade de ativos financeiros

a) Clientes e Outras dívidas de terceiros

O Grupo aplica a abordagem simplificada para calcular e registar as perdas de crédito estimadas exigidas pela IFRS 9, a qual permite a utilização das imparidades para perdas estimadas para todos os saldos de “Clientes” e “Outras dívidas de terceiros”. De modo a mensurar as perdas de crédito estimadas, os saldos de Clientes e “Outras dívidas de terceiros” foram agregados com base nas características de risco de crédito partilhadas, assim como nos dias de atraso. As perdas de crédito estimadas incorporam informação de estimativas prospetivas. A antiguidade dos saldos de clientes encontra-se detalhada na Nota 12.

b) Financiamentos concedidos a entidades relacionadas

Considera-se que os saldos de “Financiamentos concedidos a entidades relacionadas” têm risco de crédito baixo, pelo que, conseqüentemente, as imparidades para perdas de crédito reconhecidas durante o período ficaram limitadas às perdas de crédito estimadas a 12 meses. Estes ativos financeiros são considerados como tendo “risco de crédito baixo” quando têm risco de incobabilidade reduzido e o devedor tem uma elevada capacidade para cumprir com as suas responsabilidades contratuais de fluxos de caixa no curto prazo.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020  
(Montantes expressos em Euros)**

Com efeito, relativamente aos clientes que representam concessionários e reparadores automóveis, o Grupo exige a obtenção de garantias bancárias “on first demand”, cujo montante, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era de, aproximadamente, 9.114.470 Euros, que quando ultrapassado, implica a cessação dos fornecimentos.

As imparidades de contas a receber são calculadas tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 encontram-se divulgados na Nota 25.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 25.

Os montantes relativos a clientes e outras dívidas de terceiros apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

c) Equivalentes a caixa

As seguintes tabelas apresentam um resumo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 da qualidade do crédito dos depósitos bancários:

<b>2020</b>		
Rating Depósitos não-corrente	Agência de Rating	Valor
A2	Moody's	24 184
A3	Moody's	227 042
Aa3	Moody's	11 674
B1	Moody's	130 762
B2	Moody's	540 560
Baa1	Moody's	4 453 811
Baa3	Moody's	3 766 115
	Outros sem rating atribuído	2 160 158
Total		<u>11 314 308</u>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

<b>2019</b>		
Rating Depósitos não- corrente	Agência de Rating	Valor
A2	Moody's	59 201
A3	Moody's	181 963
Aa3	Moody's	10 868
B1	Moody's	485 101
B2	Moody's	181 648
B3	Moody's	517 954
Baa1	Moody's	3 008 670
Baa2	Moody's	68 385
Baa3	Moody's	6 520 472
	Outros sem rating atribuído	1 536 614
<b>Total</b>		<b>12 570 877</b>

Os *ratings* apresentados correspondem às notações atribuídas pela Agência de rating Moody's.

### **3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, CORREÇÃO DE ERROS E ALTERAÇÕES DE ESTIMATIVAS**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os rendimentos com a atividade de aluguer de empilhadores (equipamentos industriais) e com os contratos de manutenção de viaturas, anteriormente classificados como "Outros rendimentos operacionais" foram objeto de reclassificação para a rubrica de "Vendas e prestações de serviços". Desta forma, foi necessário proceder à reexpressão destes rendimentos relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O Conselho de Administração do Grupo entende que esta classificação é mais adequada, e que a reexpressão efetuada não afeta materialmente a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o Conselho de Administração procedeu às seguintes alterações:

- a) os rendimentos com a atividade de aluguer de empilhadores (equipamentos industriais) e com os contratos de manutenção de viaturas, anteriormente classificados como "Outros rendimentos operacionais", foram objeto de reclassificação para a rubrica de "Prestações de serviços" no montante de 13.520.389 Euros;

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
**2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

- b) os montantes de vendas e custo das vendas de 6.696.585 Euros gerados no âmbito da afetação de viaturas automóveis e empilhadores ao ativo fixo tangível foram desreconhecidos, passando a ser apresentados como transferências nas rubricas de ativos fixos tangíveis, tendo igualmente determinado o recálculo de custo das vendas;
- c) modificação da apresentação das vendas de viaturas usadas detidas para processos de aluguer a terceiros, passando a apresentar as mesmas na rubrica de vendas (3.069.451 Euros), bem como custo das vendas (2.893.774 Euros), as quais eram anteriormente apresentadas pelo líquido na rubrica de “Outros rendimentos operacionais” (175.677 Euros);
- d) anulação do impacto na rubrica de vendas e custo das vendas decorrente da alienação de viaturas da Empresa-mãe para a subsidiária Caetano Renting, S.A. através de recurso à entidade financeira do Grupo Toyota Motor Europe, Toyota Kreditbank, na medida em que a transferência de controlo da viatura ocorre diretamente da Empresa-mãe para a subsidiária. O impacto resultante desta alteração nas rubricas vendas e custo das vendas ascende a, aproximadamente, 18,8 milhões de Euros.

O Conselho de Administração do Grupo entende que esta classificação é mais adequada, e que a reexpressão efetuada não afeta materialmente a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

A reexpressão teve impacto na demonstração consolidada dos resultados por naturezas, conforme abaixo detalhado:

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

	Notas	Antes Reexpressão 31/12/2019	Reexpressão	Reexpresso 31/12/2019
<b>Rendimentos operacionais:</b>				
Vendas	29	430 412 161	(22 425 461)	407 986 700
Prestações de serviços	29	34 706 394	13 520 389	48 226 783
Outros rendimentos operacionais	32	41 542 049	(13 696 066)	27 845 983
Variação da produção	11	1 132 517	-	1 132 517
Total de rendimentos operacionais		<u>507 793 121</u>	<u>(22 601 138)</u>	<u>485 191 983</u>
<b>Gastos operacionais:</b>				
Custo das vendas	11	(372 525 191)	22 601 138	(349 924 053)
Fornecimentos e serviços externos	30	(44 570 681)	-	(44 570 681)
Gastos com o pessoal	31	(41 370 929)	-	(41 370 929)
Amortizações e depreciações	5, 6 e 7	(25 168 581)	-	(25 168 581)
Imparidade de inventários	25	(1 445 801)	-	(1 445 801)
Imparidade de dívidas a receber	25	(784 560)	-	(784 560)
Provisões e perdas por imparidade	25	(217 780)	-	(217 780)
Outros gastos operacionais	32	(3 416 913)	-	(3 416 913)
Total de gastos operacionais		<u>(489 500 436)</u>	<u>22 601 138</u>	<u>(466 899 298)</u>
Resultados operacionais		18 292 685	-	18 292 685
<b>Gastos e perdas financeiros</b>				
Gastos e perdas financeiros	33	(1 971 661)	-	(1 971 661)
<b>Rendimentos e ganhos financeiros</b>				
Rendimentos e ganhos financeiros	33	25 075	-	25 075
Resultados antes de impostos		16 346 099	-	16 346 099
<b>Impostos sobre o rendimento</b>				
Impostos sobre o rendimento	26	(4 699 500)	-	(4 699 500)
Resultado líquido consolidado do exercício		<u>11 646 599</u>	<u>-</u>	<u>11 646 599</u>
<b>Resultado líquido consolidado atribuível:</b>				
ao Grupo		11 593 984	-	11 593 984
a interesses que não controlam	18	52 615	-	52 615
		<u>11 646 599</u>	<u>-</u>	<u>11 646 599</u>
<b>Resultados por ação:</b>				
Básico	27	<u><b>0,333</b></u>		<u><b>0,333</b></u>
Diluído	27	<u><b>0,333</b></u>		<u><b>0,333</b></u>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

#### **4. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO**

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respetiva proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são como se segue:

Empresas	Percentagem de participação efetiva	
	2020	2019
Toyota Caetano Portugal, S.A.	Empresa Mãe	
Caetano Auto CV, S.A.	81,24%	81,24%
Caetano Renting, S.A.	100,00%	100,00%
Caetano - Auto, S.A.	98,50%	98,43%

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pela IFRS 10 – “Demonstrações financeiras consolidadas” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto e exposição aos retornos das atividades relevantes).

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial e a respetiva proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são como segue:

Empresas	Percentagem de participação efetiva	
	2020	2019
Caetanobus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	61,94%	-
Caetano UK Limited	61,94%	-
Cobus Industries GMBH	36,66%	-
Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	49,00%	-
Caetano Renting Senegal, S.A.	49,00%	-

#### Alterações ocorridas no perímetro de consolidação

Em dezembro de 2020, a Toyota Caetano Portugal adquiriu 12.000.000 ações da CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A., anteriormente detidas pela empresa Salvador Caetano Indústria, SGPS, S.A. (entidade relacionada), correspondente a cerca de 61,94% dos respetivos direitos de voto, por 16.320.000 euros (Nota 9).

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Igualmente no mês de dezembro de 2020, a Toyota Caetano adquiriu 7.350 ações da empresa Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A. à empresa-mãe Salvador Caetano Auto - S.G.P.S., S.A. (entidade acionista da Toyota Caetano) correspondente a 49% dos respetivos direitos de voto, pelo montante de 22.785.000 euros (Nota 9).

## 5. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2020	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Trespases	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto:</b>						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	1 477 217	615 996	81 485	2 154 870	202 804	4 532 372
Adições	27 534	-	-	-	395 515	423 049
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	1 504 751	615 996	81 485	2 154 870	598 319	4 955 421
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:</b>						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	1 477 217	358 038	81 485	2 150 245	-	4 066 985
Amortização do exercício	-	165 212	-	1 734	-	166 946
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	1 477 217	523 250	81 485	2 151 979	-	4 233 931
<b>Valor líquido</b>	<b>27 534</b>	<b>92 746</b>	<b>-</b>	<b>2 891</b>	<b>598 319</b>	<b>721 490</b>

2019	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Trespases	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>Ativo bruto:</b>						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	1.477.217	551.031	81.485	2.150.170	-	4.259.903
Adições	-	64.965	-	5.200	202.804	272.969
Variações de perímetro	-	-	-	(500)	-	(500)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.477.217	615.996	81.485	2.154.870	202.804	4.532.372
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:</b>						
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	1.477.217	198.131	81.485	2.142.706	-	3.899.539
Amortização do exercício	-	159.907	-	8.041	-	167.948
Variações de perímetro	-	-	-	(500)	-	(500)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	1.477.217	358.038	81.485	2.150.247	-	4.066.987
<b>Valor líquido</b>	<b>-</b>	<b>257.958</b>	<b>-</b>	<b>4.623</b>	<b>202.804</b>	<b>465.385</b>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

**6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2020

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos fixos Tangíveis em Curso	Ativos sob direito de Uso	Total
<b>Ativo bruto:</b>									
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	17 195 806	87 612 619	62 460 383	38 454 361	8 950 525	4 797 117	1 142 255	71 191 220	291 804 286
Adições	-	277 524	792 684	3 273 621	91 813	102 467	94 123	5 879 383	10 511 615
Alienações e abates	(182)	(417 283)	(9 320)	(13 085 693)	170	(4 019)	-	-	(13 516 327)
Transferências de/para Inventário	-	-	-	(5 303 139)	-	-	-	-	(5 303 139)
Transferências e reclassificações	-	894 527	280 072	17 121 439	-	-	(1 160 858)	(17 121 439)	13 741
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	17 195 624	88 367 387	63 523 819	40 460 589	9 042 508	4 895 565	75 520	59 949 164	283 510 176
<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:</b>									
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	-	64 066 808	58 138 994	16 443 832	7 528 716	4 325 527	-	31 280 803	181 784 680
Depreciação do exercício	-	2 027 817	906 132	11 352 876	220 585	105 995	-	5 106 098	19 719 503
Alienações e abates	-	(946 563)	(9 407)	(6 789 735)	151	(1 569)	-	-	(7 747 123)
Transferências para Inventário	-	-	-	(6 206 080)	301 417	-	-	-	(5 904 663)
Transferências e reclassificações	-	-	-	15 220 247	-	-	-	(16 292 998)	(1 072 751)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	-	65 148 062	59 035 719	30 021 140	8 050 869	4 429 953	-	20 093 903	186 779 646
<b>Valor líquido</b>	<b>17 195 624</b>	<b>23 219 325</b>	<b>4 488 100</b>	<b>10 439 449</b>	<b>991 639</b>	<b>465 612</b>	<b>75 520</b>	<b>39 855 261</b>	<b>96 730 530</b>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

2019 Reexpresso (nota 3)

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos fixos Tangíveis em Curso	Ativos sob direito de Uso	Total
<b>Ativo bruto:</b>									
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	18 920 052	90 552 569	61 802 798	99 627 898	8 421 472	4 506 599	1 132 876	-	284 964 264
Efeito de alteração de política contabilística	(1 805 867)	(5 406 201)	(103 432)	(57 225 580)	-	-	-	66 626 071	2 084 991
Adições	81 621	1 441 169	857 538	7 648 498	537 451	290 829	1 034 796	5 628 537	17 520 439
Alienações e abates	-	-	(96 521)	(6 246 037)	(8 398)	(312)	-	(1 063 388)	(7 414 656)
Transferências e reclassificações	-	1 025 082	-	(5 350 418)	-	-	(1 025 417)	-	(5 350 753)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>17 195 806</b>	<b>87 612 619</b>	<b>62 460 383</b>	<b>38 454 361</b>	<b>8 950 525</b>	<b>4 797 116</b>	<b>1 142 255</b>	<b>71 191 220</b>	<b>291 804 285</b>
<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:</b>									
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	-	62 859 307	57 207 267	40 521 279	7 338 174	4 245 545	-	-	172 171 572
Efeito de alteração de política contabilística	-	(914 486)	(2 694)	(20 228 768)	-	-	-	21 145 948	-
Depreciação do exercício	-	2 121 987	1 030 943	10 010 948	198 940	80 235	-	11 119 904	24 562 957
Alienações e abates	-	-	(96 522)	(2 493 765)	(8 398)	(253)	-	(985 049)	(3 583 987)
Transferências e reclassificações	-	-	-	(11 365 862)	-	-	-	-	(11 365 862)
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>-</b>	<b>64 066 808</b>	<b>58 138 994</b>	<b>16 443 832</b>	<b>7 528 716</b>	<b>4 325 527</b>	<b>-</b>	<b>31 280 803</b>	<b>181 784 680</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>17 195 806</b>	<b>23 545 811</b>	<b>4 321 389</b>	<b>22 010 529</b>	<b>1 421 809</b>	<b>471 589</b>	<b>1 142 255</b>	<b>39 910 417</b>	<b>110 019 605</b>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Os movimentos registados na rubrica “Equipamento de transporte” referem-se essencialmente a viaturas e a máquinas de movimentação de carga (“Empilhadores”) ao serviço do Grupo, bem como para aluguer operacional a clientes.

As transferências entre a rubrica ativos sob direito de uso e equipamento de transporte no montante de 17.121.439 euros corresponde à reclassificação pelo Grupo das máquinas de movimentação de carga cujo contrato de financiamento terminou, tendo o Grupo adquirido as mesmas de acordo com a contratualização estabelecida.

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além das perdas já registadas.

O valor de perdas por imparidade acumuladas em 31 de dezembro de 2020 e 2019 ascende a 150.000 euros.

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, os bens utilizados em regime de locação apresentam-se como segue:

Posição de bens adquiridos por leasing	Valores no AFT em 2020			Valores no AFT em 2019		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Santarém Stand	1 400 000	346 500	1 053 500	1 400 000	320 250	1 079 750
Santarém Colisão	235 000	18 212	216 788	235 000	14 688	220 312
Carnaxide	3 246 231	689 824	2 556 407	3 246 231	628 957	2 617 274
Santa Maria da Feira	670 950	39 838	631 112	670 950	27 258	643 692
Caldas da Rainha	936 837	52 697	884 140	936 837	35 131	901 706
Maia Colisão	723 050	52 146	670 904	723 050	30 568	692 482
Equipamento Oficial	103 432	15 623	87 809	103 432	9 158	94 274
Equipamentos industriais	26 272 588	14 745 570	11 527 018	41 146 951	25 587 331	15 559 619
Equipamento de transporte	4 748 151	743 938	4 004 213	20 643 779	3 330 040	17 313 740
<b>TOTAL</b>	<b>38 336 239</b>	<b>16 704 348</b>	<b>21 631 892</b>	<b>69 106 230</b>	<b>29 983 381</b>	<b>39 122 849</b>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

## 7. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a ativos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição.

As rendas obtidas referentes a Propriedades de Investimento ascenderam a 2.523.363 Euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 (2.988.558 Euros em 31 de dezembro de 2019).

Adicionalmente, de acordo com avaliações reportadas a 31 de dezembro de 2020, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascendia a, aproximadamente, 53,1 milhões de Euros (54,3 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2019).

A Administração entende que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor não irá originar perdas de imparidade, para além das perdas registadas em anos anteriores.

O detalhe dos ativos imobiliários registados na rubrica “Propriedades de Investimento” em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, pode ser detalhado como segue:

Localização	2020		Tipo de avaliação	2019		Tipo de avaliação
	Valor Líquido Contabilístico	Valor de avaliação		Valor Líquido Contabilístico	Valor de avaliação	
Vila Nova de Gaia - Av. da República	117 984	1 179 900	Externa	121 972	1 192 400	Interna
Braga - Av. da Liberdade	-	2 330 000	Interna	-	2 330 000	Externa
Porto - Rua do Campo Alegre	719 327	3 315 000	Interna	757 734	3 315 000	Interna
Viseu - Teivas	-	-	-	711 644	1 841 000	Externa
Caldas da Rainha - Rua Dr. Miguel Bombarda	17 531	85 000	Interna	17 531	85 000	Interna
Viseu - Quinta do Cano	-	-	-	1 704 237	1 625 750	Interna
Amadora - Rua Elias Garcia	170 641	160 200	Externa	174 100	149 000	Interna
Portalegre - Zona Industrial	168 391	156 100	Externa	173 533	173 000	Interna
Portimão - Cabeço do Mocho	724 781	487 100	Externa	524 781	550 000	Interna
Rio Maior	107 000	117 100	Externa	107 000	107 000	Interna
Castelo Branco - Oficinas	680 334	1 100 000	Interna	719 734	1 100 000	Interna
Teivas	117 333	72 800	Interna	118 344	72 800	Externa
Vila Nova de Gaia - Av. Vasco da Gama (edifícios A e B)	2 435 728	14 903 000	Externa	2 584 894	8 692 000	Interna
Vila Nova de Gaia - Av. Vasco da Gama (edifícios G)	763 797	9 165 200	Externa	784 140	9 165 200	Externa
Carregado - Quinta da Boa Água / Quinta do Peixoto	4 922 944	19 412 500	Externa	4 951 364	23 120 000	Interna
Vila Nova de Gaia - Rua das Pereiras	213 887	625 100	Externa	225 721	788 000	Interna
	<b>11 159 678</b>	<b>53 109 000</b>		<b>13 676 728</b>	<b>54 306 150</b>	

O justo valor das avaliações externas das propriedades de investimento que são objeto de divulgação em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, foi determinado por avaliação imobiliária efetuada por entidades especializadas

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

independentes (justo valor determinado pela média das avaliações efetuadas pelos Métodos de mercado, Método do custo e Método do rendimento) e quando aplicável e indicado, por avaliações internas.

Em algumas situações, a avaliação imobiliária foi efetuada internamente pelo próprio Grupo, através de especialistas nesta área.

No que respeita à classificação das metodologias de avaliação acima referidas, para efeitos de enquadramento, em sede de hierarquia de justo valor (IFRS 13), as mesmas classificam-se essencialmente de Nível 3 (justo valor determinado com base em inputs não observáveis no mercado, desenvolvidos para refletir os pressupostos a utilizar pelos agentes de mercado).

As rendas obtidas, referentes aos imóveis acima mencionados, encontram-se divulgadas na Nota 32.

O movimento da rubrica “Propriedades de investimento” em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi como segue:

2020

	Terrenos	Edifícios	Total
<b>Valor Bruto:</b>			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	8 995 216	35 252 218	44 247 434
Adições	-	77 758	77 758
Transferências	(3 166 076)	(2 633 032)	(5 799 108)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	5 829 140	32 696 944	38 526 084
<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:</b>			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2019	-	30 570 706	30 570 706
Depreciações do exercício	-	437 099	437 099
Transferências	(1 430 000)	(2 211 399)	(3 641 399)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	(1 430 000)	28 796 406	27 366 406
<b>Valor Líquido</b>	<b>7 259 140</b>	<b>3 900 538</b>	<b>11 159 678</b>

2019

	Terrenos	Edifícios	Total
<b>Valor Bruto:</b>			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	9.305.659	35.408.776	44.714.435
Adições	-	40.294	40.294
Alienações e abates	(210.443)	(197.187)	(407.630)
Transferências	(100.000)	335	(99.665)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	8.995.216	35.252.218	44.247.434
<b>Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:</b>			
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	-	30.383.721	30.383.721
Depreciações do exercício	-	437.677	437.677
Alienações e abates	-	(150.692)	(150.692)
Transferências	-	(100.000)	(100.000)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	-	30.570.706	30.570.706
<b>Valor Líquido</b>	<b>8.995.216</b>	<b>4.681.512</b>	<b>13.676.728</b>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

O valor de perdas por imparidade acumuladas em 2020 e 2019, ascende a 350.000 e 2.680.809 euros, respetivamente.

Em 2020 as transferências ocorridas nas Propriedades de investimento referem-se a imóveis transferidos para Ativos não correntes detidos para venda, conforme detalhe constante do quadro abaixo:

Ativos não correntes detidos para venda:	
- Imóvel de Teivas, Viseu	662 821
- Imóvel da Quinta do Cano, Viseu	1 494 887
Valor Líquido	<b>2 157 708</b>

Relativamente a estes imóveis o Grupo tem celebrados contratos promessa de venda, sendo expectativa que as referidas alienações ocorram durante o exercício de 2021. Da concretização destas alienações resultarão mais valias para o Grupo.

## 8. **GOODWILL**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não ocorreram quaisquer movimentos na rubrica "Goodwill".

A rubrica "Goodwill" diz integralmente respeito ao montante apurado na aquisição, em anos anteriores, da subsidiária Movicargo cuja atividade foi transferida (através de um processo de incorporação por fusão) para a empresa-mãe Toyota Caetano Portugal, S.A. em anos anteriores.

O *Goodwill* não é amortizado. São efetuados testes de imparidade ao valor do *Goodwill* com uma periodicidade anual.

Para efeitos da análise de imparidade, a quantia recuperável foi determinada com base no valor de uso, de acordo com o método dos fluxos de caixa descontados, tendo por base *business plans* desenvolvidos pelos responsáveis das empresas e devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo e utilizando taxas de desconto que refletem os riscos inerentes do negócio.

Em 31 de dezembro de 2020, o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, foram como se segue:

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

	2020	2019
Período de projeção (anos):	5	5
Taxa de crescimento das vendas no período de projeção:	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento (g) (1):	0%	0%
Taxa de desconto utilizada (2):	6,75%	6,25%

1 Taxa de crescimento usada para extrapolar os *cash flows* para além do período considerado no *business plan*

2 Taxa de desconto aplicada aos *cash flows* projetados

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2020, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo *goodwill* (0,6 milhões de Euros), não excede o seu valor recuperável (21 milhões de Euros).

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis deste segmento acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas de imparidade.

## **9. INVESTIMENTOS FINANCEIROS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS**

Na rubrica em causa encontram-se contabilizados os investimentos em associadas e em empreendimentos conjuntos conforme descrito na Nota 2.2 a) e b).

O detalhe dos investimentos financeiros em associadas e empreendimentos conjuntos a 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	2020	2019
<b>Participações financeiras - Associadas</b>		
Saldo em 1 de janeiro	-	-
Aquisições durante o exercício	39 105 000	-
Saldo em 31 de dezembro	39 105 000	-

As aquisições durante o exercício de 2020 referem-se à compra por parte da Toyota Caetano Portugal, S.A., da CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A. (61,94%), por 16.320.000 euros e da Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A. (49%) por 22.785.000 euros. Alargando a sua atividade a outros domínios da mobilidade, em 2020,

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

a Toyota Caetano Portugal, tornou-se acionista direta da CaetanoBus e da Finlog, empresas do Grupo Salvador Caetano. Nesta estratégia, a Toyota Motor Europe, acionista da Toyota Caetano Portugal, assume um papel preponderante. Se até aqui a TME já fornecia à CaetanoBus a pilha de combustível para integrar no autocarro movido a hidrogénio, o reforço da parceria permite à Toyota Caetano Portugal contribuir para a expansão da mobilidade sustentável, explorando sinergias com a CaetanoBus no desenvolvimento, produção e venda de autocarros zero emissões. O reforço da parceria com a Finlog, visa desenvolver projetos de mobilidade.

Relativamente à CaetanoBus, apesar da percentagem de capital detido ser de 61,94%, atendendo à existência de um acordo de investimento com o outro acionista daquela sociedade, que prevê que as decisões sobre as atividades relevantes (operacionais e financeiras) deverão ser tomadas com unanimidade dos dois acionistas, foi considerado pelo Conselho de Administração que o investimento efetuado corresponde a um empreendimento conjunto, facto pelo qual o mesmo será contabilizado de acordo com o método de equivalência patrimonial.

De acordo com o normativo aplicável, os conceitos utilizados na contabilização da aquisição de uma subsidiária são também adotados na contabilização de um investimento numa associada ou num empreendimento conjunto. Desta forma, e atendendo a que a transação apenas foi concluída no final do mês de dezembro de 2020, não foi possível ao Conselho de Administração recolher a informação necessária para executar os procedimentos de determinação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, sendo que tal exercício será concluído num prazo de 12 meses após a data daquelas aquisições.

O resumo da informação financeira das empresas associadas adquiridas em 31 de dezembro de 2020 encontra-se evidenciado no quadro abaixo:

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Rubrica	Caetanobus Consolidado	Finlog
	2020	2020
Ativo não corrente	27 230 687	150 845 872
Ativo corrente	53 250 036	34 171 857
Ativo total	80 480 723	185 017 729
Passivo não corrente	8 041 750	102 942 484
Passivo corrente	52 701 527	65 235 590
Capital próprio	19 737 446	16 839 655
Capital próprio sem interesses que não controlam	19 737 446	16 839 655
Vendas e Prestações de Serviços	97 611 030	107 997 585
Resultado operacional	(4 453 224)	2 528 803
Resultado financeiro	(1 043 550)	(3 167 769)
Impostos	996 671	(179 232)
Resultado líquido	(4 500 103)	(818 198)
Resultado líquido sem interesses que não controlam	(4 500 103)	-

A Caetanobus – Fabricação de Carroçarias, S.A. detém subsidiárias na Alemanha (Cobus Industries, GmbH), e no Reino Unido (Caetano UK, Ltd) e a Finlog – Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A. detém uma associada no Senegal (Caetano Renting Senegal, S.A.).

## 10. OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “Outros Investimentos” detalha-se como segue:

Participação	2020	2019
Cimóvel – Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	4 192 604	3 897 142
Outros	26 833	26 832
	4 219 437	3 923 974

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os movimentos ocorridos na rubrica “Outros investimentos” foi como se segue:

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

	2020	2019
<b>Instrumentos de capital ao justo valor por via de capital</b>		
Justo valor em 1 de janeiro	3 923 974	3 633 413
Alienações durante o ano	-	(39 904)
Aumento/(diminuição) no justo valor	295 463	330 465
Justo valor na data de referência	4 219 437	3 923 974

A 31 de dezembro de 2020, a rubrica “Outros investimentos” inclui o montante de 4.192.604 Euros (3.897.142 Euros em 31 de dezembro de 2019) correspondentes a 580.476 Unidades de Participação do Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado (9,098%) estando as mesmas registadas ao valor da Unidade de Participação divulgada a 31 de dezembro de 2020 (o custo de aquisição das referidas ações ascendeu a 3.013.947 Euros), encontrando-se constituída uma reserva em Capital (Reserva de Justo Valor) no montante de 1.178.658 Euros. A presente participação, mensurada a justo valor por outro rendimento integral foi assim designada na data do seu reconhecimento.

O montante remanescente representa investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 do registo da participação no Fundo Cimóvel ao seu justo valor pode ser resumido como se segue:

	2020	2019
Varição no justo valor	295 463	330 465
Efeito no capital próprio	295 463	330 465

## 11. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

	2020	2019
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	7 359 274	6 772 894
Produtos e Trabalhos em Curso	1 386 890	763 239
Produtos Acabados e Intermédios	2 106 622	2 567 925
Mercadorias	70 741 590	98 814 645
	81 594 376	108 918 703
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 25)	(2 886 212)	(3 448 675)
	78 708 164	105 470 028

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de inventários inclui o montante de 33 milhões de euros relativos a viaturas usadas.

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi apurado como se segue:

	2020			2019 (Reexpresso nota 3)		
	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total
Existências Iniciais	98 814 645	6 772 894	105 587 539	90 219 827	8 885 206	99 105 033
Compras Líquidas	219 496 248	30 738 657	250 234 905	324 300 455	40 037 022	364 337 477
Transferências de/para Inventários	(601 524)	-	(601 524)	(6 015 444)	-	(6 015 444)
Regularização de inventários	(2 286 575)	-	(2 286 575)	(1 915 474)	-	(1 915 474)
Existências Finais	(70 741 590)	(7 359 274)	(78 100 864)	(98 814 645)	(6 772 894)	(105 587 539)
Total	244 681 205	30 152 277	274 833 481	307 774 718	42 149 334	349 924 053

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi apurada como se segue:

	2020			2019		
	Produtos acabados, intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total	Produtos acabados, intermédios	Produtos e trabalhos em curso	Total
Existências Finais	2 106 622	1 386 890	3 493 512	2 567 925	763 239	3 331 164
Regularização de existências	(7 364)	33 436	26 072	7 052	(30 201)	(23 149)
Existências Iniciais	(2 567 925)	(763 239)	(3 331 164)	(1 242 750)	(932 748)	(2 175 498)
Total	468 667	(657 087)	188 420	(1 332 227)	199 710	1 132 517

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

**12. CLIENTES**

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES		ATIVOS NÃO CORRENTES	
	2020	2019	2020	2019
Cientes, conta corrente	44 821 308	52 716 981	654 046	608 975
Cientes cobrança duvidosa	10 649 367	10 978 343	-	-
	55 470 675	63 695 324	654 046	608 975
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 25)	(10 420 338)	(9 458 773)	-	-
	45 050 337	54 236 551	654 046	608 975

As contas a receber de Clientes classificadas como ativos não correntes correspondem a um montante a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto, S.A., no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 7 anos, e se encontram a vencer juros).

**Antiguidade das contas a receber**

	2020				
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Cientes	32 654 832	1 396 032	1 095 466	4 266 194	39 412 524
Funcionários	-	-	-	1 207	1 207
Concessionários Independentes	6 017 980	37 919	(1 344)	7 068	6 061 623
Total	38 672 812	1 433 951	1 094 122	4 274 469	45 475 354

	2019				
	- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Cientes	36 836 276	2 029 986	2 110 790	4 720 187	45 697 240
Funcionários	14	-	-	4 430	4 444
Concessionários Independentes	7 596 637	20 771	-	6 864	7 624 272
Total	44 432 927	2 050 757	2 110 790	4 731 481	53 325 956

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

**Maturidade das dívidas com  
reconhecimento de perda de  
imparidade**

		2020				
		- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes Cob. Duvidosa		41 692	22 586	3 239	10 581 850	10 649 367
	Total	41 692	22 586	3 239	10 581 850	10 649 367
		2019				
		- 60 dias	60-90 dias	90-120 dias	+ 120 dias	Total
Clientes Cob. Duvidosa		116 219	102 497	26 244	10 733 383	10 978 343
	Total	116 219	102 497	26 244	10 733 383	10 978 343

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira consolidada encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data da demonstração da posição financeira consolidada. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

### **13. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS**

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	ATIVOS CORRENTES	
	2020	2019
Adiantamentos a fornecedores	37 217	36 402
Estado e outros entes públicos (IVA)	3 127 197	-
Outros devedores	2 409 652	2 501 776
	<b>5 574 066</b>	<b>2 538 178</b>

A rubrica "Outros devedores" inclui, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o montante de, aproximadamente, 800.000 Euros a receber da empresa relacionada Salvador Caetano Auto África, S.G.P.S., S.A..

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020  
(Montantes expressos em Euros)**

Finalmente, refira-se que a presente rubrica inclui igualmente um saldo a receber no valor de 649.625 Euros da parte relacionada Fundação Salvador Caetano (649.625 Euros em 31 de dezembro de 2019).

#### **14. OUTROS ATIVOS CORRENTES**

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2020	2019
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Rappel	1 410 724	1 095 844
Apoio à retoma (subsídios à exploração "Covid-19")	542 290	-
Subsídios à formação (IEFP)	280 035	-
Comissões de intermediação (financiamento e seguros)	226 209	620 339
Rendas	220 138	-
Comparticipação em Frotas e Campanhas e Bónus de fornecedores	135 754	435 273
Consultoria	92 698	
Reclamações de Garantia	85 911	80 066
Cedência de Pessoal	13 171	31 173
Fee's a debitar	1 735	2 795
Outros	639 369	357 586
	<b>3 648 034</b>	<b>2 623 076</b>
Gastos a reconhecer		
Seguros	138 480	164 588
Juros	119 885	130 459
Rendas	140 582	6 154
Outros	707 910	456 375
	<b>1 106 857</b>	<b>757 576</b>
Total	<b>4 754 890</b>	<b>3 380 652</b>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

**15. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS**

O detalhe e movimento dos montantes e a natureza dos ativos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 31 de dezembro de 2020 e 2019, podem ser resumidos como se segue:

	2019	Impacto em Resultados	Impacto em Capitais Próprios	2020
<b>Impostos diferidos ativos:</b>				
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	352 914	(74 238)	-	278 676
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	1 611 745	-	613 942	2 225 687
Anulação de ativos fixos tangíveis/inventários	646 827	(68 374)	-	578 453
Outros - Rédito de operações	-	65 867	-	65 867
	<u>2 611 486</u>	<u>(76 745)</u>	<u>613 942</u>	<u>3 148 683</u>
<b>Impostos diferidos passivos:</b>				
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1 430 283)	(60 831)	(23 236)	(1 514 350)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(70 077)	9 829	-	(60 248)
Imputação do justo valor de outros ativos financeiros	-	(66 479)	(198 721)	(265 200)
	<u>(1 500 360)</u>	<u>(117 481)</u>	<u>(221 957)</u>	<u>(1 839 798)</u>
Efeito líquido (Nota 26)		<u><b>(194 226)</b></u>	<u><b>391 985</b></u>	

	2018	Impacto em Resultados	2019
<b>Impostos diferidos ativos:</b>			
Perdas por imparidade e provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	296.439	56.474	352.913
Responsabilidades por planos de benefícios definidos	1.611.745	-	1.611.745
Anulação de ativos fixos tangíveis/inventários	926.746	(279.918)	646.828
	<u>2.834.930</u>	<u>(223.444)</u>	<u>2.611.486</u>
<b>Impostos diferidos passivos:</b>			
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(1 489 249)	58.965	(1 430 283)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(113.367)	43.290	(70.077)
	<u>(1.602.616)</u>	<u>102.255</u>	<u>(1.500.361)</u>
Efeito líquido (Nota 26)		<u><b>(121.189)</b></u>	

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Grupo não tinha prejuízos fiscais reportáveis.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

País origem da filial:	Taxa de imposto	
	2020	2019
Portugal	22,5%-21%	22,5%-21%
Cabo Verde	25,5%	25,5%

As empresas subsidiárias do Grupo Toyota Caetano sedeadas em Portugal são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da autoridade tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2017 a 2020 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de cinco anos. O Conselho de Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da autoridade tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas do Grupo sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado. Adicionalmente, ao lucro tributável apurado em excesso entre 1,5 Milhões de Euros e 7,5 Milhões de Euros, acresce uma Derrama Estadual de 3%, superior a 7,5 Milhões de Euros e até 35 Milhões de Euros acresce uma Derrama Estadual de 5% e ao lucro tributável apurado em excesso superior a 35 Milhões de Euros acresce uma Derrama Estadual de 7%.

## **16. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA**

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o detalhe de caixa e equivalentes a caixa era o seguinte:

	2020	2019
Numerário	123 239	122 767
Depósitos bancários	11 314 308	12 570 877
Descobertos bancários	-	(162 683)
	<b>11 437 547</b>	<b>12 530 961</b>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

## **17. CAPITAL PRÓPRIO**

### Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital da Empresa-mãe, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 nominativas, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

A identificação das pessoas coletivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Salvador Caetano - Auto S.G.P.S., S.A.	69,77%
- Toyota Motor Europe NV/SA	27,00%

Em 2020, a Salvador Caetano - Auto S.G.P.S., S.A. adquiriu 483.431 ações de valor nominal de 1 Euro cada, totalmente realizadas e representativas de 1,3812% do capital social. Em 2019, a Salvador Caetano - Auto S.G.P.S., S.A. adquiriu 839.813 ações de valor nominal de 1 Euro cada, totalmente realizadas e representativas de 2,3995% do capital social.

### Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 29 de abril de 2020, e face à conjuntura económica atual, foi decidido a não distribuição de quaisquer dividendos, aguardando-se por uma melhor oportunidade para a sua realização. Durante o exercício de 2019 foram distribuídos dividendos aos acionistas no montante de 7.000.000 Euros.

### Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

### Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação não podem ser distribuídas aos acionistas, exceto se se encontrarem totalmente amortizadas ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tenham sido alienados.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020  
(Montantes expressos em Euros)**

Reservas de conversão – Cambial

As reservas de conversão refletem as variações cambiais ocorridas na transposição das demonstrações financeiras de filiais em moeda diferente do Euro e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existem variações nas reservas de conversão cambial.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor refletem as variações de justo valor dos instrumentos de capital ao justo valor por via de capital e não são passíveis de serem distribuídas ou utilizadas para absorver prejuízos (Nota 10).

Outras reservas

Referem-se a reservas com natureza de reserva livre, logo distribuíveis de acordo com a legislação comercial em vigor.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Toyota Caetano Portugal, apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

**18. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM**

O movimento desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi como se segue:

	2020	2019
Saldo inicial em 1 de janeiro	1 514 227	1 473 222
Aquisição de interesses que não controlam	(36 559)	(11 610)
Resultado do exercício atribuível aos interesses que não controlam	(192 993)	52 615
	<b>1 284 674</b>	<b>1 514 227</b>

A decomposição do valor por empresa subsidiária, consolidada integralmente nas demonstrações financeiras apresentadas, é como se segue em 2020 e 2019:

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

2020	% IQNC	Interesses que não controlam	Resultado do exercício de Interesses que não controlam
Caetano Auto CV	18,76%	656 192	(199 418)
Caetano Auto	1,50%	628 482	6 425
		1 284 674	-192 993

2019	% IQNC	Interesses que não controlam	Resultado do exercício de Interesses que não controlam
Caetano Auto CV	18,76%	863.200	25.093
Caetano Auto	1,57%	651.027	27.522
		1.514.227	52.615

O resumo da informação financeira das empresas subsidiárias discriminadas acima encontra-se evidenciado no quadro abaixo:

Rubrica	Caetano Auto		Caetano Auto CV	
	dez/20	dez/19	dez/20	dez/19
Ativo Não Corrente	55 992 716	59 516 127	1 337 305	1 319 976
Ativo Corrente	60 680 227	67 238 194	5 156 424	4 863 635
<b>Total Ativo</b>	<b>116 672 943</b>	<b>126 754 321</b>	<b>6 493 729</b>	<b>6 183 611</b>
Passivo Não Corrente	8 495 092	7 599 200	1 439 437	98 878
Passivo Corrente	66 980 580	77 801 154	1 480 474	1 527 813
<b>Capital Próprio</b>	<b>41 197 272</b>	<b>41 353 967</b>	<b>3 573 817</b>	<b>4 556 920</b>
Vendas e Prestações de Serviços	188 332 072	241 301 738	11 482 372	14 208 584
Resultados Operacionais	845 643	2 627 412	(1 058 449)	212 638
Resultados Financeiros	(82 588)	13 287	(198)	-
Impostos	(407 263)	(762 264)	(22 482)	(185 328)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>355 792</b>	<b>1 878 435</b>	<b>(1 081 130)</b>	<b>27 310</b>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

**19. FINANCIAMENTOS OBTIDOS**

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a rubrica de “Financiamentos Obtidos” tem o seguinte detalhe:

	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	TOTAL	Corrente	Não Corrente	TOTAL
Empréstimos Bancários	10 362 760	-	10 362 760	-	10 000 000	10 000 000
Descobertos Bancários	124 994	-	124 994	162 681	-	162 681
Empréstimo Obrigacionista	-	12 500 000	12 500 000	-	12 500 000	12 500 000
Passivos por Locação	6 853 998	14 413 455	21 267 453	7 190 485	14 380 225	21 570 710
	17 341 752	26 913 455	44 255 207	7 353 166	36 880 225	44 233 391

O movimento ocorrido nos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos, programas de Papel Comercial e empréstimo obrigacionista, durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi o seguinte:

2020	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Outras variações (*)	Saldo Final
Empréstimos Bancários	10 000 000	362 760	-	-	10 362 760
Descobertos Bancários	162 681	-	-	(37 687)	124 994
Contas correntes caucionadas	-	13 250 000	13 250 000	-	-
Papel comercial	-	49 000 000	49 000 000	-	-
Empréstimos Obrigacionista	12 500 000	-	-	-	12 500 000
Passivos por Locação	21 570 710	2 370 979	7 815 570	5 141 335	21 267 453
	44 233 391	64 983 739	70 065 570	5 103 648	44 255 207

2019	Saldo Inicial	Aumentos	Alteração de Política Contabilística IFRS16	Diminuições	Outras variações (*)	Saldo Final
Empréstimos Bancários	10.000.000	-	-	-	-	10.000.000
Descobertos Bancários	923.669	162.681	-	-	(923.669)	162.681
Financiamento de Viaturas	2.499.961	-	-	-	(2.499.961)	-
Contas correntes caucionadas	10.000.000	10.000.000	-	20.000.000	-	-
Papel comercial	19.400.000	83.000.000	-	102.400.000	-	-
Empréstimos Obrigacionista	12.500.000	-	-	-	-	12.500.000
Passivos de locação	35.680.425	434.568	2.084.991	8.405.927	(8.223.348)	21.570.710
	91.004.055	93.597.249	2.084.991	130.805.927	(11.646.972)	44.233.391

(\*) Sem impacto na demonstração de fluxos de caixa

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020  
(Montantes expressos em Euros)**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, programas de Papel Comercial e empréstimo obrigacionista, bem como as suas respetivas condições, é como segue:

2020				
Descrição/Empresa beneficiária	Montante utilizado	Limite	Data início	Prazo
<b><u>Não corrente</u></b>				
Empréstimo obrigacionista				
Toyota Caetano Portugal	12 500 000	12 500 000	09/08/2018	5 anos
	<u>12 500 000</u>	<u>12 500 000</u>		
<b><u>Corrente</u></b>				
Contas correntes caucionadas	-	12 000 000		
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	10 000 000	10 000 000	11/03/2016	5 anos
Empréstimo Linha Covid				
Caetano Auto CV	362 760	362 760		
Descobertos bancários	124 994	5 500 000		
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	-	4 350 000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	-	14 000 000	27/02/2020(*)	1 ano
Toyota Caetano Portugal	-	10 000 000	18/08/2020	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	4 000 000	17/07/2017	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	4 000 000	24/02/2020	1 ano
	<u>10 487 754</u>	<u>64 212 760</u>		
	<u><u>22 987 754</u></u>	<u><u>76 712 760</u></u>		

2019				
Descrição/Empresa beneficiária	Montante utilizado	Limite	Data início	Prazo
<b><u>Não corrente</u></b>				
Empréstimos - mútuo				
Toyota Caetano Portugal	10.000.000	10.000.000	11/03/2016	5 anos
Empréstimo obrigacionista				
Toyota Caetano Portugal	12.500.000	12.500.000	09/08/2018	5 anos
	<u>22.500.000</u>	<u>22.500.000</u>		
<b><u>Corrente</u></b>				
Contas correntes caucionadas	-	12.000.000		
Descobertos bancários	162.681	5.500.000		
Faturas descontadas em regime de "Confirming"	-	4.350.000		
Papel comercial:				
Toyota Caetano Portugal	-	14.000.000	27/02/2017(*)	3 anos
Toyota Caetano Portugal	-	10.000.000	18/08/2015	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	4.000.000	17/07/2017	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	5.000.000	10/11/2016	5 anos
Toyota Caetano Portugal	-	4.000.000	24/02/2018	1 ano
	<u>162.681</u>	<u>58.850.000</u>		
	<u><u>22.662.681</u></u>	<u><u>81.350.000</u></u>		

(\*) Com amortização de 2 milhões de Euros anual.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
**2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Detalhamos, em seguida, o valor relativo a financiamentos obtidos ou linhas de crédito contratadas para os quais foram concedidas garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis (Nota 36):

- Papel Comercial: 14.000.000

Os juros respeitantes aos empréstimos bancários acima referidos encontram-se indexados à Euribor (floor zero), acrescidos de um "spread" que varia entre 0,5% e 2,75%.

O Grupo e as suas participadas têm contratadas linhas de crédito em 31 de dezembro de 2020 no montante de, aproximadamente, 77 Milhões de Euros (dos quais estavam utilizadas cerca de 23 milhões de Euros em 31 de dezembro de 2020) que poderão ser utilizadas para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade. Este valor está aplicado em diversas instituições financeiras não existindo concentração excessiva em nenhuma delas.

A rubrica Passivos de locação (corrente e não corrente) corresponde a responsabilidades do Grupo como locatário relativas ao direito de uso sobre instalações e de bens de equipamento.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como segue:

Contrato	Bem locado	Curto Prazo 12m	Médio/longo prazo				TOTAL	TOTAL
			12 - 24 m	24 - 36 m	36 - 48 m	>48 m		
2028278	Instalações comerciais							
	Capital	119 047		-	-	-	-	119 047
	Juros	551		-	-	-	-	551
5653	Instalações comerciais							
	Capital	25 385	25 781	26 184	26 592	290 199	368 756	394 141
	Juros	5 929	5 533	5 131	4 722	22 190	37 576	43 505
626064	Instalações comerciais							
	Capital	184 747	191 318	198 122	145 117	-	534 557	719 304
	Juros	21 629	15 058	8 253	1 373	-	24 684	46 313
2032103	Instalações comerciais							
	Capital	9 805	44 383	-	-	-	44 383	54 188
	Juros	2 487	650	-	-	-	650	3 137
30000343	Instalações comerciais							
	Capital	43 288	44 161	45 053	45 962	300 112	435 288	478 576
	Juros	9 176	8 302	7 411	6 502	18 306	40 521	49 697
2017554	Instalações comerciais							
	Capital	142 044	-	-	-	-	-	142 044
	Juros	1 399	-	-	-	-	-	1 399
105149	Instalações comerciais							
	Capital	16 729	-	-	-	-	-	16 729
	Juros	148	-	-	-	-	-	148
Cimóvel	Imóveis							
	Capital	1 163 494	1 130 882	1 013 804	993 925	243 609	3 382 220	4 545 714
	Juros	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	Imóveis							
	Capital	52 124	45 231	44 345	43 475	182 956	316 007	368 131
	Juros	-	-	-	-	-	-	-
Diversos	Equipamento Industrial							
	Capital	5 097 336	4 643 058	2 344 537	1 733 985	610 663	9 332 243	14 429 579
	Juros	302 828	182 563	93 080	35 005	7 989	318 637	621 465
	Total Capital	6 853 998	6 124 814	3 672 045	2 989 056	1 627 539	14 413 454	21 267 453
	Total Juros	344 147	212 106	113 875	47 602	48 485	422 068	766 215

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Responsabilidades por intervalos de maturidade:

## Financiamentos

2020						
	12m	12-24m	24-36m	36-48m	>48m	Total
Empréstimo bancário	10 362 760	-	-	-	-	10 362 760
Empréstimo obrigacionista	-	-	-	12 500 000	-	12 500 000
Descobertos bancários	124 994	-	-	-	-	124 994
Papel comercial	-	-	-	-	-	-
Passivos de Locação	6 853 998	6 124 814	3 672 045	2 989 056	1 627 539	21 267 453
<b>Total financiamentos</b>	<b>17 341 752</b>	<b>6 124 814</b>	<b>3 672 045</b>	<b>15 489 056</b>	<b>1 627 539</b>	<b>44 255 207</b>

2019						
	12m	12-24m	24-36m	36-48m	>48m	Total
Empréstimos - mútuo	-	10.000.000	-	-	-	10.000.000
Empréstimo obrigacionista	-	-	-	-	12.500.000	12.500.000
Descobertos bancários	162.681	-	-	-	-	162.681
Passivos de Locação	7.190.485	5.311.768	4.116.145	2.436.914	2.515.398	21.570.710
<b>Total financiamentos</b>	<b>7.353.166</b>	<b>15.311.768</b>	<b>4.116.145</b>	<b>2.436.914</b>	<b>15.015.398</b>	<b>44.233.391</b>

## Juros

2020						
	12m	12-24m	24-36m	36-48m	>48m	Total
Empréstimo bancário	55 625	-	-	-	-	55 625
Passivos de Locação	344 147	212 106	113 875	47 602	48 485	766 215
Empréstimo obrigacionista	256 166	249 670	249 670	-	-	755 506
<b>Total juros</b>	<b>655 938</b>	<b>461 776</b>	<b>363 545</b>	<b>47 602</b>	<b>48 485</b>	<b>1 577 346</b>

2019						
	12m	12-24m	24-36m	36-48m	>48m	Total
Empréstimos - mútuo	226.208	55.625	-	-	-	281.833
Passivos de Locação	426.455	281.074	166.296	86.260	70.720	1.030.805
Empréstimo obrigacionista	318.576	315.972	316.840	316.840	-	1.268.229
<b>Total juros</b>	<b>971.240</b>	<b>652.671</b>	<b>483.137</b>	<b>403.100</b>	<b>70.720</b>	<b>2.580.868</b>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

## 20. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

O Grupo, no âmbito da gestão dos riscos financeiros, implementou políticas para assegurar que todas as responsabilidades serão liquidadas dentro dos prazos de pagamento definidos.

## 21. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	PASSIVOS CORRENTES	
	2020	2019
Retenção de impostos sobre o Rendimento	501 841	412 651
Imposto sobre o Valor Acrescentado	10 735 683	11 686 476
Imposto automóvel	1 739 547	2 149 151
Contribuições para a Segurança Social	698 562	708 501
Tributos das autarquias locais	169 463	177 019
Outros	6 228	6 723
Estado e outros entes públicos - Subtotal	13 851 324	15 140 521
Acionistas	20 798	20 194
Adiantamentos de Clientes	1 076 820	1 063 582
Outras dívidas a terceiros	22 622 473	35 630 173
Outras dívidas a terceiros - Subtotal	23 720 091	36 713 949
	30 986 588	51 854 470

Em determinadas situações, o Grupo está a recorrer a entidade financeira das marcas representadas, nomeadamente à entidade Toyota Kreditbank, GMBH - Sucursal Portugal (Nota 35), para efeitos de aquisição de viaturas, necessárias para os níveis de atividade desenvolvidos. Os montantes devidos a esta entidade estão encontra-se incluído na rubrica de "Outras dívidas a terceiros" e perfazem o montante de 21.924.724 Euros em 31 de dezembro de 2020 (34.786.879 Euros em 31 de dezembro de 2019).

Não existem dívidas em mora ao Estado e à Segurança Social.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

**22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (Demonstração da posição financeira)**

A decomposição da rubrica de Imposto sobre o rendimento a 31 de dezembro de 2020 e 2019 é como se segue:

	2020	2019
<b>Saldos devedores</b>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas		
Imposto sobre o rendimento a receber	871 404	262 011
	<b>871 404</b>	<b>262 011</b>

**23. OUTROS PASSIVOS CORRENTES**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	2020	2019
<b>Credores por acréscimos de gastos</b>		
Encargos com férias e subsídios de férias	5 598 535	6 049 904
Campanhas publicitárias e promoção vendas	2 526 622	1 392 856
Comissões a liquidar	825 623	1 020 731
Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas	2 167 552	773 973
Encargos com FSE's a liquidar	1 282 396	600 851
Gastos de aprovisionamento	7 814	541 486
Encargos de rappel atribuíveis a entidades gestoras de frotas	268 057	448 447
Especialização de custos afetos a viaturas vendidas	990 729	440 852
Seguros a liquidar	243 651	280 273
Juros a liquidar	133 176	139 720
Contribuição Autárquica/IMI	113 000	116 000
Royalties	24 115	68 816
Outros	1 786 536	1 607 063
	<b>15 967 806</b>	<b>13 480 972</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Contratos de Manutenção / Assistência	6 777 533	7 511 764
Recuperação de encargos c/ publicidade noutros meios	2 571	26 711
Subsidio ao investimento	24 245	26 449
Juros debitados a clientes	7 694	20 256
Diferimento do rédito	25 161	18 749
Outros	111 200	329 801
	<b>6 948 404</b>	<b>7 933 730</b>
<b>Total</b>	<b>22 916 210</b>	<b>21 414 702</b>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

**24. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES**

A Toyota Caetano Portugal (em conjunto com outros associados) constituiu por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de fevereiro de 1994, em 30 de abril de 1996, em 9 de agosto de 1996, em 4 de julho de 2003, em 2 de fevereiro de 2007, em 30 de dezembro de 2008, em 23 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2020, as seguintes empresas do Grupo Toyota Caetano eram associadas do Fundo de Pensões Salvador Caetano:

- Toyota Caetano Portugal, S.A.
- Caetano Auto, S.A.
- Caetano Renting, S.A.

Este Fundo de Pensões constituído previa que, enquanto os seus associados mantivessem a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que a generalidade dos trabalhadores pudesse vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não atualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições, configurando um plano de benefícios definidos. Para cobrir estas responsabilidades, encontra-se constituído um Fundo Autónomo (o qual é gerido pela BPI Vida e Pensões, S.A.).

Em 18 de dezembro de 2007, foi enviado ao Instituto de Seguros de Portugal um dossier contendo as propostas de alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Salvador Caetano, bem como a ata de aprovação das mesmas pela Comissão de Acompanhamento do Fundo, propondo, com efeitos a 1 de janeiro de 2008, a aprovação por aquele organismo dessas mesmas alterações.

A proposta anteriormente mencionada, de alteração ao regime dos complementos de reforma devidamente aprovada pela Comissão de Acompanhamento do Fundo de Pensões, inclui a manutenção de um regime de Benefício Definido para os então reformados e beneficiários de pensões diferidas, bem como para todos os trabalhadores dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, à data de 1 de janeiro de 2008, tinham completado 50 anos de idade e mais de 15 anos de serviço nos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano, sendo ainda criado um novo grupo (formado pelo restante universo de trabalhadores ao serviço dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano) que passou, a partir daquela data, a estar incluído num Plano de Contribuição Definida.

Em 29 de dezembro de 2008, foi rececionada uma carta contendo a aprovação pelo ISP – Instituto de Seguros de Portugal, das alterações pretendidas e a vigorar desde 1/1/2008.

O ISP determinou na referida aprovação que os funcionários dos associados do Fundo de Pensões Salvador Caetano que, em 1 de janeiro de 2008 tivessem atingido 15 anos

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

ao serviço do associado e tivessem uma idade inferior a 50 anos (e que passarão a integrar um Plano de Contribuição Definida) tivessem direito a um “capital inicial” individual segundo o novo plano, determinado em função das responsabilidades atuariais apuradas com referência a 31 de dezembro de 2007 e com base nos pressupostos e critérios utilizados naquele exercício.

De acordo com estudo atuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo (BPI Vida e Pensões, S.A.), o Grupo tem vindo a efetuar contribuições para o plano de benefício definido, permitindo que a situação patrimonial desse Fundo ascendesse em 31 de dezembro de 2020 a, aproximadamente 24.700 milhares de euros (25.765 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019). A parcela da responsabilidade global estimada atuarialmente para o Plano de Benefícios Definido, na quota-parte respeitante ao Grupo, ascende em 31 de dezembro de 2020 a, aproximadamente, 35.872 milhares de euros (32.274 milhares de euros em 31 de dezembro de 2019).

Os pressupostos atuariais utilizados para a avaliação de 2020 pela sociedade gestora incluem as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV88/90 e Suisse Re 2001 (TV 73/77 e Suisse Re 2001 em 31 de dezembro de 2019), respetivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 0% (1% em 2019), 0% (0% em 2019) e 0,7% (1% em 2019), respetivamente.

O Conselho de Administração do Grupo, em resultado de uma análise conjunta com a sociedade gestora do Fundo, entendeu que, tendo em consideração uma análise histórica dos óbitos reais dos participantes do Fundo de Pensões Salvador Caetano e os óbitos projetados de acordo com a Tábua de Mortalidade TV 73/77 utilizada até 31 de dezembro de 2019, faria sentido utilizar uma Tábua de Mortalidade mais atual e com maior aderência à situação real da população do Fundo, tendo assim passado a utilizar a Tábua de Mortalidade TV 88/90.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

O movimento das responsabilidades do Grupo com o Plano de Benefícios Definido nos exercícios de 2020 e 2019 pode ser resumido como se segue:

Responsabilidades em 1/1/2019	<b>32 818 838</b>
<b>Efeito em resultado líquido do exercício</b>	
Custos dos serviços correntes	90 168
Custos dos juros	496 745
<b>Efeitos em outro rendimento integral</b>	
(Ganhos) e perdas atuariais	(38 844)
Benefícios previstos	(2 538 353)
Transferências líquidas efetuadas	(68 227)
Alteração de Pressupostos	1 513 976
Responsabilidades em 31/12/2019	<b>32 274 303</b>
Responsabilidades em 1/1/2020	<b>32 274 303</b>
<b>Efeito em resultado líquido do exercício</b>	
Custos dos serviços correntes	84 137
Custos dos juros	311 218
<b>Efeitos em outro rendimento integral</b>	
(Ganhos) e perdas atuariais	501 931
Benefícios previstos	(2 473 454)
Transferências líquidas efetuadas	(262 431)
Alteração de Pressupostos	914 111
Alteração da tábua de mortalidade – já contemplada em 2019	2 966 826
Alteração da tábua de mortalidade – contabilizado em 2020	1 555 820
Responsabilidades em 31/12/2020	<b>35 872 461</b>

O movimento da situação patrimonial do Fundo de Pensões Salvador Caetano, que cobre o plano de benefícios definido acima referido, durante os exercícios de 2020 e de 2019, foi como segue:

Rubrica	Plano benefício definido
<b>Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>25 925 723</b>
Contribuições	-
Contribuições da empresa (inclui pagamentos diretos)	442 599
Ganhos/ (Perdas) de rendimento	1 628 053
Rendimentos de juros	388 523
Pagamentos de Pensões (Benefícios pagos)	(2 551 542)
Transferências da quota-parte de outro associado	-
Transferências para a quota-parte de outro associado	-
Liquidação do Plano	(68 227)
<b>Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>25 765 129</b>
Contribuições da empresa (inclui pagamentos diretos)	-
Ganhos/ (Perdas) de rendimento	1 475 801
Rendimentos de juros	246 126
Pagamentos de Pensões (Benefícios pagos)	(2 523 799)
Transferências para a quota-parte de outro associado	-
Liquidação do Plano	(262 431)
<b>Valor do Fundo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>24 700 826</b>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

A 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a composição da carteira de ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano que cobre o Plano de benefícios definidos, foi como se segue:

Carteira do Fundo	Peso Carteira	Valor 31-12-2020	Peso Carteira	Valor 31-12-2019
Ações	9,90%	2 445 382	11,60%	2 988 754
Obrigações taxa fixa	30,70%	7 583 153	35,80%	9 223 916
Obrigações taxa variável	5,20%	1 284 444		-
Imobiliário	44,60%	11 016 568	41,40%	10 666 763
Liquidez	3,40%	839 828	4,80%	1 236 726
Outros Ativos	6,20%	1 531 451	6,40%	1 648 968
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>24 700 826</b>	<b>100%</b>	<b>25 765 127</b>

A 31 de dezembro de 2020, os investimentos individuais com um peso superior a 5% do total da carteira de ativos do Fundo de Pensões Salvador Caetano que cobre o Plano de Benefícios Definidos, apresentam-se como se segue:

Ativo	Peso Carteira	Valor 31-12-2020
Cimóvel - Fundo de Investimento Imobiliário Fechado	44,60%	11 016 568

A responsabilidade líquida do Grupo Toyota Caetano Portugal acima evidenciada encontra-se acautelada através de uma provisão constituída no valor de cerca de 11.171.634 Euros (9.476.000 Euros em 31 de dezembro de 2019), refletida na demonstração da posição financeira consolidada na rubrica "Responsabilidades por planos de benefícios definidos".

Adicionalmente e conforme acima referido, O Grupo é parte integrante de um plano de contribuição definida, tendo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 efetuado contribuições para o mesmo no montante de 590.070 Euros (zero Euros em 31 de dezembro de 2019), registados na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de gastos com pessoal. Em 31 de dezembro de 2020 o valor do fundo afeto a este plano de contribuição definida ascendia a 14.774 milhares de Euros (13.740 milhares de Euros em 31 de dezembro de 2019).

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

**25. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS**

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi o seguinte:

2020					
Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Utilizações e Reversões	Outras regularizações	Saldos Finais
Perdas de imparidade acumuladas em propriedades de investimento	2 680 809	-	-	(2 328 814)	351 995
Perdas de imparidade acumuladas dívidas a receber (Nota 12)	9 458 773	1 049 507	(87 942)	-	10 420 338
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 11)	3 448 675	259 131	(668 866)	(152 728)	2 886 212
Provisões	944 772	1 550 192	(300 000)	(221 838)	1 973 126

2019					
Rubricas	Saldos iniciais	Aumentos	Reversões	Utilizações	Saldos Finais
Perdas de imparidade acumuladas em propriedades de investimento	2.780.809	-	-	(100.000)	2.680.809
Perdas de imparidade acumuladas em dívidas a receber (Nota 12)	8.776.958	786.236	(1.676)	(102.745)	9.458.773
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 11)	2.221.105	1.446.195	(394)	(218.231)	3.448.675
Provisões	881.547	217.780	-	(154.555)	944.772

O montante considerado na coluna “regularizações” ao nível das Propriedades de investimento corresponde à transferência das imparidades associadas a ativos imobiliários anteriormente classificados nesta rubrica para a rubrica “Ativos não correntes detidos para venda”, em virtude de os imóveis em questão estarem em processo de alienação.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2020, o saldo final da rubrica “Provisões” inclui uma provisão criada no exercício no montante de, aproximadamente, 1,4 milhões de Euros, correspondente a um processo de contencioso que envolve a subsidiária Caetano Auto CV, S.A. com a autoridade aduaneira de Cabo Verde. É entendimento do Conselho de Administração, suportado nos seus assessores legais, que do desfecho deste processo poderão resultar impactos para o Grupo, facto pelo qual entendeu reconhecer uma provisão pelo montante em risco. O valor remanescente da rubrica “Provisões” destina-se a cobrir outros riscos de negócio.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

**26. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO (Demonstração consolidada dos resultados)**

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são detalhados como se segue:

	2020	2019
Imposto corrente	1 882 035	4 578 311
Imposto diferido (Nota 15)	194 226	121 189
	<b>2 076 261</b>	<b>4 699 500</b>

A reconciliação do encargo de imposto efetivo, com o encargo de imposto teórico dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 pode ser analisada como segue:

	2020	2019
<b>Resultados antes de impostos</b>	6 527 994	16 346 099
Taxa nominal de imposto	22,50%	22,50%
<b>Imposto teórico (Coleta + Derrama)</b>	<b>1 468 799</b>	<b>3 677 872</b>
Provisões que não deram origem ao reconhecimento de impostos diferidos ativos	301 614	-
Diferenças entre as mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(231 020)	(515 396)
Tributação autónoma	269 150	315 880
Derrama estadual	173 107	466 801
Outros	94 611	754 343
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício</b>	<b>2 076 261</b>	<b>4 699 500</b>

**27. RESULTADOS POR AÇÃO**

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2020	2019
Resultado		
Básico	4 451 733	11 646 599
Diluído	4 451 733	11 646 599
Número de ações	35 000 000	35 000 000
Resultados por ação (básico e diluído)	0,127	0,333

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não ocorreu qualquer alteração ao número de ações.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
(Montantes expressos em Euros)

**28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS**

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe do relato por segmentos é o seguinte:

		2020							2019 (Reexpresso nota 3)							
		NACIONAL							EXTERNO					ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO	
		Veículos Automóveis			Equipamento Industrial			Outros	Veículos Automóveis			Equipamento Industrial		ELIMINAÇÕES	CONSOLIDADO	
		Indústria	Comércio	Serviços	Aluguer	Máquinas	Serviços		Aluguer	Indústria	Comércio	Máquinas	Serviços			Aluguer
<b>RÉDITO</b>	Volume de negócios	45 263	420 988 992	18 441 142	3 107 249	9 922 981	4 595 875	14 217 296	-	27 838 856	17 360 977	22 855	54 020	15 847	(158 774 715)	357 836 638
<b>RESULTADOS</b>	Resultados operacionais	4 677	10 821 258	1 412 275	(682 551)	441 951	991 500	178 308	-	(1 617 473)	(940 752)	(46)	24 407	10 413	(1 744 363)	8 899 604
	Resultados financeiros	(111)	(1 815 798)	(36 650)	(320 328)	(21 581)	(10 920)	(32 964)	-	(111 185)	(21 771)	(79)	(203)	(74)	54	(2 371 610)
	Imposto sobre rendimento do exercício								(2 076 261)							(2 076 261)
	Resultados líquidos com Interesses que não controlam	4 566	6 632 147	1 043 468	(707 127)	420 370	980 579	145 206	-	(1 728 658)	(985 662)	(124)	24 205	10 339	(1 387 576)	4 451 733
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES</b>	Depreciações e amortizações	589 587	4 966 718	416 599	6 839 851	71 597	21 216	6 782 203	1 459	-	181 382	-	-	-	15 837	19 886 449

A coluna “Eliminações” inclui essencialmente a anulação das transações entre as empresas do Grupo incluídas na consolidação, principalmente pertencentes ao segmento “Veículos Automóveis”.  
Não existem réditos associados a transações entre o segmento de veículos automóveis e o segmento de equipamento industrial.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

**29. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS**

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foi como se segue:

Mercado	2020		2019 (Reexpresso)	
	Valor	%	Valor	%
Nacional	316 274 113	88,39%	395 546 534	86,96%
Bélgica	27 536 353	7,70%	45 616 883	9,81%
Palop's	13 844 054	3,87%	14 474 159	3,11%
Espanha	67 519	0,02%	103 130	0,02%
Reino Unido	9 273	0,00%	11 369	0,00%
Alemanha	7 258	0,00%	6 500	0,00%
Outros mercados	98 068	0,03%	454 907	0,10%
	<b>357 836 638</b>	<b>100,01%</b>	<b>456 213 482</b>	<b>100,00%</b>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

**30. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

O detalhe da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 apresenta-se da seguinte forma:

	2020	2019
<b>Subcontratos</b>	<b>1 886 006</b>	<b>1 752 945</b>
<b>Serviços especializados</b>	<b>19 875 209</b>	<b>22 340 537</b>
Trabalhos especializados	5 467 585	5 831 829
Publicidade e propaganda	10 552 463	12 524 056
Vigilância e segurança	546 090	527 153
Honorários	1 047 198	1 011 418
Comissões	171 210	269 353
Conservação e reparação	2 090 663	2 176 728
<b>Materiais</b>	<b>773 397</b>	<b>996 574</b>
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	229 725	265 431
Livros e documentação técnica	282 259	439 232
Material de escritório	199 719	225 204
Artigos para oferta	61 694	66 707
Outros		
<b>Energia e fluidos</b>	<b>2 619 888</b>	<b>3 266 686</b>
Eletricidade	1 068 665	1 271 396
Combustíveis	1 200 365	1 598 849
Água	168 073	206 198
Outros	182 785	190 243
<b>Deslocações, estadas e transportes</b>	<b>2 235 973</b>	<b>3 725 795</b>
Deslocações e estadas	861 556	1 972 728
Transportes de pessoal	83 090	106 624
Transportes de mercadorias	1 291 327	1 646 443
<b>Serviços diversos</b>	<b>10 893 876</b>	<b>12 488 144</b>
Locações de curto prazo e baixo valor	1 735 857	1 356 723
Comunicação	672 655	712 508
Seguros	1 252 388	1 575 926
Royalties	205 430	379 216
Contencioso e notariado	34 534	31 193
Limpeza, higiene e conforto	1 049 437	928 778
Outros serviços	5 943 575	7 503 800
	<b>38 284 349</b>	<b>44 570 681</b>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

**31. GASTOS COM O PESSOAL**

Os gastos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 decompõem-se da seguinte forma:

	2020	2019
Remunerações dos órgãos sociais	646 564	714 825
Remunerações do pessoal	25 492 504	28 181 804
Pensões	255 769	1 299 548
Indemnizações	998 573	413 884
Encargos sobre remunerações	4 885 828	6 942 503
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	337 475	430 026
Outros gastos com o pessoal	3 057 627	3 388 339
	<b>35 674 340</b>	<b>41 370 929</b>

Durante os exercícios findos em dezembro de 2020 e 2019, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi o seguinte:

Pessoal	2020	2019
Empregados	1 046	1 084
Assalariados	457	453
	<b>1 503</b>	<b>1 537</b>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

### **32. OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS OPERACIONAIS**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros rendimentos operacionais” tem a seguinte composição:

Outros rendimentos operacionais	2020	2019 (reexpresso)
Recuperação de encargos com garantias e outras despesas operacionais	5 972 619	8 939 350
Rendas cobradas	3 712 400	4 344 359
Trabalhos para a própria entidade	3 083 412	3 804 290
Subsídios à exploração	5 065 186	3 202 058
Recuperação de encargos com publicidade e prom. de vendas	1 161 437	2 478 772
Serviços prestados	2 858 917	2 196 422
Recuperação de despesas	1 567 060	2 170 939
Mais - valias na alienação de ativos	1 360 381	366 171
Correções relativas a exercícios anteriores	202 830	155 053
Comissões de intermediação nos financiamentos de viaturas	75 666	101 410
Indemnização de sinistros	1 698	87 159
	<b>25 061 606</b>	<b>27 845 983</b>

Detalhando os principais valores acima mencionados, temos a referir que:

- a rubrica Recuperação de encargos inclui essencialmente redébitos à Toyota Motor Europe relativos a garantias e redébitos a concessionários associados a despesas operacionais;
- a rubrica “Rendas cobradas” inclui um valor relativo a rendas de propriedades de investimento de cerca de 2,5 milhões de euros.
- a rubrica “Serviços Prestados” refere-se essencialmente a débitos de *fees* administrativos a empresas fora do perímetro Toyota Caetano;
- a rubrica “Recuperação de despesas” inclui, entre outros, rendimentos relacionados com serviços sociais (débito de despesas com cantina e formação a empresas fora do perímetro Toyota Caetano);
- a rubrica “Mais-valias na alienação de ativos” inclui o montante de, aproximadamente, 1,2 milhões de Euros correspondente ao ganho obtido pelo Grupo com a alienação de instalações comerciais utilizadas na sua atividade, localizadas em Cascais.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

A rubrica “Subsídios à exploração” considera o montante de cerca de 5 milhões de Euros respeitante a apoios do IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional (3,8 milhões Euros em 31 de dezembro de 2019) a respeito das ações de formação ministradas pelo Grupo nos seus vários centros de formação profissional, bem como, no exercício de 2020, inclui os apoios governamentais para fazer face à pandemia provocada pelo novo coronavírus Covid-19 (Nota 39).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros gastos operacionais” tem a seguinte composição:

Outros gastos operacionais	2020	2019
Impostos	1 167 963	1 332 581
Correções relativas a exercícios anteriores	73 468	346 677
Perdas nos restantes investimentos não financeiros	6 308	61 486
Multas e penalidades	34 345	34 345
Perdas em Inventários	171 721	33 035
Quotizações	45 525	26 628
Dívidas incobráveis	570 167	14 180
Descontos pronto pagamento concedidos	4 166	9 539
Donativos	3 949	7 743
Perdas nos restantes investimentos financeiros	2 247	1 815
Outros não especificados	1 189 463	1 548 884
	<b>3 269 322</b>	<b>3 416 913</b>

A rubrica de “Outros não especificados” inclui essencialmente gastos com incentivos comerciais e bonificações concedidas aos concessionários.

### **33. GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS**

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

Gastos e Perdas	2020	2019
Juros Suportados	1 592 105	1 758 306
Outros gastos e perdas financeiros	796 667	213 355
	<b>2 388 772</b>	<b>1 971 661</b>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Rendimentos e Ganhos	2020	2019
Juros Obtidos	17 162	25 075
	<b>17 162</b>	<b>25 075</b>

### 34. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Apresentamos abaixo um quadro resumo dos instrumentos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Descrição	Nota	Ativos ao custo amortizado	Ativos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Outros ativos não financeiros	Total
<b>A 31 de dezembro de 2020</b>					
<b>Ativos não correntes</b>					
Outros investimentos	10	26 833	4 192 604	-	4 219 437
Clientes	12	654 046	-	-	654 046
		<b>680 879</b>	<b>4 192 604</b>	-	<b>4 873 483</b>
<b>Ativos correntes</b>					
Clientes	12	45 050 337	-	-	45 050 337
Outras dívidas de terceiros	13	2 409 652	-	3 164 414	5 574 066
Outros ativos correntes	14	3 648 034	-	1 106 857	4 754 891
Caixa e equivalentes a caixa	16	11 437 547	-	-	11 437 547
		<b>62 545 570</b>	-	<b>4 271 271</b>	<b>66 816 841</b>

Descrição	Nota	Ativos ao custo amortizado	Ativos registados ao justo valor através de outro rendimento integral	Outros ativos não financeiros	Total
<b>A 31 de dezembro de 2019</b>					
<b>Ativos não correntes</b>					
Outros investimentos	10	26 832	3 897 142	-	3 923 974
Clientes	12	608 975	-	-	608 975
		<b>635 807</b>	<b>3 897 142</b>	-	<b>4 532 949</b>
<b>Ativos correntes</b>					
Clientes	12	54 236 551	-	-	54 236 551
Outras dívidas de terceiros	13	2 501 776	-	36 402	2 538 178
Outros ativos correntes	14	2 623 076	-	757 576	3 380 652
Caixa e equivalentes a caixa	16	12 693 644	-	-	12 693 644
		<b>72 055 047</b>	-	<b>793 978</b>	<b>72 849 025</b>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

Descrição	Nota	Passivos ao custo amortizado	Outros passivos não financeiros	Total
<b>A 31 de dezembro de 2020</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Financiamentos obtidos	19	23 215 227	-	23 215 227
		<b>23 215 227</b>	<b>-</b>	<b>23 215 227</b>
<b>Passivo corrente</b>				
Financiamentos obtidos	19	21 039 980	-	21 039 980
Fornecedores	20	38 187 645	-	38 187 645
Outras dívidas a terceiros	21	22 643 271	14 928 144	37 571 415
Outros passivos correntes	23	15 967 806	6 948 404	22 916 210
		<b>97 838 702</b>	<b>21 876 548</b>	<b>119 715 249</b>

Descrição	Nota	Passivos ao custo amortizado	Outros passivos não financeiros	Total
<b>A 31 de dezembro de 2019</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Financiamentos obtidos	19	36 880 225	-	36 880 225
		<b>36 880 225</b>	<b>-</b>	<b>36 880 225</b>
<b>Passivo corrente</b>				
Financiamentos obtidos	19	7 353 166	-	7 353 166
Fornecedores	20	38 236 935	-	38 236 935
Outras dívidas a terceiros	21	35 650 367	16 204 103	51 854 470
Outros passivos correntes	23	13 480 972	7 933 730	21 414 702
		<b>94 721 440</b>	<b>24 137 833</b>	<b>118 859 273</b>

Dando cumprimento ao disposto no parágrafo 93 da IFRS 13, divulga-se em seguida a classificação de mensurações de justo valor de instrumentos financeiros, por nível hierárquico:

- Nível 1 - preços cotados - participação no Fundo Címovel, registada na rubrica "Outros investimentos" (Nota 10): 4.192.605 Euros (3.897.142 Euros em 31 de dezembro de 2019);
- Nível 2 - inputs diferentes dos preços cotados incluídos no nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (preços), quer indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3 - inputs para o ativo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

**35. ENTIDADES RELACIONADAS**

Os saldos e transações entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transações entre o Grupo Toyota Caetano e as entidades relacionadas (incluindo as entidades associadas e os empreendimentos conjuntos), pode ser resumido como segue em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

2020	Dividas comerciais		Outros Passivos Correntes	Produtos		Ativos Fixos Tangíveis		Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Antecipações	Vendas	Compras	Aquisições	Alienações	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
Empresa Relacionadas											
Amorim Brito & Sardinha, Lda.	748	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3 609
Atlântica - Companhia Portuguesa de Pesca, S.A.	5 173	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Auto Partner Imobiliária, S.A.	-	18 505	-	-	-	-	-	-	28 307	-	-
Cabo Verde Rent-a-Car, Lda.	24 531	39 089	-	125 537	-	-	-	2 206	226 657	-	2 177
Caetano Active, S.A.	843	-	-	292	9	-	-	4 907	-	-	631
Caetano Aeronautic, S.A.	249 729	7 328	188	16 135	-	-	-	33 665	29 788	-	363 004
Caetano Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	200 367	98 135	-	122 171	366 139	-	-	32 661	7 382	13 642	207 604
Caetano City e Active (Norte), S.A.	615 844	66 982	(49 032)	3 072 413	16 673	-	33 955	536	328 717	145 865	33 787
Caetano Drive, Sport e Urban, S.A.	11 355	104 294	-	(19 743)	2 345	-	-	(9 263)	241 321	-	5 770
Caetano Energy, S.A.	5 816	1 323	-	(5 182)	23 056	-	-	7 880	(2 227)	-	2 259
Caetano Fórmula, S.A.	9 445	113 074	-	(16 742)	627 685	-	-	(8 783)	(24 885)	-	5 620
Caetano Formula Cádiz, SLU	426	-	-	-	-	-	-	-	-	-	426
Caetano Formula Galicia, SLU	370	-	-	-	-	-	-	-	-	-	370
Caetano Fórmula West África, S.A.	738	-	-	124 264	-	-	-	-	8 962	-	247
Caetano Mobility, SGPS, SA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	49
Caetano Motors Cádiz, SLU	259	-	-	-	-	-	-	-	-	-	259
Caetano Motors, S.A.	71 469	22 634	-	2 783	22 870	-	-	(10 815)	26 552	-	3 793
Caetano Move África, S.A.	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	247
Caetano One CV, Lda.	122 323	7 101	(110 187)	2 415 134	2 772 462	-	-	42 034	3 024	-	168 344
Caetano Parts, Lda.	85 131	1 160 229	-	1 299 903	4 038 888	-	-	220	17 246	-	1 307
Caetano Power, S.A.	52 078	26 444	-	(20 239)	15 775	-	-	(2 756)	12 004	-	6 946
Caetano Retail (S.G.P.S.), S.A.	167 790	29 080	-	1 270	-	-	-	415	50 355	-	309 468
Caetano Retail España, S.A.U.	9 096	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7 395
Caetano Squadra África, S.A.	63	-	-	-	-	-	-	-	-	-	145
Caetano Star, S.A.	14 295	487	-	1 571	208	-	-	-	621	-	20 596
Caetano Technik, Lda.	2 418	20 325	-	(9 476)	-	-	-	(10 367)	(305)	-	1 550
CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	2 365 500	153 152	-	4 985 527	5 449 518	51 858	-	192 109	184 125	-	1 693 950
Caetsu Publicidade, S.A.	3 576	698 223	-	21 925	-	-	-	1 177	2 406 428	-	4 581
Carplus - Comércio de Automóveis, S.A.	27 876	25 080	-	21 042	61 750	-	-	45 038	(2 470)	55	3 181
Choice Car, S.A.	3 129	-	-	-	-	-	-	-	8 228	-	21 808
COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A.	15 161	55 857	-	210	-	114 421	-	13 075	99 555	16 280	9 805
COVIM - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	194 723	2 460	-	-	-	-	-	-	4 460	-	-

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

2020	Dividas comerciais		Outros Passivos Correntes	Produtos		Ativos Fixos Tangíveis		Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Antecipações	Vendas	Compras	Aquisições	Alienações	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	2 415 550	19 406	(343 282)	6 366 156	5 093 891	-	35 000	356 842	1 365 982	48 802	130 971
Fundação Salvador Caetano	617 708	-	(600 000)	-	-	-	-	-	-	-	56
Grupo Salvador Caetano, (S.G.P.S.), S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	32
Guérin - Rent-a-Car (Dois), Lda.	286 993	144	-	108 483	(9 031)	-	-	826 405	6 660	-	271 556
Hyundai Portugal, S.A.	82 548	-	-	31 934	-	-	-	84 602	-	-	33 563
Lidera Soluciones, S.L.	431	5 920	-	-	-	-	-	-	129 033	-	350
Lusilectra - Veículos e Equipamentos, S.A.	53 325	134 679	48	73 022	66 614	-	-	63 869	383 374	48	52 619
MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	67 719	-	-	-	-	-	-	864 628	-	-	4 835
Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	2 819	291 517	-	415	537 618	-	-	3 778	867 761	36 071	11 290
P.O.A.L. - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.	17 806	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	165 529	32 926	(297 283)	315 371	(2 862)	-	-	34 928	108 736	-	137 511
RARCON - Arquitectura e Consultadoria, S.A.	-	21 456	(70 000)	-	-	-	-	-	129 490	-	-
Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	61 798	1 013 206	5 230	1 550	-	9 771	-	201 988	3 758 436	2 413	200 519
Salvador Caetano Auto África, (S.G.P.S.), S.A.	-	(811 923)	-	-	-	-	-	-	-	-	9
Salvador Caetano Auto, (S.G.P.S.), S.A.	133	-	-	-	-	-	-	-	-	-	134
SIMOGA - Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A.	1 374	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sózó Portugal, S.A.	4 642	-	-	-	-	-	-	871	-	-	13 317
Toyota Kreditbank, GMBH - Sucursal Portugal	700 119	2 648 489	(56 743)	21 135 136	2 730 370	-	-	2 463 969	732 662	1 901 097	247 358
Toyota Motor Corporation	16 478	3 439 173	(24 115)	76	26 684 973	-	-	-	148	236 637	209 432
Toyota Motor Europe, Nv/Sa	441 045	18 761 000	(120 932)	27 517 926	141 862 037	-	-	-	426 936	138 930	3 863 144
Turispaiiva - Sociedade Turística Paivense, S.A.	369	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3 609
VAS África (S.G.P.S.), S.A.	52	-	-	-	-	-	-	-	-	-	94
Vas Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.	10 184	2 012	-	45 347	2 295	-	-	82 364	2 481	-	151 593
Toyota Tsusho Europe S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	35 040	-	-
Toyota Tsusho Corpoartion	-	261 244	-	-	2 790 795	-	-	-	-	-	-
Toyota Material Handling Manuf Sweden AB	-	725 636	-	-	3 114 997	-	-	-	19 467	(161 371)	-
Toyota Material Handling Europe Logistics AB	-	255 298	-	-	1 438 456	-	-	-	3 113	(3 122)	226
Toyota Material Handling Manufact Italy SPA	-	620 686	-	-	3 034 619	-	-	-	-	(83 892)	4 005
Toyota Material Handling Espanha SA	2 741	3 436	-	25 877	(19 132)	15 000	-	-	19 666	426	-
Toyota Material Handling Europe AB	-	282	-	-	-	-	-	-	3 755	-	-
Toyota Material Handling Manuf France SAS	-	151 299	-	-	1 585 156	-	-	-	103	(24 608)	-
Toyota Material Handling France	-	6 366	-	-	-	5 200	-	-	-	-	-
Toyota Tsusho Asia Pacific LTD	-	80 047	-	-	526 332	-	-	-	-	-	-
Caetano UK, Ltd	2 583	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 100
Cobus Industries, GMBH	151	-	-	-	-	-	-	-	-	-	123
Toyota Logist S Portugal Unip Lda	67 527	(754)	304	6 632	-	-	-	-	-	-	654 458
	<b>9 279 927</b>	<b>30 311 347</b>	<b>(1 665 804)</b>	<b>67 766 720</b>	<b>202 834 506</b>	<b>196 250</b>	<b>68 955</b>	<b>5 318 183</b>	<b>11 646 688</b>	<b>2 267 273</b>	<b>8 871 832</b>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

2019	Dividas comerciais		Outros Passivos Correntes	Produtos		Ativos Fixos Tangíveis		Serviços		Outros	
	A receber	A pagar	Antecipações	Vendas	Compras	Aquisições	Alienações	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
Empresa Relacionadas											
Amorim Brito & Sardinha, Lda.	738	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7 200
Atlântica - Companhia Portuguesa de Pesca, S.A.	5 173	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Auto Partner Imobiliária, S.A.	1 595	23 900	-	-	-	-	-	-	33 940	-	-
Cabo Verde Rent-a-Car, Lda.	199 553	41 767	-	441 171	391 764	-	-	675	229 454	-	-
Caetano Active, S.A.	3 414	-	-	1 487	-	-	-	12 035	2 110	-	322
Caetano Aeronautic, S.A.	140 142	85	-	17 851	-	-	6 000	32 841	210 938	-	669 776
Caetano Baviera - Comércio de Automóveis, S.A.	212 295	113 048	(21 980)	166 334	559 952	-	-	45 438	68 593	1 684	234 960
Caetano City, S.A.	716 938	62 835	(57 052)	3 305 341	26 183	-	153 757	623	114 732	136 519	(20 700)
Caetano Drive, Sport e Urban, S.A.	11 659	107 496	-	(26 471)	73 548	-	-	(343)	368 582	-	6 217
Caetano Energy, S.A.	30 375	(265)	-	1 409	11 220	-	-	18 206	(794)	-	3 389
Caetano Fórmula, S.A.	21 173	271 302	-	(13 738)	732 155	-	-	(7 729)	(20 095)	-	6 117
Caetano Fórmula Cádiz, S.L.	374	-	-	-	-	-	-	-	-	-	374
Caetano Fórmula East África, S.A.	-	-	-	35	-	-	-	-	-	-	2 490
Caetano Fórmula Galicia, S.L.U.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	130
Caetano Fórmula West África, S.A.	143	-	-	-	-	-	-	-	-	-	270
Caetano Mobility, S.A.	57	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46
Caetano Motors, S.A.	101 091	238	-	(23 419)	-	-	-	(11 454)	32 500	-	3 648
Caetano Motors Cádiz, S.L.	220	-	-	-	-	-	-	-	-	-	220
Caetano Move África, S.A.	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	261
Caetano One CV, Lda.	21 606	2 553	-	43 975	40 428	31 939	-	37 322	2 191	-	42 066
Caetano Parts, Lda.	57 353	1 437 752	-	1 645 259	5 239 857	-	-	1 409	14 329	-	2 662
Caetano Power, S.A.	37 712	817	-	(29 460)	70 174	-	-	(10 897)	(10 035)	-	2 287
Caetano Retail (S.G.P.S.), S.A.	168 360	11 007	-	763	-	-	-	76	18 046	-	304 996
Caetano Retail España, S.A.U.	124 316	-	-	-	-	-	-	-	-	-	126 185
Caetano Squadra África, S.A.	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	60
Caetano Star, S.A.	24 054	288	-	1 285	-	-	-	-	617	(795)	19 108
Caetano Technik, Lda.	6 864	12 452	-	(23 533)	25 810	-	-	(13 331)	3 528	-	1 795
CaetanoBus - Fabricação de Carroçarias, S.A.	2 731 487	308 749	43 430	146 825	66 771	-	150	153 388	117 912	3 793	2 410 045
Caetsu Publicidade, S.A.	34 422	37 235	-	67 727	42 572	-	-	5 162	134 214	-	-
Carplus - Comércio de Automóveis, S.A.	55 984	1 247 660	-	58 413	1 590	-	-	64 195	3 585 500	-	10 468
Choice Car, S.A.	1 381	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17 138
COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A.	12 083	-	-	-	-	-	-	12 172	16 014	-	41 701
COVIM - Soc. Agrícola, Silvícola e Imobiliária, S.A.	4 235	134 104	-	350	-	606 082	-	-	112 014	19 440	11 123
Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A.	411 040	214 911	(109 570)	1 756 780	1 277 015	-	-	411 133	1 558 072	79 046	95 830
Fundação Salvador Caetano	649 625	-	(600 000)	-	-	-	-	-	-	-	224
Grupo Salvador Caetano, (S.G.P.S.), S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	4 150	-	34
Guérin - Rent-a-Car (Dois), Lda.	809 771	3 026	-	137 452	102	-	-	1 403 601	7 641	-	454 566
Guerin Rent A Car, S.L.U.	2 432	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 432
Hyundai Portugal, S.A.	9 593	-	-	5 280	-	-	-	11 803	-	-	51 416
Lidera Soluciones, S.L.	4 262	2 428	-	-	-	-	-	-	105 276	-	5 061
Lusilectra - Veiculos e Equipamentos, S.A.	103 745	178 709	-	98 533	23 398	71 245	-	72 986	473 390	6 740	60 052
MDS Auto - Mediação de Seguros, S.A.	15 741	-	-	1 175	-	-	-	903 325	-	-	2 498
Movicargo - Movimentação Industrial, Lda.	2 661	362 599	-	-	875 365	-	-	6 749	905 842	63 082	15 336
P.O.A.L. - Pavimentações e Obras Acessórias, S.A.	17 806	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Portianga - Comércio Internacional e Participações, S.A.	354 832	350 077	-	408 274	-	-	-	43 689	332 745	-	87 931
RARCON - Arquitectura e Consultadoria, S.A.	-	59 697	-	18 095	-	54 087	-	-	147 756	-	104

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

2019	Dividas comerciais		Outros Passivos Correntes	Produtos		Ativos Fixos Tangíveis		Serviços		Outros		
	Empresa Relacionadas	A receber	A pagar	Antecipações	Vendas	Compras	Aquisições	Alienações	Prestados	Obtidos	Gastos	Rendimentos
Rigor - Consultoria e Gestão, S.A.	112 012	1 145 460	10 748	118	-	32 826	-	-	187 796	3 796 431	22 508	256 872
Salvador Caetano Auto África, (S.G.P.S.), S.A.	39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	91
Salvador Caetano Auto, (S.G.P.S.), S.A.	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	94
Salvador Caetano Capital, (S.G.P.S.), S.A.	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9
SIMOGA - Sociedade Imobiliária de Gaia, S.A.	1 374	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sózó Portugal, S.A.	8 528	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22 430
											1 009	
Toyota Kreditbank, GMBH - Sucursal Portugal	17 380	24 135	21 360	3 166 847	1 910 824	-	11 789	-	-	15 868	228	237 862
Toyota Logist S Portugal Unip Lda	67 971	(754)	-	4 229	-	-	-	-	-	-	-	655 972
Toyota Material Handling Espanha SA	2 513	12 018	-	11 527	26 509	17 150	-	-	-	38 562	-	-
Toyota Material Handling Europe Logistics AB	-	295 316	-	-	1 505 905	-	-	-	-	273	(83 892)	4 005
Toyota Material Handling France	-	9 666	-	-	8 500	-	-	-	-	1 325	-	-
Toyota Material Handling Manuf France SAS	-	188 663	-	-	2 827 447	-	-	-	-	241	-	-
Toyota Material Handling Manuf Sweden AB	-	530 838	-	-	5 173 729	-	-	-	-	-	(3 122)	226
Toyota Material Handling Manufact Italy SPA	-	1 785 806	-	-	7 287 071	-	-	-	-	338	426	-
Toyota Motor Corporation	332 366	4 404 755	(68 816)	-	42 819 077	-	-	-	-	136 758	341 267	165 556
				45 547								
Toyota Motor Europe, NV/SA	3 501 528	15 848 490	(87 518)	690	220 102 773	30 000	-	-	-	535 174	139 104	4 151 909
Toyota Tsusho Asia Pacific LTD	-	132 821	-	-	874 826	-	-	-	-	-	-	-
Toyota Tsusho Corpoartion	-	396 016	-	-	2 645 459	-	-	-	-	-	-	-
Turispaiiva - Sociedade Turística Paivense, S.A.	369	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3 600
VAS África (S.G.P.S.), S.A.	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vas Cabo Verde, Sociedade Unipessoal, S.A.	8 380	3 152	-	104 688	11 297 199	4 232 200	86 743	403 747	1 462 124	-	102 073	283 488
	<b>11 158</b>	<b>29 760</b>			<b>305 937</b>	<b>5 075</b>	<b>258</b>	<b>3 784</b>	<b>14 556</b>			<b>10 461</b>
	<b>859</b>	<b>852</b>	<b>(869 398)</b>	<b>57 043 126</b>	<b>223</b>	<b>529</b>	<b>439</b>	<b>617</b>	<b>256</b>		<b>1 837 101</b>	<b>952</b>

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

### **36. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**

Compromissos financeiros assumidos e não incluídos na Demonstração da Posição Financeira Consolidada:

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	2020	2019
Fianças prestadas: Caução	4 000 000	4 000 000
Outras garantias financeiras	1 906 565	1 914 401
	<b>5 906 565</b>	<b>5 914 401</b>

Dos montantes apresentados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 relativos a “Fianças Prestadas”, o montante de 4 milhões de Euros refere-se à caução prestada à A.T.A. (Autoridade Tributária e Aduaneira) que se destina a garantir junto desta o pagamento à posteriori dos valores resultantes dos direitos e imposições, assim como, o imposto sobre veículos nos despachos e pedidos de matrícula efetuados.

Na sequência de financiamentos contratados no valor de cerca de 26,5 milhões de Euros, tendo expirado o seu prazo de pagamento, mas renovados parcialmente, a Toyota Caetano concedeu às respetivas instituições financeiras, garantias reais relativas a hipotecas sobre imóveis avaliados, à data de contratação dos referidos financiamentos, em cerca de 23,4 milhões de Euros.

Veículos em fim de vida

Em setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma diretiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data, quando apresentados a partir de 1 janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. O Grupo e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras consolidadas.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

É, no entanto, nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado Português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efetivo desta legislação nas contas do Grupo será diminuto, senão nulo.

Entretanto, e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), o Grupo concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

Informação relativa à área ambiental

O Grupo adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo Toyota Caetano não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2020.

**37. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS**

As remunerações dos membros dos órgãos sociais do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram como segue:

Órgãos Sociais	2020	2019
Conselho de Administração		
Remuneração fixa	646 564	714 825
Remuneração variável	-	-
Conselho Fiscal	6 790	8 520

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

### **38. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS**

Os honorários pagos aos Revisores Oficiais de Contas do Grupo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram como segue:

	2020	2019
Honorários Totais referentes a revisão legal de contas	47 000	53 000
Honorários totais referentes a outros serviços de garantia de fiabilidade	-	1 000
	<b>47 000</b>	<b>54 000</b>

### **39. COVID-19**

No seguimento da declaração por parte da OMS – Organização Mundial da Saúde do estado de Pandemia devido à disseminação do novo coronavírus Covid-19 em março de 2020, importa referir alguns impactos nas demonstrações financeiras consolidadas apresentadas a 31 de dezembro de 2020:

#### Atividade/Rentabilidade

Conforme evidenciado nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, a atividade do Grupo sofreu uma quebra de cerca de 22%, fruto dos diversos constrangimentos que a pandemia provocou, sendo de destacar as interrupções / paragens de produção ora provocadas pelas medidas restritivas de saúde pública implementadas, ora provocadas pelas dificuldades logísticas em movimentar pessoas, mercadorias e equipamentos.

Ao nível da rentabilidade, fruto das interrupções / paragens ocorridas com o conseqüente impacto negativo na produtividade e na diluição dos custos fixos, o EBITDA\* sofreu igualmente uma quebra de cerca de 33%. A este respeito, há que salientar que é expectativa do Grupo que à medida que se for retomando o ritmo normal, a rentabilidade voltará a atingir os níveis alcançados no passado.

\* EBITDA= RES. Operacionais+Amortizações+Imparidades

#### Financiamento

Pese embora a menor rentabilidade das operações, as necessidades de financiamento do Grupo não se agravaram, tendo conseguido financiar a sua atividade através de linhas de crédito disponibilizadas sem necessidade de recorrer às linhas estabelecidas

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE**  
**2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

pelo Estado / sistema financeiro Português para fazer face ao momento de crise, como as linhas Covid e processo de moratórias estabelecido pelo Estado / sistema financeiro Português.

Por outro lado, fruto das medidas de apoio à economia implementadas pelo Estado Português, não se verificou um agravamento nos custos de financiamento.

Por último, até à data, não foi sentido igualmente nenhum agravamento significativo no prazo médio de recebimento dos clientes que tenha afetado as necessidades de financiamento do Grupo.

#### Liquidez

De acordo com a sua política de gestão direcionada à manutenção de uma reserva de liquidez adequada, e estando o Grupo consciente dos reflexos económico-financeiros, os quais terão inerentemente efeitos negativos sobre a sua atividade/rentabilidade futura, importa referir que se encontram disponíveis no momento linhas de crédito bancário não utilizadas no montante de mais de 50 M€, estando assim assegurada, em nosso entender, a continuidade das operações pelo menos por um período de 12 meses.

Mecanismos de apoio colocados à disposição pelo Governo

O Governo, consciente dos reflexos económico-financeiros sobre a atividade/rentabilidade das empresas, implementou uma série de medidas de apoio que o Grupo utilizou com o seguinte montante aproximado de benefício:

- Apoio extraordinário à manutenção do contrato de trabalho, Lay-off simplificado  
1.934.369 Euros
- Incentivo à normalização da atividade  
1.113.880 Euros

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE  
2020**  
**(Montantes expressos em Euros)**

**40. EVENTOS SUBSEQUENTES**

Desde a conclusão do ano de 2020, não poderíamos divulgar este anexo sem esclarecer que o mesmo foi elaborado no período de confinamento declarado pelo Governo Português devido à segunda vaga da pandemia Covid-19 sentida após o final do ano.

Conscientes dos efeitos negativos sobre atividade/rentabilidade fruto de previsíveis quebras no volume de vendas em resultado do encerramento das instalações comerciais, o Grupo recorreu ao apoio governamental “Programa da Retoma Progressiva”.

Mantendo-se a incerteza sobre a manutenção dos impactos da pandemia o Conselho de Administração mantém a convicção e segurança sobre a boa capacidade financeira do Grupo, encontrando-se disponíveis linhas de crédito bancário não utilizadas no montante de mais de 50M€, estando assim assegurada, em nosso entender, a continuidade das operações pelo menos por um período de 12 meses.

**41. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS**

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de março de 2021.

**O CONTABILISTA CERTIFICADO**

ALEXANDRA MARIA PACHECO GAMA JUNQUEIRA

**O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS - Presidente  
MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS  
SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO  
MIGUEL PEDRO CAETANO RAMOS  
KATSUTOSHI NISHIMOTO  
MATTHEW PETER HARRISON  
GISELA MARIA FALCÃO SOUSA PIRES PASSOS

***PARECERES***

## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

Senhores Acionistas,

1. De harmonia com o disposto na alínea g) do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e no contrato social, compete-nos submeter à vossa apreciação o relatório sobre a atividade desenvolvida e dar parecer sobre os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., referentes ao exercício de 2020 que nos foram presentes pelo Conselho de Administração.

2. No desempenho das funções que nos foram cometidas, procedemos, durante o exercício, ao acompanhamento dos negócios sociais, sua evolução e, com a frequência e extensão consideradas aconselháveis e adequadas, à análise geral dos procedimentos contabilísticos e das políticas contabilísticas e critérios de mensuração adotados pela sociedade.

3. Não tomamos conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

4. Analisamos a Certificação Legal das Contas individuais e a Certificação Legal das Contas consolidadas emitidas pelo Revisor Oficial de Contas, com as quais concordamos.

Assim sendo,

5. Vêm todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, afirmar que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

6. E, nos termos do n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. declara que o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário inclui os elementos referidos no artigo 245.º- A do Código dos Valores Mobiliários.

7. Nestes termos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual:

a) Aprove o relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais e Consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020;

b) Aprove a proposta de Aplicação de Resultados contida no relatório do Conselho de Administração.

Vila Nova de Gaia, 30 de Abril de 2021

José Domingos da Silva Fernandes – Presidente  
Antonieta Isabel da Costa Moura – Vogal  
Daniel Broekhuizen - Vogal

## **Declaração do Conselho Fiscal**

Todos os membros do Conselho Fiscal da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A., nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código de Valores Mobiliários, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação prevista na alínea a) do artigo supracitado, incluindo os documentos de prestação de Contas Individuais e Consolidadas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, contendo ainda uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

Vila Nova de Gaia, 30 de Abril de 2021

José Domingos da Silva Fernandes – Presidente  
Antonieta Isabel da Costa Moura – Vogal  
Daniel Broekhuizen - Vogal

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras individuais anexas da Toyota Caetano Portugal, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração individual da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 255.579.875 euros e um total de capital próprio de 145.705.269 euros, incluindo um resultado líquido de 4.644.726 euros), a demonstração individual dos resultados por naturezas, a demonstração individual do rendimento integral, a demonstração individual das alterações no capital próprio e a demonstração individual dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira individual da Toyota Caetano Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

Conforme referido no relatório de gestão e nas notas anexas às demonstrações financeiras individuais, a Pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) relacionada com a propagação em todo o mundo do novo coronavírus (Covid-19) teve efeitos adversos na atividade económica global, os quais provocaram um forte impacto no setor automóvel e condicionaram a atividade da Entidade e das suas participadas ao longo do exercício de 2020, resultando numa quebra significativa no seu volume de negócios e na sua rentabilidade, que exigiu a tomada de um conjunto de decisões e medidas de resposta por parte do Conselho de Administração, visando reduzir os custos operacionais e preservar a liquidez da Entidade. Conforme referido nas notas 35 e 36 do anexo às demonstrações financeiras individuais, o Conselho de Administração efetuou a avaliação dos impactos e fatores de incerteza futura resultantes da Pandemia e respetivas consequências para a Entidade atendendo aos recursos disponíveis, tendo concluído que a utilização do pressuposto da continuidade na preparação das referidas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 é apropriado. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

**MAKING AN  
IMPACT THAT  
MATTERS**

since 1845

“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

Conforme referido na nota 3 do anexo às demonstrações financeiras individuais, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para efeitos comparativos, foram objeto de uma reexpressão que visou a correção de erros de apresentação e classificação. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras individuais do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p><b>Imparidade de viaturas usadas</b>            (Notas 2.3 e), 11 e 22 do anexo às demonstrações financeiras individuais)</p> <p>Conforme referido na nota 11 do anexo às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2020, os inventários do Grupo ascendem a 46,8 milhões de euros (representando cerca de 18% do ativo líquido consolidado), dos quais o montante de 9,9 milhões de euros corresponde a viaturas usadas. De acordo com a IAS 2 Inventários, as viaturas usadas encontram-se valorizadas ao menor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. As perdas por imparidade acumuladas refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido dos inventários (nota 2.3 e)).</p> <p>O valor realizável líquido das viaturas usadas é determinado pela aplicação de critérios de desvalorização definidos pelo Conselho de Administração tendo em consideração a antiguidade das mesmas, bem como através da consulta de indicadores de mercado obtidos de fontes externas, os quais consideram igualmente as características e antiguidade de cada viatura.</p> <p>Esta matéria é considerada uma matéria relevante de auditoria em virtude da volatilidade do valor de mercado de viaturas usadas e do caráter julgamental associado ao apuramento das perdas por imparidade, nomeadamente tendo em consideração a atual conjuntura de quebra de atividade no setor onde o Grupo se insere em resultado da Pandemia provocada pela doença provocada pelo novo coronavírus (Covid-19, Nota 35).</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a análise do processo de valorização de inventários correspondentes a viaturas usadas implementado pela Entidade, verificando a sua conformidade com o previsto ao nível do normativo contabilístico e visando assegurar a mitigação do risco de o valor de tais inventários poder ser superior ao respetivo valor de realização. Entre outros procedimentos levados a cabo, destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Teste de detalhe ao custo de aquisição de viaturas usadas em 31 de dezembro de 2020;</li> <li>• Validação dos critérios adotados pelo Conselho de Administração da Entidade relativamente ao registo de perdas por imparidade para viaturas usadas e realização de testes aritméticos;</li> <li>• Análise das margens históricas nas vendas de viaturas usadas;</li> <li>• Análise e confrontação dos valores líquidos contabilísticos das viaturas usadas em 31 de dezembro de 2020 com informação de mercado obtida através de fontes externas, atendendo às características e antiguidade específicas de cada viatura;</li> <li>• Análise de vendas de viaturas usadas ocorridas após 31 de dezembro de 2020, por forma a identificar eventuais transações em que o valor líquido de realização fosse inferior ao valor líquido contabilístico registado em inventários em 31 de dezembro de 2020;</li> <li>• Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.</li> </ul>

## Outras matérias

As demonstrações financeiras individuais da Entidade em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para efeitos comparativos, foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cuja Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, datada de 18 de março de 2020, inclui uma opinião sem reservas e uma ênfase relaciona com a incerteza associada aos impactos da Pandemia provocada pela doença associada ao novo coronavírus (Covid-19).

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras individuais

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário e demonstração não financeira nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras individuais como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras individuais, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras individuais, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

## **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

### **Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais. Conforme referido no artigo 451º, nº 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

### **Sobre o relatório de governo societário**

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do nº1 do referido artigo.

### **Sobre a demonstração não financeira**

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que a Entidade incluiu no seu Relatório de Gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 66º-B do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída na secção “Informação não financeira”.

## **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014**

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 1 de julho de 2020 para completar o mandato em curso compreendido entre 2019 e 2022.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 30 de abril de 2021.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Porto, 30 de abril de 2021

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por Miguel Nuno Machado Canavarro Fontes, ROC

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Toyota Caetano Portugal, S.A. (“a Entidade”) e suas subsidiárias (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 304.904.977 euros e um total de capital próprio de 146.989.943 euros, incluindo um resultado líquido de 4.644.726 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Toyota Caetano Portugal, S.A. em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

Conforme referido no relatório de gestão e nas notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas, a Pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) relacionada com a propagação em todo o mundo do novo coronavírus (Covid-19) teve efeitos adversos na atividade económica global, os quais provocaram um forte impacto no setor automóvel e condicionaram a atividade do Grupo ao longo do exercício de 2020, resultando numa quebra significativa no seu volume de negócios e na sua rentabilidade, que exigiu a tomada de um conjunto de decisões e medidas de resposta por parte do Conselho de Administração, visando reduzir os custos operacionais e preservar a liquidez. Conforme referido nas notas 39 e 40 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração efetuou a avaliação dos impactos e fatores de incerteza futura resultantes da Pandemia e respetivas consequências para o Grupo atendendo aos recursos disponíveis, tendo concluído que a utilização do pressuposto da continuidade na preparação das referidas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2020 é apropriado. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.



“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a [www.deloitte.com/pt/about](http://www.deloitte.com/pt/about).

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

Conforme referido na nota 3 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para efeitos comparativos, foram objeto de uma reexpressão que visou a correção de erros de apresentação e classificação. A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

## Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<p><b>Imparidade de viaturas usadas</b>                      (Notas 2.4 f) e 11 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas)</p> <p>Conforme referido na nota 11 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2020, os inventários do Grupo ascendem a 78,7 milhões de euros (representando cerca de 25,5% do ativo líquido consolidado), dos quais o montante de aproximadamente 33 milhões de euros corresponde a viaturas usadas.</p> <p>De acordo com a IAS 2 Inventários, as viaturas usadas encontram-se valorizadas ao menor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. As perdas por imparidade acumuladas refletem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido dos inventários (nota 2.4 f)).</p> <p>O valor realizável líquido das viaturas usadas é determinado pela aplicação de critérios de desvalorização definidos pelo Conselho de Administração tendo em consideração a antiguidade das mesmas, bem como através da consulta de indicadores de mercado obtidos de fontes externas, os quais consideram igualmente as características e antiguidade de cada viatura.</p> <p>Esta matéria é considerada uma matéria relevante de auditoria em virtude da volatilidade do valor de mercado de viaturas usadas e do caráter julgamental associado ao apuramento das perdas por imparidade, nomeadamente tendo em consideração a atual conjuntura de quebra de atividade no setor onde o Grupo se insere em resultado da Pandemia provocada pela doença provocada pelo novo coronavírus (Covid-19, Nota 39).</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a análise do processo de valorização de inventários correspondentes a viaturas usadas implementado pela Entidade, verificando a sua conformidade com o previsto ao nível do normativo contabilístico e visando assegurar a mitigação do risco de o valor de tais inventários poder ser superior ao respetivo valor de realização. Entre outros procedimentos levados a cabo, destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Teste de detalhe ao custo de aquisição de viaturas usadas em 31 de dezembro de 2020;</li> <li>• Validação dos critérios adotados pelo Conselho de Administração da Entidade relativamente ao registo de perdas por imparidade para viaturas usadas e realização de testes aritméticos;</li> <li>• Análise das margens históricas nas vendas de viaturas usadas;</li> <li>• Análise e confrontação dos valores líquidos contabilísticos das viaturas usadas em 31 de dezembro de 2020 com informação de mercado obtida através de fontes externas, atendendo às características e antiguidade específicas de cada viatura;</li> <li>• Análise de vendas de viaturas usadas ocorridas após 31 de dezembro de 2020, por forma a identificar eventuais transações em que o valor líquido de realização fosse inferior ao valor líquido contabilístico registado em inventários em 31 de dezembro de 2020;</li> </ul>

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material analisados
<b>Imparidade de viaturas usadas</b> (Notas 2.4 f) e 11 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas)	<ul style="list-style-type: none"><li data-bbox="815 510 1310 600">Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.</li></ul>

## Outras matérias

As demonstrações financeiras consolidadas da Entidade em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para efeitos comparativos, foram auditadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cuja Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, datada de 18 de março de 2020, inclui uma opinião sem reservas e uma ênfase relacionada com a incerteza associada aos impactos da Pandemia provocada pela doença associada ao novo coronavírus (Covid-19).

## Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão, relatório de governo societário e demonstração não financeira nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais em matéria de governo das sociedades, bem como a verificação de que a demonstração não financeira foi apresentada.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais. Conforme referido no artigo 451º, nº 7 do Código das Sociedades Comerciais, este parecer não é aplicável à demonstração não financeira incluída no relatório de gestão.

### Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do nº 1 do referido artigo.

### Sobre a demonstração não financeira

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório de gestão a demonstração não financeira, prevista no artigo 508º-G do Código das Sociedades Comerciais, tendo a mesma sido incluída na secção “Informação não financeira”.

### Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 1 de julho de 2020 para completar o mandato em curso, compreendido entre 2019 e 2022.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 30 de abril de 2021.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Porto, 30 de abril de 2021